

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

•NOVEMBRO•

★1990 N.º 19 Cr\$ 500,00

PRINCÍPIOS



DEMOCRACIA
Um toque de classe



Editora Anita Garibaldi

Revista Teórica
Política e de
Informação

**Diretor e
Jornalista Responsável**
João Amazonas

Editor
Rogério Lustosa

Conselho Editorial
Aldo Arantes
Bernardo Joffily
Fernando Pupo
Haroldo Lima
Helena de Freitas
Jô Moraes
Jorge Bermudes
José Reinaldo Carvalho
Luis Fernandes
Luis Paulino
Luiz Manfredini
Madalena Guasco
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
Umberto Martins
Walter Sorrentino

Colaboradores
Elder Vieira
Agenor Silva
Altamiro Borges
Ana Maria Rocha
Ary Normanha
Carlos Pompe
Clóvis Moura
José Carlos Ruy
Loreta Valadares

Capa
Ary Normanha

Diagramação
Chico Martins

Neste número colaboram ainda
Cecilia
Jerardo Comé
Nadia Timm
Veronika

Bira

**Administração, Distribuição
e Assinaturas**
Divo Guisoni

Composição e Montagem
Paz Fotocomposição e
Fotolito Ltda
R. Frederico Steidel, 257
S. Paulo — SP
Tel.: 221.7590

**Publicação da
Editora Anita Garibaldi**
R. Bororós, 51 — 1ª andar
São Paulo — SP — CEP 01320
Tel.: (011) 278.3220

Democracia é o charme. É uma aspiração concreta. Mas isto tem história e marca de classe, como se demonstra aqui. As dificuldades do capitalismo, o odioso privilégio das patentes, os riscos de fazer história, as aventuras da arte e as contradições na matemática ocupam esta Princípios.



ELEIÇÃO: O ELEITOR SEM VOZ E SEM VEZ 3

DEMOCRACIA: VALOR HISTÓRICO
Luis Fernandes 6

QUAL DEMOCRACIA? QUAL DITADURA?
José Carlos Ruy 14

O CANTO DA SEREIA DE UM PARTIDO PARA "TODOS"
Rogério Lustosa 22

LIBERDADE: DOIS PASSOS À FRENTE — DEZ ATRÁS!
Madalena Guasco 30

O NOVO PODER NO REGIME SOCIALISTA
José Reinaldo Carvalho 40

"ASSIM CAMINHA A HUMANIDADE"
Carlos Pompe 48

ATRITOS ENTRE A HISTÓRIA, O CONHECIMENTO E O PODER
Clóvis Moura 53

LÓGICA DO CAPITAL LEVA AO PARASITISMO
Umberto Martins 58

AS PATENTES DOS SERES VIVOS E O LIBERALISMO
Carlos Jorge Rossetto 66

CONTRADIÇÕES PINTAM NA MATEMÁTICA COMO NA VIDA
Robinson Moreira Tenório 70

CARTAS 74

O P I N I Ã O

Eleição: o eleitor sem voz e sem vez

Pela milésima vez tentarão colocar a culpa no mordomo. Mas o resultado das eleições merece análise menos simplista. Antes de tudo, situar as circunstâncias do crime, digo, do pleito.

Desde 1974, com uma certa distorção na escolha da Constituinte em 86, os brasileiros vêm manifestando oposição aos esquemas dominantes. No ano passado, o processo caminhou para uma confrontação entre o povo e as elites. Apesar da chegada de Collor à presidência, com escassa margem de votos — e com o agravante de que o juiz que presidiu a votação e a apuração, ao mesmo tempo em que proclamava o vencedor, assumia um cargo em seu ministério — a campanha assinalou enorme avanço da consciência popular.

Agora, exemplares antediluvianos, da velha e carcomida direita, junto com espécimes da direita moderna — forjada nos laboratórios colloridos — ocupam com destaque o cenário. Coisas como Maluf, ACM, João Castello, Gilberto Mestrinho, Nelson Marchesan, desfilam nos noticiários ao lado de Roriz, Martinez, Bulhões, Calheiros, Hélio Costa e assemelhados. Um retrocesso considerável.

Nesta contramaré, ganham mais brilho vitórias expressivas das forças progressistas como a conquista do governo do Rio de Janeiro no primeiro turno e de posições no segundo turno com boas chances de sucesso no Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Acre, e votações consagradoras de personalidades democráticas como Arraes e Waldir Pires e de candidatos comunistas para a Câmara Federal e Assembleias Estaduais.

A situação conduz a uma reflexão sobre o próprio significado das eleições no sistema burguês, tidas como a única via para promover alterações no País, “porque espelham a vontade da maioria”.

Chama logo a atenção a pretensão de amarrar os trabalhadores num jogo em que as regras são feitas pelos adversários, com condições tão absurdamente desiguais que, embora se possa dizer que muitos podem competir, aos ricos é reservado o direito de vencer.

A “democracia” manca logo na distribuição do chamado horário gratuito de rádio e TV, onde os grandes abocanham praticamente todo o tempo. E desmascara-se escandalosamente pela interferência do poder econômico na campanha. Com a maior candura, o próprio presidente do TRE paulista, no programa Roda Viva, da TV Cultura, no dia 1º de outubro, confessou ser “natural que no sistema capitalista o poder econômico se faça presente”.

Os de cima dispõem de praticamente monopólio absoluto dos instrumentos de formação da opinião pública, rádio, TV, jornais, revistas. Percorrem o País de jatinhos, enquanto os candidatos mais ligados ao povo vão de carro. A disparidade é tão grande que, nos últimos dias de campanha, uma candidata comunista revelava com certo ar de alegria: “cheguei a percorrer pelo menos os 15 (!) maiores municípios do Estado”.

Neste ano, entretanto, a máquina se excedeu. A justiça eleitoral tomou partido acintosamente. Arbitrária e ilegalmente praticou a censura. Fez de um tal “direito de resposta” — aplicado à simples menção do nome de seus protegidos — uma forma de impedir as denúncias e a polêmica. Ajudou assim a camuflar as péssimas lufadas de larápios e coveiros da ditadura que trocavam as malvadezas pela bondade e compreensão durante a campanha. No esmero de servir aos poderosos, deu a quem governou por nomeação, sem ser eleito, o direito de se reeleger, que a Constituição nega mesmo para os governadores eleitos.

As pesquisas tornaram-se instrumento para confundir o eleitor. Em vez de informação científica, imperou a manipulação deslavada. Algumas foram tão viciadas que até na última oportunidade, na boca da urna, não conseguiram se corrigir, e foram vergonhosamente desmentidas pelas urnas.

A propaganda, em vez de esclarecer, baralhava. O desfile de obras tomou o lugar do debate político na TV. As ofensas pessoais substituíram os argumentos. Voltaram os velhos métodos de aliciamento a troco de favores e promessas. Muitas vezes com chantagem: “Se o adversário vencer, padecerá o estado, por falta de verbas federais.” E, para provar que a ameaça tinha fundamento, o imperador subia e descia a rampa do palácio com seus protegidos a tiracolo. Só o amigo do rei merece vencer, dizia seu sorriso artificial, trabalhado nos estúdios do Sr. Roberto Marinho.

Evidenciou-se, mais uma vez, que a eleição é uma peça no sistema de dominação, um mecanismo para os donos do poder acomodarem suas forças. E para arrefecer o desagrado dos despossuídos, oferecendo-lhes a oportunidade de participar na escolha dos seus opressores nos próximos quatro anos.

Não basta, entretanto, constatar que o voto, nos marcos impostos pelos capitalistas, não é capaz de expressar realmente a vontade e os interesses da maioria. A campanha, malgrado as brutais diferenças de condições entre ricos e pobres, oferece oportunidade para as massas discutirem política e os problemas sociais. É possível inclusive explorar as brechas no esquema vigente para conquistar certos espaços para os trabalhadores e demais camadas populares. O pleito é, portanto, importante campo de atuação capaz de levar a voz da revolução a um patamar mais amplo.

A participação eleitoral facilita demonstrar ao povo a falácia do caráter democrático do regime burguês e o equívoco de restringir a luta do povo à conquista do voto. Lênin, crítico ferrenho de toda ilusão parlamentarista, é, por outro lado, categórico ao defender a presença dos revolucionários nas disputas eleitorais: “Torna-se particularmente claro que os bolcheviques não teriam podido conservar (já não digo consolidar, desenvolver e fortalecer) o núcleo sólido do partido revolucionário do proletariado em 1908—1914, se não tivessem defendido na mais dura luta a obrigatoriedade de unir as formas ilegais de luta com as forma legais, com a participação obrigatória num parlamento reacionaríssimo e numa série de outras instituições regidas por leis reacionárias.”

Pretensos radicais, que ainda hoje relegam para o segundo plano a atividade nas campanhas, não fariam mal em ver que milhões votam em ACM, Maluf e outros, indicando que não só depositam esperanças no pleito como não se libertaram sequer da influência política dos seus piores patrões.

Alguns desanimam com esta realidade. Mas os combatentes pela liberdade não se conformam com o senso comum forjado pelos poderosos. Fazem propaganda revolucionária apoiada na vida real. Trabalham pelo esclarecimento dos trabalhadores e pela elevação de seu nível de consciência apoiados em análises históricas e não em acontecimentos fortuitos. Raciocinam e agem com visão de classe e com espírito de massas. Sabem, como mostrou Engels há mais de um século, que “o sufrágio universal é o barômetro da maturidade da classe operária.”

O estudo das eleições precisa ser feito não com os olhos de quem só enxerga o que está diante do nariz. Se é claro que o voto não é a única, e nem provavelmente a principal esperança, é igualmente óbvio que não se pode encarar um fraco desempenho das esquerdas neste pleito como fracasso do caminho revolucionário e do socialismo, como apressam-se a concluir os ideólogos do poder.

Não cabe aqui, e ao fechar esta edição os números totais ainda não estavam divulgados, numa conclusão sobre os resultados eleitorais. Mas vale assinalar que os acontecimentos do Leste europeu, a fabulosa campanha antiprogressista — não só anticomunista — em plano mundial, a orquestradíssima propaganda de desmoralização do Congresso e dos “políticos”



contribuíram enormemente para confundir os eleitores. Some-se a isto a frustração com as eleições do ano passado e o desabar do sonho collorido, para imaginar a perplexidade com que os descamisados chegaram à cabine eleitoral no dia três de outubro. Com este quadro é fácil compreender por que foi possível o reerguimento de múmias que se pensava definitivamente abandonadas em seus sarcófagos desde o fim do regime militar.

Mesmo aqui, entretanto, não é suficiente medir as coisas pela primeira impressão. O descontentamento popular manifestou-se inequivocamente no elevado percentual de abstenções, votos nulos e brancos. Uma revolta latente que se escoou num protesto sem alvo definido. Um desespero que não capacitou os eleitores, em boa parte, a dirigir seu voto de forma positiva.

Onde certos candidatos progressistas foram identificados com nitidez como representantes do povo, receberam votações maciças. Em outros lugares, revelando a dificuldade da situação, os votos foram despejados em radialistas, artistas e outras pessoas sem propostas, mas muito conhecidas.

A falta de clareza do eleitor favoreceu, momentaneamente, a direita. O que não pode ser confundido com conformismo. As contradições sociais estão aguçadas. Acontecimentos, aparentemente de menor importância, podem detonar alterações bruscas na conjuntura. A história não acabou, como parece pensar o ocupante da Casa da Dinda. E nem pode ser reinventada, de uma hora para a outra, pela Rede Globo. Os verdadeiros culpados têm impressões digitais por todo lado, mais cedo ou mais tarde serão localizados.

As correntes progressistas, entretanto, não esperarão passivamente que as coisas mudem por si mesmas. Os que recusaram, no último pleito, uma política de unidade — e que arcam com significativa responsabilidade pelas dificuldades atiradas agora sobre o movimento democrático — devem rapidamente rever suas concepções. Todas as forças interessadas na liberdade e no desenvolvimento independente do País precisam reencontrar o caminho da união. E começar, de imediato, com uma conduta corajosa no segundo turno. Todos os que têm compromissos com o povo têm pela frente o desafio de retomar o contato com as grandes massas, reorganizar a resistência popular e encontrar meios e formas para retomar a ofensiva.

No fundo, até os mordomos têm interesse em somar seus esforços para acabar com as mordomias — e com a fama injusta que sobre eles foi atirada. ■

DEMOCRACIA: VALOR HISTÓRICO

(Teoria de Marx e Engels sobre o Estado)

LUÍS FERNANDES

Martela-se hoje incessantemente a idéia de democratizar o Estado. Mas longe de perpetuar um aparelho deste tipo, a teoria marxista aponta para a sua extinção, numa sociedade em que uma parte da população não oprima a outra

“A questão do Estado adquiriu a máxima importância e, poderíamos dizer, transformou-se na questão mais aguda, no foco de todas as questões políticas e todas as controvérsias políticas da atualidade”.

V.I. Lênin

Estas palavras foram proferidas pelo dirigente da revolução russa na sua conferência “Sobre o Estado”, realizada na Universidade Sverdlov em 11 de julho de 1919. A centralidade da questão do Estado, na época, devia-se ao impacto internacional da vitória da revolução soviética e à perspectiva (ou esperança) de que a onda revolucionária se alastrasse para a Europa em função da destruição causada pela Primeira Guerra Mundial. Hoje, o colapso do antigo campo socialista formado em torno da URSS e a ofensiva política, econômica e ideológica do neoliberalismo em todo mundo acentuam a importância do debate teórico sobre o Estado (no capitalismo e no socialismo).

O ponto de partida para a nossa análise é a indagação formulada pelo grande pensador político liberal-progressista da Itália contemporânea, Norberto Bobbio — existe uma teoria marxista do Estado? (1) Para as pessoas formadas na tradição do pensamento marxista, certamente parece uma pergunta estranha, para não dizer tola, ou até mesmo ignorante. Mas ela tem a sua razão de ser. A verdade é que Marx não chegou

a escrever nenhuma grande obra que sistematizasse a sua teoria sobre o Estado. Sabe-se que, no seu projeto de trabalho, após terminar o *Capital* (onde procurou sistematizar as suas conclusões teóricas no terreno da economia política), ele pretendia escrever uma obra que apresentasse, de forma mais sistemática e abrangente, as suas formulações teóricas sobre o Estado (2). Infelizmente, não chegou nem mesmo a terminar o próprio *Capital*. Apesar disto, há um processo claro de elaboração de uma teoria coerente e integrada sobre o Estado ao longo dos escritos de Marx (e Engels). Vamos examinar, em seguida, as diferentes fases da evolução do seu pensamento sobre esta questão.

A preocupação com a relação entre Estado e sociedade é um dos temas centrais dos primeiros escritos de Marx, do final dos anos 30 a meados dos anos 40 do século passado. Este período marca a gradativa ruptura de Marx com a concepção hegeliana do “Estado ético” como expressão máxima da “liberdade humana”. Seus escritos mais importantes nesta fase são a *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* (que contou, ainda, com uma versão mais resumida publicada em separado como Introdução) e *A Questão Judaica*. O interessante é que, mesmo não tendo rompido por completo com o idealismo da filosofia clássica alemã, Marx já desenvolve, aqui, uma série de críticas fundamentais ao pensamento político liberal, que serão re-



tomadas e redimensionadas mais adiante, quando lançar as bases da sua própria teoria. Assim, um tema recorrente nos escritos deste período é a idéia que o liberalismo só concebia a emancipação humana do ponto de vista político (nas instituições políticas) e não na vida real, cotidiana, onde o que predominava eram as relações econômicas (esta era a esfera da “sociedade civil” para Marx, que seguia o conceito de Hegel). Tratava-se, portanto, de uma emancipação parcial, limitada e superficial (embora representasse um avanço em relação ao absolutismo).

Marx revela o Estado como entidade para garantir a propriedade



A segunda fase da reflexão marxista sobre o Estado cobre o período de gênese das bases da sua própria teoria — de 1844 a 1850. Os escritos mais importantes deste período são os seus **Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**, **Ideologia Alemã**, a crítica a Proudhon formulada em **Miséria da Filosofia**, e, finalmente, o já “lendário” **Manifesto Comunista**. Aqui, Marx opera uma autêntica revolução na teoria política (da mesma forma que, a seu tempo, os primeiros pensadores do liberalismo haviam revolucionado o pensa-

mento político, rompendo com a justificação do poder monárquico pelo dogma do “mandato divino”). A novidade introduzida por Marx foi discutir a questão do Estado a partir da análise da **divisão da sociedade em classes antagônicas**. Como o Estado tem a função de **garantir a propriedade** (o que é defendido abertamente pelos autores clássicos do liberalismo, como Hobbes, Locke e, em “extensões mais moderadas”, Rousseau), trata-se de uma entidade **de classe**, que conserva a **dominação das classes proprietárias** e reproduz a divisão da sociedade em classes.

Marx chega a esta conclusão rompendo com o “individualismo metodológico” que caracteriza as teorias do liberalismo (tanto político quanto econômico). Estas construíam as suas formulações partindo de indivíduos imaginários, abstratos, a-históricos, para discutir, a partir de modelos intelectuais, as conseqüências da sua associação ou inter-relação na sociedade. Especulando desta forma, eles passavam por cima do fato de que, na história da sua época, os indivíduos concretos, empíricos, reais, viviam em sociedades divididas em classes antagônicas, o que tornava o Estado (mesmo na sua forma mais democrática) não uma “expressão da vontade geral”, mas um órgão de dominação de classe. (3)

Marx retomava, assim, em novas bases, a crítica ao liberalismo que já havia formulado nos seus primeiros escritos. A “liberdade, igualdade, fraternidade”

do Estado burguês encobre, na verdade, a opressão, desigualdade e dilaceração de uma sociedade dividida em classes. Ele apontava a contradição teórica e política presente na própria essência do pensamento liberal (e que era **insolúvel** nos marcos do próprio liberalismo). Na nova abordagem introduzida por Marx, a verdadeira emancipação humana se daria com a conquista de uma nova sociedade sem classes (o comunismo), onde “o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos”. (4) Dito de outra forma, a plena afirmação da individualidade humana exige a superação das relações sociais que negam o direito ao desenvolvimento individual para a maioria da sociedade (exige a superação da propriedade privada).

Esta abordagem teórica, introduzida por Marx, representa uma inovação revolucionária de profundo alcance histórico para o pensamento político. Ela revela como são inócuas as tentativas de alguns pensadores contemporâneos de percorrer o caminho inverso — redefinir o socialismo com base nos princípios democráticos do liberalismo (5). Marx e Engels não deixaram de enfatizar esta questão, como pode ser visto no seguinte trecho da carta de Engels a Bebel, comentando o programa que havia servido de base para a unificação do Partido Operário Alemão no Congresso de Gotha:

“A concepção da sociedade socialista como o reino da igualdade é uma idéia unilateral francesa, apoiada no velho lema de ‘liberdade, igualdade, fraternidade’; uma concepção que teve razão de ser como fase de desenvolvimento em seu tempo e em seu lugar, mas que hoje deve ser superada, do mesmo modo que tudo o que há de unilateral nas escolas socialistas anteriores, uma vez que só gera confusões, e porque, ademais, foram descobertas fórmulas mais precisas para expor o problema” (6).

Três passagens do **Manifesto Comunista**, de 1848, sintetizam o desenvolvimento da teoria política marxista na segunda fase das suas reflexões sobre o Estado:

— “O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra”. (7)

— “O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. (8)

— “A primeira fase da revolução operária é o advento da classe operária como classe dominante, o advento da democracia. O proletariado afirmará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante...” (9)

O aparelho estatal tem relativa autonomia diante das classes que representa

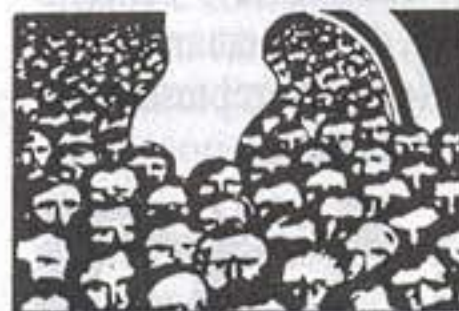


Cabem, aqui, alguns comentários sobre o significado, para a teoria política marxista, destas formulações do **Manifesto**. Muitas vezes, elas tem dado margem a leituras limitadas (tanto por autores “críticos”

quando por “defensores” da teoria marxista). Estas leituras limitadas consideram que, para Marx, a relação entre a classe dominante na economia e o poder de Estado seria unívoca, direta e mecânica. Na verdade, a formulação citada acima lança os fundamentos da teoria política marxista, indicando, de maneira geral, o Estado como órgão de dominação de classe. Ele não está discutindo, neste momento, as **formas históricas** pelas quais a dominação de classe(s) se articulou e se articula com o poder de Estado. Não está, portanto, discutindo as mediações entre dominação econômica e dominação política que permitem uma relativa autonomia do aparelho de Estado em relação à(s) classe(s) dominante(s) (maior ou menor, dependendo das condições concretas de cada contexto histórico). Como veremos mais adiante, isto é feito em outra fase da sua reflexão sobre o Estado.

Outra leitura limitada é a que considera que, para Marx, o Estado capitalista não passava de um “comitê para gerir os negócios comuns da burguesia”, e conceberia, na verdade, a existência de uma burguesia compacta, unificada, sem contradições internas. Pelo contrário. Como bem observa Ralph Miliband (10), o mero fato de precisar de um “comitê comum” pressupõe a existência de profundas contradições e diferenças no seio da burguesia, que o “comitê” vai tentar “enquadrar” em função das necessidades maiores da reprodução do sistema. O êxito do “comitê” (Estado) nesta “empreitada” depende, uma vez mais, da evolução da luta política e econômica no contexto histórico de cada sociedade.

Por fim, cabe observar que, nas formulações do **Manifesto**, Marx ainda não qualifica que tipo de democracia estava associado ao “advento do proletariado como classe dominante, via revolução”. Ou seja, não entravam ainda na discussão de que espécie de instituições estatais o proletariado deveria adotar ao se “organizar em classe dominante”.



As instituições burguesas são viciadas contra os trabalhadores

Marx e Engels avançam no tratamento destas questões na terceira fase da sua reflexão sobre o Estado, a partir de 1850. O marco para o início deste novo período no pensamento político marxista foi a experiência da onda de revoluções contra o absolutismo que varreu a Europa de 1848 a 1850. Em geral, os processos revolucionários nos diferentes países tiveram o mesmo padrão de desenvolvimento (11). Num primeiro momento, a burguesia revolucionária se apoiava nos trabalhadores e no povo em armas para combater a reação absolutista. A medida que o processo revolucionário se radicalizava, sua direção era assumida por lideranças cada vez mais à esquerda. Com o enfraquecimento do absolutismo e o surgi-

mento do “proletariado” como força social independente no cenário político, a burguesia tendia a se recompor com o absolutismo (agora colocada sob sua direção) para isolar, desarmar e, em alguns casos, literalmente **massacrar** os trabalhadores insurretos.

Estudando esta experiência (da qual participaram diretamente), Marx e Engels chegaram à conclusão de que o proletariado, para levar adiante a sua revolução, não podia se valer da máquina de Estado da burguesia, porque as suas instituições estariam “viciadas” a favor das classes dominantes e contra os trabalhadores. Seria necessário “esmagar” a máquina de Estado da burguesia e erguer uma nova máquina de Estado “do proletariado”. Na análise deste processo, sobretudo na França, Marx produz duas obras magistrais que revelam a complexidade e a riqueza das formas de articulação da dominação de classe com o poder de Estado numa conjuntura histórica concreta — são os livros **As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850** e **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. Marx argumenta, inclusive, que em algumas situações históricas excepcionais pode se gerar um **equilíbrio de forças** na luta de classes que permita ao poder de Estado adquirir uma “certa independência” em relação às principais classes em contenda. Este seria o caso do bonapartismo francês que “jogava com os proletários contra a burguesia, e com esta contra aqueles” (embora, em última instância, assegurasse as condições de reprodução do capital). (12)

Com base na sua reflexão sobre as revoluções européias de 1848 a 1850, Marx elabora o conceito de “ditadura do proletariado” para caracterizar o Estado a ser montado pelos trabalhadores na sua revolução. Numa carta célebre escrita a Wedemeyer, em 1852, ele avaliava da seguinte forma a importância desta formulação teórica:

“No que me concerne, não me cabe o mérito de haver descoberto nem a existência das classes, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses já haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta entre as classes e economistas burgueses haviam indicado sua anatomia econômica. O que eu trouxe de novo foi: 1) demonstrar que a existência das classes está ligada somente a determinadas fases de desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado; 3) que essa própria ditadura nada mais é do que a transição à abolição de todas as classes e a uma sociedade sem classes...”. (13)

É fundamental distinguir conteúdo e forma da ditadura do proletariado



Vou me deter um pouco sobre este conceito de “ditadura do proletariado” porque até hoje, 140 anos depois da sua formulação, é o ponto mais incompreendido (ou conscientemente adulterado) da teoria marxista. Tomo a liberdade para contar um “caso” da minha história de vida pessoal para ilustrar a confusão

que, em geral, é feita sobre este conceito. No período mais “quente” da revolução do 25 de abril em Portugal, em 1974, um dos fatos que mais me marcou ao chegar do Brasil (que vivia, então, sob o tacão da ditadura militar) foi um curioso diálogo que testemunhei em plena Praça do Rossio, Lisboa (equivalente político da Cinelândia carioca ou da Praça da Sé paulistana). A Praça estava “tomada” por grupos de agitação e propaganda de um grupo maoísta que brandia a pomposa sigla MRPP (Movimento pela Reorganização do Partido do Proletariado). Aproximando-me de um dos grupos, ouvi um dos jovens agitadores bradar solenemente — “Agora, temos de conquistar a ditadura do proletariado!”. Ao que uma senhora de idade, transeunte, prontamente retrucou “Mas, meu filho, acabamos de sair de uma ditadura e você já quer entrar noutra?”.

A confusão feita pela senhora, provavelmente neófito em termos de política, deve-se à confusão do conceito marxista com o sentido corrente que a palavra “ditadura” tem na linguagem do nosso dia-a-dia. Mas muita gente “cult”, muitas vezes até “especializada” ou “profissionalizada” nos meios políticos, acadêmicos e jornalísticos, insiste na mesma confusão. Por isso sou forçado a frisar um ponto que faz parte do “bê-a-bá” da teoria marxista, mas que tanta gente insiste (de boa ou má fé) em ignorar até hoje.

O fato é que o conceito marxista de “ditadura do proletariado” não diz respeito à **forma** que o Estado dos trabalhadores deve assumir no socialismo. Aqui, é necessário distinguir na teoria política marxista entre a **essência**, o **conteúdo** e a **forma** do Estado. Já vimos acima como a inovação introduzida pelo pensamento político de Marx foi conceber o Estado como um órgão de dominação de classe. Neste sentido (e apenas neste), **todo Estado** é, na sua **essência**, uma ditadura. Já o **conteúdo social** do Estado é definido, na teoria marxista, pela(s) classe(s) que exerce(m) a sua dominação através do aparelho estatal.

Assim, o conceito de “ditadura do proletariado” significa, simplesmente, o poder de Estado (ditadura) da classe operária (do proletariado), que compõe, junto com os demais trabalhadores, a **maioria** da sociedade. Como o objetivo maior da revolução proletária é justamente superar a divisão da sociedade em classes, o Estado (como órgão de dominação) também deve ser superado. O reconhecimento de que mesmo o poder político dos trabalhadores (como qualquer poder político) é uma ditadura, mantém a perspectiva de que se trata de um Estado transitório a ser **superado**, e não **perpetuado**. Assim, embora o abandono do conceito marxista da “ditadura do proletariado” possa “soar” mais democrático, representa, na verdade, uma perspectiva mais conservadora e “autoritária”, pois implica adotar a ótica da **perpetuação** do Estado (e não a da sua “extinção”). Desta abordagem surge uma questão teórica e prática crucial para a teoria marxista — como organizar um poder político

que tem como meta a sua própria dissolução? Isto nos remete à discussão sobre a forma do Estado.

Historicamente, o poder político de uma determinada classe pode assumir as mais diferentes formas. Ou seja, a dominação de classe pode se concretizar através de diferentes tipos de instituições estatais. Referenciando-se na tipologia clássica das formas de governo feita por Aristóteles, Lênin desenvolve (no mesmo discurso do qual extrai a citação de abertura deste artigo) o seguinte raciocínio sobre esta questão, com base na teoria política marxista:

“No Estado escravista temos a monarquia, a república aristocrática, ou mesmo a república democrática. Na realidade, as formas de governo eram extraordinariamente variadas, mas a essência continuava a ser sempre a mesma: os escravos não tinham quaisquer direitos e continuavam a ser uma classe oprimida, não eram reconhecidos como pessoas. Vemos a mesma coisa também no Estado feudal (que era republicano ou monárquico)”. (14)

Em nome de 5% da população, o Estado escravocrata tinha uma forma democrática



Na democracia ateniense da Antiguidade (referência maior de todos os autores defensores de “princípios democráticos” de governo), por exemplo, eram excluídos do poder deliberativo os escravos, as mulheres, as crianças, os inválidos, etc. O que significa que **menos de 5%** da população podiam participar das deliberações. As decisões eram tomadas em assembleias gerais dos “homens-livres” da cidade-Estado. Por isso, embora a **forma** do Estado fosse democrática, continuava sendo um Estado escravocrata.

Por esta razão, não me parece válido, com base na teoria política marxista, conceber a democracia como um “valor universal” (15). Na verdade, o próprio conceito de democracia assume dimensões essencialmente diferentes, dependendo do contexto histórico de cada sociedade e dos interesses de classe a que o conceito se vincula. Isto tanto do ponto de vista do **significado** do conceito, quanto das instituições estatais e das práticas sociais a ele associadas. O título deste artigo foi escolhido justamente para resgatar esta dimensão histórica da abordagem da democracia na teoria marxista, em contraposição a uma leitura que a concebe como um valor que transcende as diferenças de classe, de contexto histórico, de sistema social, de orientação teórica, de ideologia, etc.

Para Marx e Engels, esta questão tem profundas implicações para a discussão de como montar um poder de Estado dos trabalhadores orientado para a superação das classes e das diferenças de classe, e, com isso, para a sua própria extinção. Como vimos antes, sua principal conclusão teórica, nesta terceira fase do seu pensamento político, é a de que o poder oriundo de uma revolução proletária não pode se apoiar nas instituições características do Estado burguês (mesmo

na sua forma mais democrática), pois elas estariam “minadas” por um “viés estrutural” favorável ao capital. Era necessário erguer um **novo poder** proletário, com instituições e práticas políticas alternativas que lhe dessem um conteúdo democrático mais amplo e mais profundo. Isto não quer dizer que determinadas instituições da antiga máquina de Estado não pudessem ser preservadas. Mas estas teriam de ser “revolucionadas”, isto é, dotadas de um novo conteúdo correspondente ao novo poder de Estado erguido pelos trabalhadores. Desta forma, a democracia se “extinguiria” através da sua **ampliação** e do seu **aprofundamento** (e haja dialética...). Só que, até então, nem Marx nem Engels se aventuravam, ainda, a adiantar que tipo de instituições e práticas associariam a esta concepção revolucionária de democracia socialista”.



Marx indica o rumo das formas democráticas do poder com base na Comuna

A oportunidade histórica para isto foi dada pela Comuna de Paris primeira experiência de revolução proletária, que durou apenas dois meses em 1871. Marx sabia que a insurreição dos **communards** estava fadada à derrota. Chegou a descrevê-la como um “assalto aos céus”, caracterização carregada tanto de simpatia quanto de senso crítico. Mas imediatamente passou a estudar a experiência da Comuna com a maior atenção e carinho, pois pretendia extrair dela ensinamentos sobre o tipo de Estado a ser gerado pela revolução proletária. Sua reflexão a este respeito marcam a quarta fase do desenvolvimento da sua teoria política, que cobre o período de 1871 até sua morte em 1883.

No exame da experiência da Comuna de Paris, Marx destacava justamente as medidas de cunho democrático mais profundo, como a substituição da polícia e do exército permanente pelo armamento geral do povo; a drástica redução da burocracia e repasse de responsabilidades para coletivos de trabalhadores e moradores; a redução dos vencimentos mais elevados da burocracia estatal ao nível do salário médio dos operários; o fim da figura do político profissional — dos representantes eleitos continuavam trabalhando nas suas profissões, de modo a impedir que fossem passadas leis que eles mesmos não sentissem na pele as consequências; a eleição de representantes com base no princípio do “mandato imperativo”, onde o mandato poderia ser imediatamente revogado caso o eleito não deliberasse de acordo com a vontade do povo que o elegeu; descentralização da justiça a partir da eleição de tribunais populares; a eliminação da falsa separação entre poder executivo e legislativo, compondo um único órgão representativo para dirigir a sociedade; etc. Ou seja, a Comuna instituiu um tipo de democracia **qualitativamente diferente** da democra-

cia teoricamente preconizada pelo liberalismo ou “realmente existente” nos Estados capitalistas (tanto por seus valores, quanto por suas práticas e instituições).

Pode se discutir se este conjunto de medidas é “realizável” nos Estados mais complexos de hoje. Não me parece que elas possam ser encaradas, nos marcos da teoria marxista, como uma “receita” pronta e acabada, a ser aplicada dogmaticamente em toda e qualquer experiência socialista futura. Isso significaria abstrair (no mau sentido — no sentido de **ignorar**) das particularidades que marcaram a tomada do poder pelos trabalhadores de uma única cidade no século passado, sem falar na própria efemeridade da experiência. Apesar disto, as análises de Marx e Engels sobre a Comuna indicam o rumo geral do tipo de solução que os trabalhadores devem encontrar para os desafios da criação de um Estado socialista. E, certamente, o rumo indicado pelo pensamento político marxista aponta para a necessidade de consolidar e ampliar formas democráticas (e não ditatoriais) de poder político.

Os trabalhos mais importantes de Marx sobre a questão do Estado, neste período, foram os manifestos da Internacional sobre a guerra franco-prussiana e a Comuna de Paris (escritos no calor dos acontecimentos e reunidos, posteriormente, no livro **A Guerra Civil na França**) e as suas observações críticas sobre o programa de unificação do Partido Operário Alemão que foram publicadas, postumamente, no texto **Críticas ao Programa de Gotha**. Engels, nestes anos, escreveu o livro **Anti-Duhring** (algumas partes do qual foram separadas e publicadas com o título **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**) que contém importantes formulações teóricas sobre o Estado capitalista, indicando, inclusive, a sua tendência a uma intervenção crescente na economia e as implicações econômicas, sociais e políticas disto para o movimento operário e para a luta socialista.

A quinta e última fase de elaboração da teoria política original marxista cobre o período da morte de Marx, em 1883, à morte de Engels, em 1895. O trabalho mais importante desta fase é o livro de Engels **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**, escrito um ano após o falecimento do seu grande amigo e camarada. Vimos, anteriormente, como Marx havia pretendido produzir uma obra de maior fôlego sobre o Estado, sistematizando o conjunto das suas formulações teóricas sobre o assunto. Baseado nas quatro décadas de reflexão teórica conjunta sobre a questão, e nas extensas notas feitas por Marx sobre o livro **Ancient Society** do antropólogo norte-americano Lewis H. Morgan (que havia chegado às conclusões básicas do materialismo histórico por um caminho inteiramente próprio e independente, sem nunca ter tido contato com Marx e Engels ou suas obras), Engels escreveu este livro, que ele mesmo

chama de “execução de um testamento”. A grande contribuição da obra é traçar o processo de gênese histórica do Estado, a partir da dissolução das comunidades primitivas e do surgimento da sociedade de classes. Engels ainda introduziria importantes reflexões teóricas sobre o Estado e a luta revolucionária na sua introdução de 1891 ao livro **A Guerra Civil na França** e na sua introdução de 1895 ao livro **As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850**.

Carlos Nelson Coutinho argumenta que nesta última fase, Engels teria reavaliado algumas formulações iniciais da teoria política marxista, chegando à conclusão de que:

“Se a luta da classe operária pelo poder (e o exercício do seu próprio poder) ocorre nos quadros de uma república democrática, modifica-se de modo mais ou menos substancial a idéia de que a transição para o socialismo implica a criação de um contrapoder armado dos proletários e a destruição violenta de toda a velha máquina do Estado” (16)

Seu argumento parece indicar que Engels, ao fim da sua vida, estaria evoluindo para formular teoricamente a possibilidade do proletariado conquistar e construir o socialismo através das instituições democráticas geradas no âmbito do Estado capitalista a partir da própria luta operária (o sufrágio universal, os partidos políticos de massa, etc). Após ler e reler os trabalhos de Engels do período, me parece, sinceramente, que essa é uma leitura “forçada”. Um dos problemas é que o texto de Carlos Nelson pula das formulações de Marx e Engels direto para os últimos escritos de Engels, passando ao largo de quatro décadas do desenvolvimento do pensamento político marxista que, como vimos acima, registraram importantes avanços e conclusões. Pinçando, assim, trechos dos últimos escritos de Engels, fora do contexto mais geral de evolução das suas reflexões políticas, pode-se ficar com uma noção inexata das posições que ele efetivamente sustentava nesse período.

De fato, inúmeras passagens destes escritos não autorizam a leitura feita por Carlos Nelson. Na conclusão de **Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**, por exemplo, Engels afirma:

“(Na República democrática) a riqueza exerce o seu poder de modo indireto, embora mais seguro... Por último, é diretamente através do sufrágio universal que a classe possuidora domina. Enquanto a classe oprimida, em nosso caso, o proletariado — não está madura para promover ela mesma a sua emancipação, a maioria de seus membros considera a ordem social existente como a única possível e, politicamente, forma a cauda da classe capitalista, sua ala de extrema esquerda... O sufrágio universal é, assim, o índice de amadurecimento da classe operária. No Estado atual não pode, nem poderá ir além disso; mas é suficiente. No dia em que o termômetro do sufrágio universal registrar para os trabalhadores o ponto de ebulição, eles saberão — tanto quanto os capitalistas — eles saberão o que fazer”. (17)

Já na sua introdução de 1891, a que me referi acima, Engels conclui com o seguinte (e inequívoco) recado:

“Em realidade, o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, tanto na República democrática como sob monarquia; e no melhor dos casos, um mal que se transmite hereditariamente ao proletariado triunfante em sua luta pela dominação de classe. Como fez a Comuna, o proletariado vitorioso não pode deixar de amputar imediatamente, na medida do possível, os aspectos mais nocivos desse mal... Ultimamente, as palavras “ditadura do proletariado” voltaram a despertar sagrado terror ao filisteu social-democrata. Pois bem, senhores: quereis saber que face tem essa ditadura? Olhai para a Comuna de Paris: eis aí a ditadura do proletariado” (18)

**Saber quem governa
é a base
para compreender
como se
organiza o governo**



Fica claro nestas passagens que Engels continuava concebendo a formação de um “contra-poder” do proletariado, em confronto revolucionário com o Estado burguês, como questão decisiva para a transição ao socialismo. Carlos Nelson cita, ainda, outra passagem de Engels no mesmo ano de 1891 (da sua *Crítica ao Programa de Erfurt*) onde ele afirma que a República democrática é a “forma específica da ditadura do proletariado”. A contradição entre esta passagem e a citação que fizemos acima é apenas aparente. Pois o que Engels está argumentando é que o poder proletário não pode prescindir de órgãos democráticos de representação (embora a institucionalidade, as práticas e o próprio conteúdo desta representação devam ser **qualitativamente diferentes** no Estado socialista em relação ao Estado capitalista).

Da mesma forma, as formulações de Engels na sua introdução de 1895 tampouco indicam que seja através das instituições democráticas do Estado capitalista que o proletariado conquistará e construirá o socialismo. O que ele indica é que o “sufrágio universal” oferece novos campos de luta contra a dominação burguesa, dando ao proletariado possibilidades mais amplas de agitação e uma tribuna para falar às amplas massas com mais autoridade e liberdade. Estas brechas deveriam ser aproveitadas ao máximo na luta contra o Estado burguês:

“Viu-se que as instituições estatais, nas quais se organiza o domínio da burguesia, ainda oferecem possibilidades novas de utilização que permitem à classe operária combatê-las”. (19)

A vantagem deste desenvolvimento para o proletariado era que ele podia lançar aos ombros da burguesia o ônus de romper a sua própria legalidade para conter o avanço do movimento operário. Essa possibilidade tornava-se ainda mais importante para a classe operária pelo fato da nova disposição física das cidades, aliada ao maior poder de fogo dos exércitos, inviabilizar o triunfo de uma insurreição rápida e fulminante, baseada na luta de barricadas (no estilo das que haviam ocorrido nas revoluções de 1848 e 1850). Por

isso, enfrentar um momento de ruptura revolucionária empunhando a bandeira da legalidade poderia ser decisivo para configurar uma correlação de forças favorável ao proletariado. Nesta base, Engels ousava até mesmo lançar um repto à burguesia, em nome do movimento operário:

“Se violais a Constituição do Reich, a social-democracia ficará livre para fazer o que lhe parecer melhor a vosso respeito. Mas o que fará então não há de vos dizer hoje.” (20)

Não me parece que seja o alerta de alguém que, afinal concluiu comungar do mesmo “valor democrático” das classes dominantes... Se eu me preocupei tanto em resgatar o pensamento real de Engels nesta última fase do pensamento político marxista, não é para me prender a uma postura dogmática, que considera que o que Marx e Engels falaram “já falado”, uma espécie de “escritura sagrada”, válida para o restante da existência humana. Ainda mais que o próprio Engels foi o primeiro a indicar que “a teoria marxista não é um dogma, é um guia para a ação”. E eu diria, também, para estudo. Só que me parece que qualquer apreciação crítica deve em primeiro lugar, partir de uma análise precisa — criteriosa de quais eram efetivamente as suas formulações nos diferentes períodos, e como elas se articulavam com a evolução geral da sua teoria.

Podemos, agora, fazer um balanço (ainda que sucinto) da evolução do pensamento político de Marx e Engels. Começo por resgatar a questão levantada por Norberto Bobbio que serviu de ponto de partida para este artigo. Existe uma teoria marxista do Estado? Me parece que a exposição feita ao longo deste artigo permite responder, convincentemente, que sim. Bobbio certamente não concorda com isso, pois a resposta que ele mesmo dá para a sua pergunta é que:

“(A teoria marxista) do Estado é incompleta, faltando justamente aquela parte mais importante, o que leva muitos a concluir, com razão, que não existe uma verdadeira e própria teoria socialista do Estado”. (21)



**Aderir ao marxismo
não pode ser
pretexto para não
pensar e
repetir fórmulas**

É fácil entender porque, apesar de todas as evidências em contrário que vimos até aqui, o grande pensador liberal italiano insista em chegar a essa conclusão. No seu enfoque, entre as duas questões fundamentais de teoria política — o de “quem” governa e o de “como” se governa — a última é muito mais importante do que a primeira. Ora, trata-se de uma perspectiva teórica diametralmente oposta à do marxismo. Para este, desvendar “quem” governa (em termos classistas) é o ponto de partida para poder compreender “como” se governa (em termos de instituições e práticas políticas). O que Marx e Engels fizeram foi lançar as bases fundamentais da sua teoria do Esta-

do, respondendo a primeira questão. E ao introduzir uma **análise de classe** dessa questão, efetuaram uma autêntica revolução no pensamento político.

Sua análise sobre a segunda questão foi mais limitada. Se limitou à análise das formas que o Estado assumiu na sua gênese na Antiguidade, ao estudo de situações históricas concretas na França (da revolução de 1789 às diferentes experiências bonapartistas), a comentários pontuais sobre uma infinidade de situações políticas espalhadas ao longo da sua obra, e ao exame metódico e exaustivo da experiência efêmera da Comuna de Paris. Na sua projetada grande obra sobre o Estado, Marx pretendia traçar um panorama histórico geral de como o desenvolvimento das diferentes formas de poder político se articulavam com as transformações econômico-sociais (e, associado a isto, discutir as formas concretas de articulação das classes economicamente predominantes com o Estado). Infelizmente, ficou nos devendo...

Já a crítica formulada por Bobbio em relação à falta de uma teoria marxista (das instituições políticas) **do Estado socialista** não me parece procedente. A única oportunidade de estudar uma experiência nesse sentido (a Comuna) foi aproveitada com uma atividade febril e uma atenção que beirava a fixação (acho que Marx extraiu o máximo de conclusões teóricas sobre o episódio que era humanamente possível no período histórico). A contraposição aos avanços teóricos do liberalismo *antes* da revolução burguesa também é improcedente, já que a burguesia vinha com-

pondo o poder de Estado absolutista, e tinha imensos recursos à sua disposição em função da sua posição de crescente predominância econômica, o que não ocorre com o proletariado *antes* da revolução socialista.

Mas isto revela também quão limitada, insuficiente e, diria, até ridícula, é a atitude dos marxistas que se limitam a reproduzir as análises teóricas desenvolvidas por Marx e Engels, sem procurar desenvolvê-las para responder aos desafios do mundo contemporâneo. Esse tipo de adesão ao marxismo é uma boa desculpa para não pensar. Aceitá-la, ou adotá-la, só afundaria ainda mais o marxismo na crise multilateral em que ele se encontra. Nosso grande "trunfo" neste desafio, em relação às demais correntes teóricas e filosóficas, é que o pensamento marxista original nos fornece os fundamentos teóricos necessários para desenvolver criadoramente a teoria e desvendar os novos e graves problemas que se apresentam para a luta socialista.

Tratamos aqui das reflexões de Marx e Engels sobre o Estado no século passado. Na próxima edição da *Princípios* analisaremos as idéias de Lênin, Gramsci, a social-democracia e diversas correntes teóricas revisionistas, o austromarxismo, a Escola de Frankfurt e o eurocomunismo. ■

LUIS FERNANDES doutorando em Ciência Política pelo IUPERJ; professor da Universidade Federal Fluminense.

NOTAS

1. Esta indagação é formulada no seu livro *Qual Socialismo?*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987.

2. Este plano de trabalho foi explicitado por Marx nas suas cartas a Lassalle, em 22 de fevereiro de 1858, e a Engels, em 2 de abril do mesmo ano.

3. Já tive a oportunidade de comentar as diferenças nos pressupostos básicos das teorias políticas do liberalismo e do marxismo (bem como algumas das suas consequências) no artigo "O Marxismo e o Impasse entre a Igualdade e a Liberdade no Pensamento Liberal", *Princípios*, N.º 13, dezembro de 1986.

4. K. Marx e F. Engels, "Manifesto do Partido Comunista", in *Obras Escolhidas de Marx e Engels* — Volume 1, São Paulo, Editora Alfa-Omega, s.d., p. 38.

5. Uma manifestação recente dessa pretensão no Brasil é dada pelas reflexões da corrente "Nova Esquerda" do PT (ex-PRC). Ver, por exemplo, o artigo assinado por José Genuino e Tarso Genro na sessão "Tendências e Debates" do jornal *Folha de São Paulo*.

6. "Carta de Engels a Augusto Bebel" incluída no texto de K. Marx, "Crítica ao Programa de Gotha", publicado nas *Obras Escolhidas de Marx e Engels* — Volume 2, op. cit., p. 230.

7. K. Marx e F. Engels, "Manifesto do Partido Comunista", op. cit., p. 38.

8. *Idem*, p. 23

9. *Idem*, p. 37

10. R. Miliband, "Marx and the State", in G. Duncan (ed.), *Democracy and the Capitalist State*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

11. A primeira parte do livro de E. Hobsbawm, *A Era do Capital*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1988, contém uma discussão interessante e rica sobre esta experiência revolucionária europeia, batizada, na época, com o nome de "Primavera dos Povos".

12. F. Engels, "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", in *Obras Escolhidas de Marx e Engels* — Volume 3, op. cit., p. 137.

13. K. Marx, "Carta a Weydemeyer", in *Obras Escolhidas de Marx e Engels* — Volume 3, op. cit., p. 253-54.

14. V. Lênin, "Sobre o Estado", in V.I. Lenine — *Obras Escolhidas* — Volume 3, Lisboa, Edições AVANTE!, 1979, p. 183.

15. Como se sabe, essa tese é sustentada no Brasil por autores que se referenciam na teoria marxista, como Carlos Nelson Coutinho, *A Democracia como Valor Universal*, Rio de Janeiro, Salamandra Editorial, 1984 e Francisco Welfort, *Por que Democracia?*, São Paulo, Brasiliense, 1984.

16. C. N. Coutinho, *A Dualidade de Poderes: introdução à teoria marxista de Estado e revolução*, São Paulo, Brasiliense.

17. F. Engels, "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", op. cit., p. 138.

18. F. Engels, "Introdução à Guerra Civil na França", in *Obras Escolhidas de Marx e Engels* — Volume 2, op. cit., p. 51.

19. F. Engels, "Introdução à Luta de Classes na França de 1848 a 1850", in *Obras Escolhidas de Marx e Engels* — Volume 1, op. cit., p. 103.

20. *Idem*, p. 109.

21. N. Bobbio, *Qual Socialismo?*, op. cit., p. 51.

QUAL DEMOCRACIA? QUAL DITADURA?

JOSÉ CARLOS RUY

*Uma forma consagrada pela propaganda
burguesa é a de
“universalizar” suas idéias,
retirar delas o caráter histórico e a marca de classe.
É o que se pretende fazer hoje,
dando como definitiva a democracia de tipo capitalista*

“O capitalismo com democracia ou socialismo sem democracia” — em meados dos anos 70, num ensaio que ficou famoso — “Qual socialismo”? — o pensador italiano Norberto Bobbio formulou este dilema aparentemente insolúvel. As experiências históricas da construção do socialismo pareciam dar-lhe razão. E hoje, o naufrágio dos regimes burocratizados do Leste europeu e o abandono aparentemente definitivo do caminho da construção do socialismo por aquelas nações parecem confirmar mais uma vez aquele diagnóstico segundo o qual socialismo e democracia seriam incompatíveis.

Gastou-se muito papel e tinta, nos anos seguintes, na discussão das relações entre democracia e socialismo. O “eurocomunismo”, uma autoproclamada via européia “democrática” para o socialismo pretendia indicar uma passagem indolor para uma nova forma, superior, de organização da sociedade. Depois de Gorbachev e das mudanças que ele comandou, muitos políticos e intelectuais ligados a partidos progressistas aprofundaram essa opção pela “via pacífica” para o socialismo. Outros chegaram mesmo a abandonar essa perspectiva em troca de um capitalismo “atenuado” que evoluiria gradual e lentamente para o socialismo.

Jarbas de Hollanda, líder do grupo ultra-reformista do Partido Comunista Brasileiro, por exemplo, propõe a substituição da noção de luta de classes pela

de “parceria conflitiva” entre o capital e o trabalho (Folha de S. Paulo, 04.05.1990). Moema San Tiago, deputada federal do PSDB do Ceará, defende algo semelhante. O “grande problema do ponto de vista democrático não é o de organizar um partido de classe (que classe?) mas um partido representativo dessas grandes massas, interessadas em elevar seus níveis de vida material e cultural e de incrementar sua participação na coisa pública”, escreveu ela. “Quanto ao Estado já é tempo de termos, frente a ele, uma atitude madura, de reconhecimento de seu duplo papel de coerção-legitimação, através do qual desistimos do ‘golpismo’ em favor de um processo de fortalecimento institucional fundado na abertura do Estado à sociedade e de suas políticas aos seus órgãos de representação coletiva. Este é o caminho democrático para a construção do socialismo no Brasil” (Folha de S. Paulo, 01.03.1990). Francisco Corrêa Weffort, da direção nacional do PT, defendeu recentemente que a luta de classes não existe mais nos países adiantados da Europa, sendo um anacronismo nos países pobres. Pregou também uma noção bastante elástica de socialismo: “uma sociedade socialista, no meu entendimento, tem empresário, tem burguesia. A diferença central em relação a uma sociedade capitalista é que aquelas alianças nas quais os trabalhadores joguem o papel principal exercem função hegemônica na sociedade” (Folha de S. Paulo, 27.08.1990).



VERONIKA



As ditas inovações têm raízes nas surradas teses de Bernstein na II Internacional

As raízes desse pensamento passam pelo debate dos anos 70 aberto pelos “eurocomunistas” e vão mais longe — sua tradição alinha-se com as teses que, no

final do século passado, nasceram entre os setores reformistas da II Internacional e que tiveram expressão nas obras de Eduard Bernstein e Karl Kautsky, defensores da evolução pacífica e legalista para o socialismo.

Modernamente, esse pensamento ressurgiu com força após a II Guerra Mundial e generalizou-se nos anos 60 e 70 nos principais partidos comunistas europeus. O abandono da revolução, da luta de classes, da noção de ditadura do proletariado, e a aceitação das instituições parlamentares burguesas, difundiram-se entre amplos setores do movimento de massas sob influência dos partidos reformistas em todo o mundo. Enrico Berlinguer, em 1977, dizia que a “democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o

valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista”.

Santiago Carrillo, do Partido Comunista Espanhol, escreveu, num livro publicado em 1977: “Para as vias que nos propomos — a conquista de um socialismo que mantenha e enriqueça, dando-lhe, além disso, uma nova dimensão econômica e social, as liberdades democráticas políticas e os direitos humanos, que são um ganho histórico irrenunciável do progresso humano —, para a realização deste ideal, não basta nos desembaraçarmos de algumas fórmulas cunhadas por nossos teóricos — como a de **ditadura do proletariado** — nem afirmarmos nosso respeito pelo jogo democrático”. (...) “A via democrática para o socialismo supõe um processo de transformações econômicas diferente do que poderíamos considerar como modelo clássico. Ou seja, supõe a coexistência de formas públicas e privadas de propriedade durante um longo período”. Nesse sentido, a defesa das instituições políticas democrático-burguesas é essencial para ele. “No que tange ao sistema político instalado na Europa Ocidental, baseado nas instituições políticas representativas — o Parlamento, o pluralismo político e filosófico, a teoria da separação dos poderes, a descentralização, os direitos humanos etc. — esse sistema, no essencial, é válido e será ainda mais efetivo com uma base econômica socialista e não capitalista”.

Agnés Heller, uma filósofa húngara da chamada

Escola de Praga, discípula de Georg Luckács, pregou idéias semelhantes, com grande repercussão em círculos reformistas e, principalmente, acadêmicos. “Os cânones democráticos, dado seu caráter formal, são passíveis de se converter tanto nos princípios básicos de uma sociedade socialista quanto nos de uma sociedade capitalista”. O problema, diz ela, “é saber se é possível resolver contradições inerentes à noção de democracia formal sem abolir o direito à propriedade e sem que a sociedade seja confundida com o Estado”.

No Brasil, muitos intelectuais ligados ao movimento democrático aderiram a idéias dessa espécie. Entre eles, destacam-se Carlos Nelson Coutinho (pela repercussão de suas obras) e Francisco Corrêa Weffort (por seu prestígio como professor universitário e, principalmente, pelo papel dirigente que teve no PT desde sua fundação).

Weffort, de sua cátedra de professor e dirigente político, condena a definição classista das democracias modernas. “Chamar as modernas democracias européias atuais de burguesas só é possível à custa de um enorme empobrecimento da análise e, por conseguinte, da perspectiva política. Seria mais correto dizer que são democracias sob hegemonia burguesa, aliás hegemonia em permanente disputa por parte dos trabalhadores. O problema dos trabalhadores nas democracias modernas é o de conquistar a hegemonia no campo de uma democracia que consideram sua”.

Carlos Nelson Coutinho, um escritor tradicionalmente ligado ao PCB, participante hoje do governo paralelo do PT e respeitado intelectual acadêmico, foi talvez o mais completo e conseqüente difusor (e sistematizador) dessa revisão do marxismo no Brasil, autor de dois livros de grande influência — **A democracia como valor universal** e **A dualidade de poderes**.

Para ele, as formulações de Marx e Engels sobre o Estado, de 1848 — isto é, do **Manifesto Comunista** — são anacrônicas e residualmente blanquistas. Inspirado nas idéias de Antonio Gramsci, Coutinho usa as expressões “restrita” e “ampla” para indicar as abordagens marxistas do Estado. “Restritas” seriam aquelas teses que encaram o Estado como instrumento político de domínio de uma classe; “amplas” seriam aquelas que, ao contrário, pensam o Estado como resultado do conflito dos interesses contraditórios presentes na sociedade.

No **Manifesto**, Marx e Engels caracterizaram o Estado como um “comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia”, uma concepção restrita portanto. Outra tese marxista afirma a tendência à pauperização dos trabalhadores sob o capitalismo. Unidas, elas levariam a uma terceira tese. A necessidade de coerção permanente transforma a luta de classes naquilo que Marx considerou como uma “guerra civil mais ou menos aberta que lavra na sociedade atual”. Isso impunha — diz Coutinho — a transição ao socialismo por uma “explosão insurrecional” e uma “ruptura súbita e violenta da ordem burguesa”.



Nelson Coutinho repete fraude denunciada por Engels em carta de 1895

As concepções “restrita” do Estado e “explosiva” da revolução, diz Coutinho, teriam sido superadas (pelo menos parcialmente) nas obras posteriores dos fundadores do marxismo. Ele tenta basear suas idéias reformistas na famosa **Introdução** de Engels, de 1895, para o livro de Marx **As lutas de classe na França** — exatamente como os reformistas da II Internacional. Diz que Engels teria defendido, nesse texto, uma “concepção processual” de transição ao socialismo, indicando a possibilidade de uma tática de luta operária “nos quadros da legalidade democrática”.

O próprio Engels denunciou e protestou, numa carta a Kautsky (01.04.1895) contra essa falsificação de suas idéias, fraude que, omitindo trechos de sua **Introdução**, o reduziu — reclamou ele — a um “adorador pacífico da legalidade custe o que custar”. Coutinho não faz conta disso, porém, e vai adiante. Nessa nova concepção, diz ele, o Estado não é mais o comitê das classes dominantes, mas sim “fruto de um pacto”, Marx e Engels são reduzidos a pensadores liberais — defensores de uma teoria contratual do Estado —, que encaram o Estado como um corpo político situado acima das classes. Mas só um Estado assim — acima das classes — poderia servir aos objetivos reformistas. Sua transformação pode ser concebida como um processo que ocorre **por dentro** do Estado. Inspirado na **História da Revolução Russa**, de Trotski, Coutinho fala em “infiltração molecular da classe revolucionária no seio dos aparelhos de Estado” capaz de iniciar, embrionariamente, a transformação da máquina estatal e levando a uma situação de “duplo poder” dentro do próprio Estado, onde os interesses dos trabalhadores poderiam, por via parlamentar e legal, sobrepor-se gradualmente aos das classes dominantes. Em conseqüência, pensa Coutinho, o “Estado não é encarnação direta e imediata dos interesses da classe dominante”; é “**também** o resultado de um equilíbrio dinâmico e mutável entre classes dominantes e classes subalternas, no qual estas últimas conseguem implantar e expandir posições **de poder** no seio dos aparelhos de Estado”.

Coutinho diz que as concepções “restrita” do Estado e “explosiva” da revolução estão ultrapassadas e são pobres teoricamente. Ao mesmo tempo — está implícito em seu texto — elas levariam a soluções de força que sufocariam a democracia na passagem para o socialismo. Ao contrário, as concepções “ampliada” do Estado e “processual” da revolução, mais adequadas às modernas sociedades capitalistas, seriam mais ricas teoricamente e teriam a vantagem de res-

guardar as conquistas democráticas obtidas pelos trabalhadores no processo de luta pelo socialismo.

O conhecimento materialista dialético resulta — e exige — uma permanente verificação da validade das proposições, seja quanto às análises passadas que fazem parte da herança histórica deixada pelos clássicos, seja em relação às novas concepções que surgem. As teses iniciais do marxismo — a teoria do valor, a luta de classes como motor da história, a mais-valia, a imposição da ruptura revolucionária e de destruição do Estado burguês — precisam, constantemente, ter sua validade reafirmada com base na análise da luta política e da vida dos povos. Essas teses derivam não de um esforço puramente intelectual, mas do exame atento e rigoroso da realidade social, política e econômica. Elas são a expressão abstrata, o reflexo em nossos cérebros, de determinações concretas, reais, que só perderão a validade quando deixarem de existir na vida real. Essas foram as características que permitiram ao marxismo afirmar-se como o pensamento científico da mudança social. Da mesma forma, as novas concepções devem refletir também as novas determinações que surgiram no mundo, e sua validade é ratificada pela demonstração inequívoca de que a mudança ocorreu, de que os fenômenos são de fato novos, e de que sua tradução conceitual corresponde ao movimento real, à dinâmica de sua existência fora de nossa consciência. O conceito deriva do objeto, de sua análise atenta e cuidadosa, de seu permanente enriquecimento com novas determinações — e é justamente isso que é preciso demonstrar, se se trata de um pensamento verdadeiramente materialista-dialético.

O revisionismo do nosso tempo apresenta como novas uma série de teses — o fim da luta de classes, a transformação evolutiva do Estado, a manutenção do aparato estatal burguês, a convivência do socialismo com a propriedade privada e com uma classe de proprietários, a evolução pacífica e parlamentar para o socialismo, o Estado acima das classes etc.

Para cada uma das teses originárias do marxismo, os reformistas apresentam reformulações que eliminam o caráter revolucionário e científico do pensamento social da classe operária, e o transformam em mera apologia da democracia burguesa. Longe de ameaçar os limites do sistema capitalista, colocá-los em questão, apontar para a necessidade — e possibilidade — de sua superação. Preocupam-se em aperfeiçoá-lo, “humanizá-lo”, domesticá-lo, melhorar as formas de convivência entre exploradores e explorados. Um teórico social-democrata, o professor Adam Przeworski, da Universidade de Chicago, reconhece esse fato sem rodeios. “Os social-democratas”, escreveu ele, “não conduzirão as sociedades européias ao socialismo. Mesmo se os trabalhadores preferissem viver sob o regime socialista, o processo de transição levaria necessariamente a uma crise antes que o socialismo pudesse ser organizado. Para atingir os picos mais

elevados, é necessário atravessar um vale, e essa descida não pode ser empreendida sob condições democráticas”.

Essa é a questão central no debate da via pacífica ou insurrecional para o socialismo: como se dará e quem conduzirá a travessia, a transição? O pensamento social-democrático — e o revisionismo contemporâneo é uma variante dele — tergiversa sobre esta questão. Eles aderiram à tese liberal do Estado neutro, pairando acima das classes. Os reformistas não consideram que o Estado burguês é um produto histórico, moldado para viabilizar o sistema capitalista em seu conjunto. Por isso, o Estado pode ser autônomo em relação à classe dominante — porque ele defende os interesses gerais dessa classe. Desempenha também duas funções essenciais para o bom andamento dos negócios e da produção capitalista: a coerção e a persuasão. Através de seus instrumentos policiais, jurídicos e militares, o Estado promove a coerção — faz aplicar a lei contra os insatisfeitos, inconformados, desajustados ou revoltosos. Simultaneamente, organiza o consenso social, a legitimação do domínio de classe, mobilizando poderosos instrumentos de persuasão (escola, Igreja, imprensa, sindicatos, partidos etc) responsáveis pela soldagem, pela coesão, do conjunto da sociedade. A força física e o convencimento **andam juntos**, e não separados — como quer o sonho reformista. Quando o convencimento falha, a força física intervém e restabelece o equilíbrio das coisas.



Historicamente o Estado burguês é moldado para servir ao capitalismo

O Estado burguês foi moldado, pouco a pouco, através dos séculos, para servir ao capitalismo — e não poderia ser de outra forma! Suas instituições, métodos, formas de governo, orçamentos, até mesmo a forma como são feitas as estatísticas, demonstram essa verdade palmar.

Em sua luta contra o absolutismo feudal, a burguesia contrapôs o princípio da soberania popular à teoria do direito divino dos reis. Todo poder emana do povo — essa foi a primeira etapa da formulação democrático-burguesa. Logo, contudo, os ricos — a burguesia e os que aliaram-se a ela nas lutas contra as monarquias absolutas — perceberam que o exercício da soberania popular poderia ser perigoso para seus interesses. Uma segunda etapa da formulação democrático-burguesa deu-se então: o exercício da soberania popular passou a ser atribuição de uma Assembléia de representantes eleitos. Estava fundado o princípio da representação, portanto.

Com isso nascia o parlamento moderno — essa vestal “neutra” e “pura” do sonho dos reformistas. O

parlamento, porém, não foi uma criação das massas revolucionárias, como a Comuna de Paris e os soviets que dirigiram a revolução russa em 1917. “Foi moldado gradual e lentamente — diz o historiador norte-americano George Novack — como um instrumento político pelas camadas altas da burguesia, que se viam obrigadas a disputar a supremacia contra a monarquia absoluta pela sua ala direita, e contra os plebeus, pela esquerda”. Esse parlamentarismo, continua Novack, “com ou sem monarquia complacente, emergiu do laboratório da história européia ocidental como o modelo a seguir para levar a cabo a dominação dos donos da riqueza sobre o resto da Nação através de formas mais ou menos democráticas”.

O Parlamento é um instrumento para levar a cabo a dominação dos poderosos



Mas o parlamento, que poderia ser contaminado pelas pressões democráticas — principalmente depois da generalização do sufrágio universal, entre o final do século passado e o começo deste —, não era bastante confiável para proteger os interesses da alta burguesia e defender, em última instância, a propriedade privada. Cromwell, Locke, Benjamin Constant, Kant, uma lista enorme de políticos e teóricos da burguesia defenderam o sufrágio de proprietários, recusando o reconhecimento de direitos eleitorais aos pobres, aos trabalhadores, aos que não tivessem um nível mínimo de propriedades ou de renda, exigidos como requisito para a qualificação eleitoral. Em 1821, um político conservador norte-americano dizia, em uma convenção realizada em Nova York: “a tendência ao sufrágio universal é a de pôr em perigo os direitos de propriedade e os princípios da liberdade”.

Era preciso controlar o Parlamento, e a divisão dos poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário, separados e autônomos entre si — cumpriu esse papel. Locke foi o primeiro a propô-la, ele que era partidário de um compromisso entre a burguesia inglesa e a nobreza aburguesada, compromisso liderado por um monarca cujos poderes seriam limitados por uma constituição. Montesquieu desenvolveu as idéias de Locke. Ele era um nobre francês que queria a forma da monarquia absoluta como condição para sua sobrevivência numa época — o século XVIII — em que a luta de classes se aprofundava e deixava entrever uma solução radical para os conflitos sociais. Nos EUA, a divisão em três poderes permitiu manter o Legislativo sob controle de um “poderoso Executivo presidencial, que assumiria alguns dos poderes dos monarcas”, diz George Novack. Outra forma de controlar o Legislativo foi a criação do Senado, composto por representantes dos Estados. “Fazer emendas à constituição se fez difícil. Toda revisão devia ser ratificada por

três quartos dos Estados, em lugar de por uma maioria de Estados e votantes. A escravidão, junto a outras formas de propriedade, foi garantida” dessa forma.

Na França, a República consolidou-se sobre os túmulos dos heróis que tomaram em defesa da Comuna de Paris. A democracia foi instaurada de modo durável e sob forma republicana pela Constituição de 1875, que fundou a III República. Em 1871, os republicanos conservadores uniram-se aos algozes da Comuna e desmancharam, assim, a pecha de radicalismo que envolvia a República. “A derrota da Comuna de Paris e a participação que nela tiveram os republicanos teve uma consequência fundamental que permitiu à República se instaurar solidamente a seguir”, dizem os escritores Alain Bergounioux e Gerard Brunberg. Com a República, foi criado também o Senado, eleito de forma mista: parte dos senadores eram indicados em caráter vitalício pela Assembléia Nacional; os demais eram eleitos nos departamentos, por colégios eleitorais indiretos formados por funcionários públicos. “No conjunto — diz o historiador Arno J. Mayer — esse arranjo eleitoral se destinava a garantir a representação injustificável e excessiva das aldeias e vilas em comparação a Paris e outras grandes cidades”.

Com algumas modificações, o sistema parlamentar francês funcionou bem até a Primeira Guerra Mundial, mas emperrou em seguida. “A constituição, quando das eleições de 1936, de um forte eleitorado comunista e seu reforço em 1945 tornarão cada vez mais difícil seu funcionamento”, dizem Bergounioux e Brunberg. A ocupação alemã de 1940-1944 erradicou o “perigo”, temporariamente. Após a guerra, a pressão eleitoral popular colocou outra vez o sistema em xeque e, em 1958, a Assembléia se autodissolveu e outorgou poderes ditatoriais ao general Charles de Gaulle, cujas reformas fortaleceram o Executivo, diminuíram os poderes do Parlamento e enfraqueceram os partidos.

Em outro país avançado da Europa do começo do século, a Alemanha, o resultado dessa experiência foi trágico. A derrota alemã na guerra, em 1918, foi o estopim para um movimento revolucionário de enormes dimensões — talvez o maior já visto numa nação européia moderna. Mais de 10 mil conselhos de operários e soldados se formaram nas cidades alemãs, criando condições semelhantes às russas para a tomada do poder por um partido revolucionário. A liderança do Partido Social Democrata alemão, porém, fez de tudo para conter a revolução. Friedrich Ebert, presidente do partido desde 1913, foi nomeado primeiro-ministro após a queda da monarquia e, imediatamente, apelou ao povo para deixar as ruas e assegurar a calma e a ordem. Ele chegou mesmo a pactuar secretamente com os militares para derrotar a revolução, diz o historiador Gilbert Badia.

Os revolucionários alemães, liderados por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, não conseguiram quebrar o círculo de ferro com que Ebert e seus asseclas cerca-

ram a revolução, e acabaram assassinados por milícias para-militares, em março de 1919. Embriões do fascismo que imporiam uma noite negra à Alemanha menos de duas décadas mais tarde, esses grupos paramilitares — autênticos esquadrões da morte — agiam livremente, acobertados pelas autoridades policiais do governo social-democrata.

Estados Unidos e Alemanha são exemplos da limitação dos direitos do povo



Em nossos dias, duas nações apontadas como exemplo de democracia desenvolvida, a Alemanha e os Estados Unidos, são exemplo da limitação que o regime burguês impõe aos direitos do povo.

A Alemanha, sob o social-democrata Willy Brandt, conheceu uma “singular concepção de ampliação da democracia”, diz Jean Claude Poulain. Em 1972, Brandt criou os famosos **Berufsverbote** (“proibição profissional”) proibindo que comunistas e opositores pudessem trabalhar como professores, magistrados, funcionários públicos (mesmo nos correios ou nas ferrovias). No começo dos anos 80, eles atingiam mais de 4 mil pessoas na Alemanha, e eram apenas a ponta de um iceberg. Outras formas de legislação de exceção coexistiam com tais proibições, como a que autoriza a repressão policial contra manifestantes, a restrição aos direitos de defesa, a extensão dos direitos policiais de investigação, tornando possível que estas ocorram sem testemunhas e sem ordem judicial escrita.

Nos Estados Unidos, os ataques à democracia não são tão claros, embora existam. O historiador Bertram Gross publicou, em 1980, um estudo significativamente intitulado **Friendly Fascism — the new face for power in America** (“Fascismo amigável — a nova face do poder na América”), onde descreve a rede informal do poder dos super-ricos, aquilo que o povo norte-americano chama de “governo invisível”, formado pela interação entre as estruturas econômicas e políticas — e onde esse aspecto decisivo do exercício do poder, que é a riqueza e sua capacidade de influenciar as decisões, fica fora dos controles institucionais. “Acordos e decisões privadas — e o bem protegido segredo que os envolve — têm um largo papel nas operações desse governo invisível; isto dá o mistério inerente ao **Establishment**”, diz o historiador.

Fica difícil demonstrar, assim, que o Estado moderno deixou de ser o “comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia”. C. Wright Mills já havia descrito a intrincada rede do poder americano, a soldagem indelével dos interesses privados com o governo, em seu livro **A elite do poder**, de 1956. Recentemente, a revista **Forbes** (edição de 19.02.1990), publicou uma lista dos 50 mais ricos congressistas norte-americanos.

Ela demonstra a massacrante presença dos muito ricos no Parlamento e sua influência nos meios de decisão. Esse grupo é dono, em média, de patrimônios avaliados em 26,6 milhões de dólares cada parlamentar. O mais rico tem 460 milhões de dólares; o menos rico, 1,8 milhão. A lista também revela que, nesse grupo, 19 são senadores — e eles são, decididamente, muito mais ricos que os 31 deputados arrolados. O patrimônio médio de cada um dos senadores é de 58 milhões de dólares, enquanto o dos deputados é de 7,5 milhões. Essa é uma amostra de quase dez por cento dos 535 parlamentares norte-americanos (100 senadores e 435 deputados). Parlamentares que são, seguramente, muito mais ricos do que a média do povo norte-americano. Como nos primeiros tempos do sistema parlamentar — quando só os ricos votavam e eram votados — mesmo hoje o parlamento buguês pode ser considerado um soviet dos proprietários!

Outra faceta do poder institucionalizado, visível, que permeia a sociedade norte-americana e que dá a ela um caráter quase totalitário, é o descrito pelo pesquisador Christopher Lasch. Ele mostra como o crescimento do sistema educacional e do serviço social “socializou” todos os aspectos da vida dos trabalhadores norte-americanos, como alternativa para o conflito de classes. Tais sistemas desenvolveram uma concepção da ação terapêutica do Estado e “as reformas que se apresentaram como o máximo de esclarecimento ético carcomeram os direitos do cidadão comum”. Os poderes coercitivos do Estado, disfarçados sob o desejo de agir de forma amigável e ajudar a resolver os problemas, combinam-se aqui com os mecanismos consensuais, persuasivos, infiltraram-se em todos os cantos da sociedade. Atuando em áreas como a saúde pública, a instrução moral, o auxílio psíquico, os novos organismos de assistência social transformaram os cidadãos em tutelados sociais, cujas decisões podem, a critérios que estão fora de qualquer controle, ser modificadas por “autoridades” que agem em “benefício do cidadão”. A situação de minoridade política e social decorrente é grave, segundo o autor. Ele mostra que, em 1977, uma em cada oito pessoas com mais de dezessete anos de estudos (universitários, portanto) acreditam que o presidente dos Estados Unidos não deve obedecer às leis; além disso, uma em cada duas pessoas pensava que os membros do Congresso são indicados pelo Presidente.



São muito frágeis as defesas das virtudes da democracia no sistema burguês

As ilusões social-democratas a respeito das virtudes democrático-burguesas são frágeis, portanto. Ao longo da história, elas resultaram sempre de um equilíbrio

precário. Seus limites são estabelecidos pelo consentimento dos trabalhadores. Quando abrem-se períodos de crise em que o domínio da burguesia é ameaçado, a legalidade rompe-se e a coerção — que era oculta pelo consentimento — torna-se crua. Na Alemanha, na França, na Itália, nos Estados Unidos, no Brasil, no Chile, em todas as partes, a legalidade constitucional dificilmente conseguiu sobreviver a ameaças — e, significativamente, a iniciativa de rompê-la partiu sempre dos poderosos, da burguesia e seus aliados, sob governos complacentes ante flagrantes violações de direitos constitucionais conquistados pelo povo depois de muita luta.

A tese social-democrata da democracia como valor universal mal esconde seu caráter apologético do sistema capitalista. Em primeiro lugar, ela confunde uma situação histórica precisa — a democracia burguesa — com conquistas definitivas da humanidade. Lênin, em seu tempo, enfrentou debate semelhante. Estas teses falam, escreveu ele, “em conceitos democracia em geral” e “ditadura em geral”, sem colocar a questão de classe que se tem no presente. Essa forma de colocar a questão à margem das classes ou por cima delas, desde o ponto de vista — como dizem falsamente — de todo o povo, é uma descarada mofa da teoria principal do socialismo, isto é, a teoria da luta de classes, que os socialistas que passaram para o lado da burguesia reconhecem de palavra e esquecem na prática. Porque em nenhum país capitalista civilizado existe a “democracia em geral”, pois o que existe neles é unicamente a democracia burguesa”. E, no socialismo, acrescenta Lênin, “do que se trata não é da ‘ditadura em geral’, mas sim da ditadura da classe oprimida, isto é, do proletariado, sobre os opressores e os exploradores, isto é, sobre a burguesia, a fim de vencer a resistência que os exploradores opõem em sua luta pela dominação”.

Com a única exceção de que, hoje, mesmo em palavras, muitos reformistas não reconhecem a luta de classe, o texto de Lênin permanece atual. Ao falar em “democracia como valor universal”, os social-democratas dão um caráter definitivo à atual forma de organização das sociedades ocidentais e da institucionalização do poder político nelas existente. Deixam de reconhecer, em contrapartida, que o Estado democrático-burguês — e os direitos que o povo arrancou das classes dominantes — compõem um equilíbrio instável entre classes antagônicas, uma situação provisória e mutável que a menor mudança na conjuntura econômica e social pode alterar radicalmente.

Outro aspecto que as teses reformistas não consideram é o fato de que as democracias ocidentais são, na verdade, **ditaduras da burguesia**. Na acepção científica clássica, ditadura refere-se à forma de governo e aos limites institucionais colocados para as mudanças políticas, econômicas e sociais. Só modernamente a expressão ditadura foi encarada como sinônimo de tirania, de governo arbitrário. A ditadura é, numa



concepção não vulgar, o conjunto de regras e instituições que definem, num dado contexto histórico, os limites que a luta política não pode ultrapassar. Ela é assim, o governo de uma classe, cujos regimes podem ser mais ou menos abertos, variando do terrorismo de Estado (como no fascismo) às várias formas de democracia parlamentar. O limite da ditadura da burguesia é, em última instância, a defesa da propriedade privada, das relações de produção capitalistas e da estrutura de distribuição, entre os membros da sociedade, dos bens produzidos pelos trabalhadores.

A ditadura do proletariado, tão vilipendiada hoje, resulta da necessidade de superar, na luta por uma sociedade nova e mais avançada, os limites impostos pela ditadura da burguesia. A mesma dialética consenso-coerção que domina sob a ditadura da burguesia manifesta-se aqui. A diferença fundamental é que, sob a ditadura do proletariado, o Estado burguês e suas instituições são destruídos, dando lugar a uma nova forma de organização do poder político. “O proletariado deve derrubar primeiro a burguesia e conquistar o poder estatal, utilizando depois esse poder, isto é, a ditadura do proletariado, como instrumento de sua classe a fim de conquistar a simpatia da maioria dos trabalhadores”, escreveu Lênin em 1919. Em se-

guida à tomada do poder do Estado, deve implantar seu próprio aparato estatal, quebrando "definitivamente a dominação, o prestígio e a influência da burguesia e dos conciliadores pequeno-burgueses entre as massas não-proletárias". Finalmente, precisa derrotar a influência desses elementos entre o povo, "dando satisfação revolucionária às necessidades econômicas destas massas, às expensas dos exploradores". A luta não termina aqui, porém. Lênin enfatiza também que o "proletariado, ao conquistar o poder estatal, não interrompe sua luta de classes, mas a continua em outra forma e com outros procedimentos".

**A propriedade é a
chave para
ter direitos no
mundo onde
domina o capital**



A questão fundamental aqui não é, como Bobbio diz, capitalismo com democracia ou socialismo com ditadura. A questão fundamental, na verdade, é ditadura da burguesia ou ditadura do proletariado. O que os reformistas chamam de "democracia" é a ditadura da burguesia, e são apenas suas instituições que definem, para eles, o sistema democrático. Eles não conseguem conceber outras formas de democracia. Os reformistas pregam — mas não demonstram — que o Estado moderno deixou de ser um Estado de classe e transformou-se na arena onde ocorrem os conflitos sociais. Ele estaria, assim, acima das classes e a organização do poder político seria resultado da correlação de forças existente na sociedade. Formalmente — e só aparentemente — os reformistas têm razão. Mas, dizia Marx, como a aparência e a essência não são a mesma coisa, a ciência deve desvendar aquilo que a aparência oculta. O Estado burguês — que se apresenta como instância politicamente neutra — esconde em suas entranhas o segredo do domínio de classe e, sob ele, a democracia só existe, de forma efetiva e completa, para a minoria de proprietários e seus aliados. Sob a ditadura da burguesia, mesmo a democracia mais completa tem esse limite. A propriedade — e o acesso a ela — é a chave para o pleno exercício de todos os outros direitos humanos das democracias burguesas: o direito de ir e vir, o direito de reunião, a livre manifestação do pensamento, o livre e pleno desenvolvimento da personalidade, o respeito à vida e à saúde, o direito ao trabalho e ao acesso aos meios de vida etc. A própria igualdade que o direito burguês sanciona não passa de mera figura jurídica; ela desaparece quando se considera a situação social dos homens sob o Estado burguês. Uma ínfima minoria concentra propriedades, bens e riquezas, enquanto a maioria imensa — cujo trabalho cria os meios de vida para toda a sociedade — mal consegue obter o indispensável à sua sobrevivência imediata. Essa realidade,

cotidiana em países pobres como o Brasil, parecia eliminada nos países capitalistas centrais — mas que a crise do capitalismo de nossos dias insiste em ressuscitar, contrariamente à tese reformista, que havia proclamado a superação dessa verdade elementar.

O desafio colocado para os reformistas é encontrar, na realidade diária do capitalismo contemporâneo, as determinações que dêem concretude aos seus conceitos. Eles precisam demonstrar que os conceitos correspondem à realidade, exprimem aspectos que estão presentes nas relações entre os homens. Precisam demonstrar que a ditadura da burguesia é um valor universal, que ela permite uma democracia mais ampla do que aquela que a ditadura do proletariado, apesar de todos os trágicos desencontros de sua curta história, ainda promete. ■

BIBLIOGRAFIA

- Bergounioux, Alain, e Brunberg, Gerard, "As fragilidades da democracia na França", in Rouquié, Alain (e outros), **Como renascem as democracias**, Brasiliense, SP, 1985.
- Bobbio, Norberto, (e outros), **O marxismo e o Estado**, Graal, RJ, 1979.
- Carrillo, Santiago, "Eurocomunismo" e Estado, Difel, SP, 1978.
- Coutinho, Carlos Nelson, **A democracia como valor universal**, Ciências Humanas, SP, 1980.
- Coutinho, Carlos Nelson, **A dualidade de poderes**, Brasiliense, SP, 1985.
- Engels Frederico, "Introdução" à Marx, Karl, **Las luchas de classes em Francia de 1848 a 1850**, in **Obras Escogidas**, t.1, Editorial Ayuso, Madrid, 1975.
- Gross, Bertram, **Friendly Fascism — the new face of power in America**, M. Evans and Co., NY, 1980.
- Heller, Agnès, "Democracia formal e democracia socialista", in **Encontros com a Civilização Brasileira**, nº 26, 1980.
- Lasch, Christopher, A cultura do narcisismo, Imago, RJ, 1983.
- Lênin, A la poblacion, Sobre la "democracia" y la ditadura? Que és el poder soviético?, Editorial Progreso, Moscou, s/d.
- Lênin, **Las elecciones a la Asamblea Constituyente y la ditadura del proletariado**, Editorial Progreso, Moscou, s/d.
- Lênin, **El marxismo y el Estado**, Editorial Progreso, Moscou, 1980.
- MacPherson, C.B., **A teoria política do individualismo possessivo**, Paz e Terra, RJ, 1979.
- MacPherson, C.B., **A democracia liberal — origens e evolução**, Zahar, RJ, 1978.
- Marx, Karl, e Engels, Frederico, **Manifiesto comunista**, in **Obras Escogidas**, t. 1, Editorial Ayuso, Madrid, 1975.
- Marx, Karl, **Contribuição para a crítica da economia política**, Editorial Estampa, Lisboa, 1973.
- Mayer, Arno J., **A força da tradição — a persistência do antigo regime**, Cia das Letras, SP, 1987.
- Mills, C. Wright, **A elite do poder**, Zahar, RJ, 1968.
- Novack, George, **Democracia y revolucion**, Editorial Fontamara, Barcelona, 1977.
- Poulain, Jean Claude e outros, **A social democracia na atualidade**, Civilização Brasileira, RJ, 1980.
- Przeworski, Adam, **Capitalismo e social-democracia**, Cia das Letras, SP, 1989.
- Welfort, Francisco Corrêa, **Por que democracia?**, Brasiliense, SP, 1984.

O CANTO DA SEREIA DE UM PARTIDO PARA “TODOS”

ROGÉRIO LUSTOSA

A polêmica em torno do partido da revolução é parte destacada da luta de classes no terreno ideológico. Hoje, criticando o leninismo, diz-se que, para ser democrático, o partido deve ser eclético e pluralista. Será?

A “new wave” da modernidade é inventar um sistema social híbrido, meio socialismo, meio capitalismo. E, em decorrência, um tipo de partido “sereia”: meio marxista e socialista, mas com outra metade atraente, “light”, disposto a incorporar “outras contribuições teóricas” e “aberto” às diversas correntes que se manifestam no movimento popular. Com a promessa de um novo modo democrático de organização.

Esta onda modernosa vem ocupando o espaço deixado pela crise da teoria marxista e pela confusão entre os trabalhadores com as derrotas do socialismo na URSS e no Leste europeu, e a degeneração de boa parte dos partidos comunistas. (Ver *Princípios* nº 18, artigo de João Amazonas).

Os ideólogos de tal inovação declaram o marxismo como “um dos instrumentos teóricos disponíveis” mas afirmam que os trabalhadores não podem dispor, na luta por sua emancipação, de uma teoria integral da sociedade. Admitem certo grau de unidade partidária mas toleram uma diversidade de grupos e tendências no interior do partido. Consideram a existência de oposição organizada à direção e à linha do partido como prova de democracia. O pluralismo é a palavra chave na definição da “nova” democracia partidária.

O PCB, nas teses para seu IX Congresso, anuncia o esforço para dotar o partido de “uma nova teoria, uma nova cultura política e um novo modelo de organização” (1). Revela que o partido não deve “insistir

em manter uma doutrina oficial — o marxismo-leninismo”. (Tudo menos esta!). Mas que deve, para a análise concreta da realidade, “preservar as teorias de Marx, Engels, Lênin e outros marxistas (...) sem confrontação no contexto das teorias sociais e políticas progressistas e democráticas — inclusive religiosas — que existam no interior do Partido e que enriquecem a humanidade e sua cultura”. O PCB busca o “pluralismo de concepções e convicções no Partido (...) mas também o pluralismo marxista”.

No terreno organizativo, repudia o centralismo democrático leninista em favor de uma chamada “unidade democrática”. E explica: “não se trata de uma submissão da minoria à maioria, mas da unidade de todos em torno das questões que, juntos e em meio às divergências — garantidas no seu direito de manter-se e explicitar-se — democraticamente adotaram”.

Apesar do risco de desviar a atenção do leitor do assunto principal, cedo à tentação de citar uma pérola desta “nova” teoria pecebista. Ao definir o que denomina socialismo renovado, as teses explicam: “Esses valores (do socialismo), conforme os valores globais e policlassistas, não são hoje exclusivamente da classe operária, nem esta é, nas condições atuais, a única conseqüente na luta por eles. O socialismo é aspiração e ação de variados sujeitos sociais e políticos relacionados sobretudo com o conjunto dos trabalhadores e com o mundo da cultura, e é rico em suas concepções



pluralistas". E, num esforço fantástico de criação, para explicar a "nova unidade de classe que envolva ao mesmo tempo o mundo da cultura e do saber", afirma que "a nova classe operária brasileira poderá situar-se como classe geral".

Para representar os variados sujeitos políticos e sociais, em particular esta esdrúxula classe geral, com seus valores globais e policlassistas, os pecebistas sonham com um 'partido em geral' — adotam o ecletismo como teoria e só podem tomar decisões, pelo que anunciam, quando as correntes divergentes chegam ao consenso. Como clube de debates pode funcionar. Mas como arma de combate, é imprestável.

Surpreendentemente, com uma fraseologia diferente, de esquerda, o PT revela concepções muito parecidas. Augusto Franco, da direção nacional petista, informa, no boletim *Linha Direta* nº 12, que o partido reconhece o marxismo como "âmbito teórico válido para a análise da realidade" mas nega-se a adotá-lo como "doutrina oficial" (tudo, menos esta!) para que não se torne uma "comunidade espiritual dos que partilham de uma mesma visão (ideológica) sobre as relações fundamentais dos homens, da sociedade, da história". (2)

Pode-se imaginar como é difícil formular um programa de luta em favor dos trabalhadores, e aplicar uma política coerente, aglutinando os que têm visões ideológicas divergentes sobre as questões fundamentais

da sociedade. Mesmo quando estas tendências são, segundo opiniões de teóricos petistas, manifestações das várias correntes existentes na denominada "classe trabalhadora". Esta categoria "classe trabalhadora" inclui classes e segmentos de classes com interesses e convicções bastante distintos, como operários, camponeses — pequenos e médios proprietários rurais —, trabalhadores rurais, comerciários, bancários, profissionais liberais, professores, funcionários públicos, pequenos e médios empresários. Mesmo sem a intenção de forçar comparações, faz lembrar a idéia da tal "classe geral".

Q

**PT e PCB
adotam conceitos
semelhantes sobre um
partido "acima"
das classes**

— Lênin, há mais de setenta anos, ao ressaltar o papel de Karl Marx e de sua teoria sobre a luta de classes, advertia: "Em política, os homens sempre foram vítimas ingênuas do engano dos outros e de si próprios, e continuarão a sê-lo, enquanto não aprenderem a descobrir por trás de todas as frases, declarações e promessas morais, religiosas, políticas e sociais, os interesses de uma ou outra classe." (3)

E, ao tratar do partido, indaga: “É possível unir o trabalho de organização se não está bem unida a compreensão dos interesses e tarefas da classe?” (4).

Para não levar gato por lebre, é preciso estudar mais profundamente o que se pretende com um partido político.

O partido não se conforma com o senso comum forjado pela burguesia



O Partido que represente os trabalhadores é, resumidamente, uma organização que representa e defende interesses de uma parte da sociedade. E, para realizar seus objetivos, conduzir a luta pelo poder político. É ilusão querer separar partido e luta de classes. Os interesses, e sua realização, não resultam da somatória de vontades individuais ou de formulações abstratas sobre justiça social. Surgem, essencialmente, do lugar que os grupos sociais, as classes, ocupam no sistema de produção. Os interesses dos proprietários dos meios de produção não podem evidentemente coincidir com os dos despossuídos. Quem vive da mais-valia arrancada do trabalho de quem nada possui vê o mundo e tem necessidades radicalmente diversas daqueles que sobrevivem vendendo sua força de trabalho.

Partido implica, portanto, programa com objetivos definidos, estratégia e táticas adequadas para alcançar as transformações necessárias à classe que representa. A construção deste instrumento reclama, evidentemente, unidade de pensamento sobre as relações sociais, o sistema de produção, os mecanismos de poder, o desenvolvimento histórico e cultural.

Mais que isto, o partido do proletariado, para cumprir seu papel, necessariamente luta contra o modo de pensar dominante. Numa sociedade de classes, os que controlam os meios de produção material detêm também os mecanismos de produção espiritual e cultural. É sabido que no capitalismo o modo de pensar dominante é o da burguesia. Submetidos a impiedosa exploração, embrutecidos por condições de trabalho desumanas, recebendo informações, formação e educação através das instituições e meios de comunicação burgueses, os próprios trabalhadores são levados a adotar opiniões dos seus dominadores.

Por tudo isto, há mais de meio século, Lênin indicava uma verdade que ainda hoje certos baluartes da modernidade teimam em ignorar: “Os operários verdadeiramente conscientes em toda sociedade capitalista não constituem senão uma minoria de todos operários (...) O mais característico para os partidos políticos operários é justamente que só podem abarcar a uma minoria de sua classe.” (5)

Um Partido revolucionário não se confunde, portanto, com as classes que representa. Não se limita a reagir espontaneamente contra as conseqüências

imediatas da exploração. Dotado de uma teoria capaz de explicar o movimento social, pode planejar o que está além do limitado horizonte do cotidiano. Orienta a atividade de agora com a visão dos objetivos maiores e futuros. Revela, na prática, a distinção entre a ideologia proletária revolucionária e as concepções burguesas. Neste processo, demonstra também como são insuficientes as proposições reformistas apregoadas pelas camadas médias que oscilam entre a burguesia e o proletariado. Desta forma, o Partido age como vanguarda ao despertar os menos conscientes, ao educar o conjunto dos trabalhadores, levando-os a juntar concepções teóricas avançadas com a experiência concreta.

Não pode haver um movimento de massas conseqüente, revolucionário, sem uma organização teoricamente capaz de compreender a sociedade e identificar os interesses de conjunto do proletariado — conscientes apenas por uma minoria de trabalhadores subjugados pelo capital.

A unidade teórico-ideológica, longe de ser um mal, é condição essencial para um partido que luta por uma nova sociedade. A este partido podem chegar militantes de diversas origens sociais. Mas o seu conteúdo de classe não se confunde com a soma individual de seus membros.

Por outro lado, o ecletismo, associado com o esforço para subestimar o papel da teoria, só leva a baralhar idéias e desarmar os trabalhadores. É tolice tentar camuflar o fato de que a luta ideológica é parte da luta de classes.

Francisco Weffort, ideólogo e dirigente nacional do PT, diz, sem ao menos corar, que “o PT não nasce de nenhuma definição teórica, mas de uma intuição prática que se revelou teoricamente correta”. E conclui que o partido deve ser “laico do ponto de vista teórico e filosófico”. (6)

Esta “falta de teoria” tenta aparecer como avanço democrático. Vem associada muito particularmente ao ataque contra o socialismo científico. Com este propósito, é freqüente a identificação grosseira de ciência social com fórmulas prontas e acabadas, para tudo. Mas os defensores da intuição — e da revelação talvez — não teriam o mesmo desembaraço em repetir estas comparações ao falar de física, biologia, química, etc. Ou será que o homem pode conhecer a natureza e as leis do desenvolvimento da matéria, mas é impotente para pensar cientificamente sobre si mesmo e sobre a sociedade em que ele vive e constrói?



A ciência busca aproximação infinita do saber com o real através da história

Em geral, a ignorância é que leva às tentativas de impor esta ou aquela descoberta particular como conclusão final, e a ver os fenômenos como eternos imutá-

veis. Pelo contrário, quando a atividade teórica desenvolvida pelo homem alcança o nível da ciência, surge a compreensão de que as informações adquiridas com as experiências passadas constituem parte da verdade, num processo infinito de aproximação do conhecimento com o real. Foi a ciência que demonstrou o caráter histórico das verdades no mundo em permanente movimento.

O marxismo-leninismo, como ciência da sociedade, foi que introduziu a dialética no estudo do desenvolvimento social, econômico e político. E conquistou direito à vida exatamente porque soube assimilar — e reelaborar de acordo com a visão científica do proletariado — tudo o que mais relevante o pensamento humano produziu.

A crise atual do marxismo — como outras que já viveu e que as ciências ocasionalmente podem enfrentar — vem da dificuldade em interpretar os novos problemas surgidos no curso da construção do socialismo. Mas aproveitar-se de obstáculos temporários para negar a ciência, no amanhecer do século XXI e, em seu lugar, pregar a incorporação acrítica de “todas as contribuições progressistas, democráticas e religiosas”, pretendendo, ao mesmo tempo, ser portavoza da modernidade, não parece muito salutar.

Mesclar no mesmo partido as “diversas correntes que se manifestam entre os trabalhadores”, em vez de aumentar a democracia interna, rebaixa o pensamento elaborado e a teoria científica em favor das concepções espontâneas do dia-a-dia. Dissolve o elemento proletário consciente, classista, no senso comum das massas, conformado pelo modo de pensar imposto pelas classes dominantes. Um aglomerado deste tipo, por mais radical que se diga, não tem como estabelecer uma ruptura com a ordem vigente.

A aversão pela teoria, em nome de um abstrato pluralismo de convicções, tem um traço que merece atenção. Por que o reclamo de variadas teorias para tudo? A busca de tal diversidade de convicções provém da autosuficiência dos que consideram servilismo reconhecer a produção intelectual coletiva. Porque pretendem ter opinião própria, original, sobre qualquer coisa. Em nome de sua sacrossanta individualidade, querem sentir-se livres de toda teoria integral e, em decorrência, da disciplina de uma organização que se oriente por ela. Apregoam a relatividade de qualquer conhecimento para exibirem por todo lado seus próprios conceitos, “diferentes de tudo”.

A teoria da falta de teoria, entretanto, ou o princípio de não adotar nenhum princípio, desastrosamente, equivale a subordinar-se — conscientemente ou não — aos princípios dominantes. Mesmo floreando os argumentos com invólucro de esquerda.

Os mais fervorosos partidários da multiplicidade de programas e tendências são os trotskistas. Isto lhes serve de pretexto para aninharem-se em outros partidos mais amplos, usados como biombo. Mas nas suas próprias organizações reina a intransigência total —

qualquer diferença em torno da primeira mesquinha é elevada à categoria de oposição de princípios e resulta em separações. Como os protozoários, reproduzem-se por divisão celular. Reduzidos a montinhos, voltam a se reunir com novas composições e, imediatamente, o processo de multiplicação recomeça.

Resta conferir se, no terreno organizativo, a existência de tendências assegura a democracia no interior do partido. Vamos partir da definição do PT, que foi mais longe na sistematização desta categoria. Este partido, no seu 7º Encontro Nacional, em maio deste ano, adotou um “regulamento” sobre o direito das tendências, classificadas como: “agrupamentos para defender posições políticas e organizacionais e disputar postos nas instâncias e nos organismos do partido”.



Quem não compreende a dominação não consegue romper com a ordem social estabelecida

Na sociedade capitalista, onde a classe dominante é minoritária, é essencial para a luta dos trabalhadores, e para a elevação do nível de consciência das massas, conquistar o direito das oposições, e da classe operária em particular, organizarem seu partidos. A democracia burguesa teoricamente garante a liberdade de manifestação e de organização. Embora na prática, freqüentemente, negue ou imponha pesadas restrições às oposições — e, sempre, pelo poder econômico, limite suas atividades. Mas será que transpor as regras da democracia burguesa para o interior do partido que luta pelo socialismo corresponde aos interesses da classe operária e dos trabalhadores?

É verdade que no seio do proletariado aparecem diversas correntes. Idéias reformistas, populistas, social-democratas, conformistas, democratas radicais, sensibilizam contingentes de trabalhadores menos conscientes, influenciados pela ideologia dominante. São correntes sem uma consciência classista e revolucionária. Quando formam movimentos organizados, buscam no máximo alterações nos marcos do sistema burguês — não têm ainda condições de dirigir seus esforços para liquidar o capitalismo e construir um novo sistema, socialista. Não têm uma compreensão das relações fundamentais da sociedade, não dispõem de instrumental teórico para sistematizar os interesses maiores dos próprios trabalhadores, e da classe operária em particular. Seu “socialismo”, quando chegam a isto, é um protesto contra as “injustiças” e uma promessa de “humanizar” a sociedade. No geral, não passa de um projeto idealista de um capitalismo “justo e bom!”.

Nas situações de turbulência social, é comum as classes dominantes utilizarem partidos desse tipo para canalizar a revolta das massas visando impedir que se encaminhem para soluções revolucionárias. Na Eu-

ropa, os partidos social-democratas, em diversas ocasiões, chegaram ao governo apoiados nas massas operárias. Promoveram reformas, arrumaram a casa, ajudaram a burguesia a contornar a crise, prestaram incalculáveis serviços aos donos do capital na preservação do velho regime.

Há mais de um século, tirando conclusões sobre a experiência da Comuna de Paris, em 1871, Marx e Engels aportaram: "a organização da classe operária em um partido político é indispensável para assegurar a vitória da revolução social e alcançar sua meta final: a liquidação das classes." (7)

Este partido de classe, armado com a teoria científica do proletariado, é que pode defender os interesses do conjunto do proletariado e das massas trabalhadoras — que, nas condições do capitalismo, só uma minoria tem consciência — e orientar a luta pelo poder e por transformações revolucionárias da sociedade. Este partido é que pode elaborar políticas capazes de promover a unidade de ação entre as parcelas mais conscientes, já com visão revolucionária, e as demais correntes do movimento operário e popular e, de acordo com as condições concretas, estabelecer uma frente única com outros setores não proletários que estejam em oposição aos governos burgueses, em torno de objetivos determinados.

Outra coisa é transformar a frente operária-popular no próprio partido. Este partido-frente, mesmo que incorpore os setores mais à esquerda, dilui os elementos conscientes, classistas e revolucionários, nas diversas tendências que lutam ainda movidas pela resistência espontânea e, portanto, sob influência ideológica de classe dominante.

**Os ideólogos
de um sistema
híbrido não podem
definir objetivos
do partido**



Raul Pont diz claramente: "O PT é uma frente classista, baseada nos sindicatos e nos demais movimentos orgânicos reivindicativos dos assalariados (...) nele se expressarão, democraticamente, várias correntes e níveis de consciência diferenciados das classes trabalhadoras, bem como das tendências organizadas que se reivindicam da construção de uma alternativa classista, da organização política, autônoma e independente dos trabalhadores." (8).

Para acomodar as "várias correntes e níveis de consciências", os teóricos petistas se debatem em dificuldades insanáveis:

"Embora seja válida a preocupação em definir os objetivos socialistas do PT — diz Wladimir Pomar — é fundamental considerar que tal definição não pode atrapalhar ou impedir a consolidação do caráter de massas do partido" (9). Neste conceito, quanto menos 'definido', mais 'de massas'. Quanto mais este

'socialismo' incorporar conceitos vigentes, mais aceitável para os descontentes das mais variadas tendências.

Francisco Weffort se debate no mesmo atoleiro. Ao se defrontar com a perspectiva de uma definição teórica do PT, ele indaga: o que fazer com os católicos, os socialistas não-marxistas e com as bases operárias que nem chegaram a uma convicção ideológica de tipo socialista? (10) E, recentemente, encontrou uma média aceitável para gregos e troianos: "Uma sociedade socialista, no meu entender, tem empresariado, tem burguesia (...) A diferença central em relação a uma sociedade capitalista é que aquelas alianças nas quais os trabalhadores jogam papel principal exercem função hegemônica na sociedade". (Folha de S. Paulo — 27/08/90).

O PCB, aliás, para unir todo mundo, em meio às divergências, sem submissão da minoria à maioria, nas Teses, chegou a conclusões semelhantes. Sua via socialista é a "formação e atuação de um novo bloco político, democrático e progressista, que reagrupe a esquerda, consiga formar a maioria e conquiste o governo".

Um pouco como confissão, o deputado José Genoíno esclarece: "Eu não concordo com quem pretende fazer do PT um partido de vanguarda. O PT pode desempenhar um grande papel enquanto partido amplo, de massas". E ainda acrescenta que, enquanto um partido 'de massas' organiza a parcela mais politizada, o partido 'de vanguarda' tem "um caráter seletivo mais acentuado". (11)

No fundo, toda esta confusão e malabarismos teóricos vem de um rebaixamento da noção de partido político ao nível da consciência sindicalista e do movimento espontâneo das massas. Fruto da ilusão num 'capitalismo socializado', o tal sistema híbrido.

A unidade orgânica de todas as tendências entre os trabalhadores deveria ser possível nos sindicatos. Ali, trata-se sobretudo de resistir ao patronato, reagir à exploração, coisa que a vida exige mesmo do trabalhador menos consciente. A maioria, se não todos os trabalhadores, deveria filiar-se ao seu sindicato. No Brasil nem isso ocorre, só uma minoria o faz, refletindo o grau de intimidação e pressão político-ideológica a que os oprimidos estão submetidos.

Nas entidades sindicais, a vanguarda consciente colabora (o termo é este mesmo) com as camadas mais atrasadas (a palavra não é muito precisa) em busca da unidade de ação mais ampla possível contra os patrões. Ao mesmo tempo, procura elevar a compreensão do conjunto sobre a necessidade de substituir o capitalismo pelo socialismo.

Transpor a concepção sindicalista para o partido significa estender esta colaboração no terreno da ação prática imediata, para a colaboração no campo das concepções gerais, do programa, da estratégia e da tática.

Em outras palavras, mesmo que nas declarações formais alguns partidos com estas concepções repu-

diem até alianças táticas com grupos de camadas médias ou de oposição burguesa, a burguesia está, de fato, enraizada nas fileiras 'combativas' através das idéias sobre a sociedade atual e a nova a ser construída, que orientam suas políticas. A colaboração de classes, tão rejeitada em palavras, é praticada — conscientemente ou não — dentro do partido, aberto às diversas ideologias e teorias.

Concepções herdadas do sindicato levam à colaboração de classes no interior do partido



Para completar o emaranhado de equívocos, os intransigentes defensores do partido de tendências são favoráveis ao pluralismo sindical: cada corrente de pensamento com seu sindicato — e tal divisão, segundo eles, deve se elevar ao plano estadual e nacional, com várias centrais sindicais.

Espantoso é que estes problemas têm sido discutidos há 90 anos no mínimo. Lênin, já em 1902, no "Que Fazer", assinalava: "A história de todos os países testemunha que a classe operária, exclusivamente com as suas próprias forças, só desenvolve uma consciência trade-unionista, quer dizer, a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários (...) Fala-se de espontaneidade. Mas o desenvolvimento espontâneo do movimento operário marcha precisamente para a sua subordinação à ideologia burguesa."

Como derradeira esperança, os pregoeiros das virtudes democráticas indagam: como tratar as divergências? Ou devemos todos nos transformar em dóceis carneiros diante das ordens dos dirigentes?

Não se pode negar que em qualquer organização aparecem opiniões diferentes sobre o melhor procedimento em cada uma das mil batalhas da luta de classes. E não se pode esperar boas respostas para os problemas sem estimular a mais franca e aberta liberdade de cada um expressar seu ponto de vista. Aliás, não é próprio do revolucionário, de quem tem consciência, silenciar e submeter-se passivamente.

Entretanto, e aí é que reside a questão-chave, uma coisa são as diferenças concretas em cada formulação particular e outra coisa são convicções divergentes — visões ideológicas distintas sobre as relações fundamentais da sociedade — que se cristalizam em torno dos objetivos maiores, do programa e da estratégia. Uma coisa são avaliações distintas, na busca dos mesmos interesses de classe em cada momento. Outra coisa são plataformas que conscientemente ou não, expressam interesses de classes diferentes. Mesmo que da boca pra fora todos jurem fidelidade aos trabalhadores e ao socialismo.

Se não têm a mesma ideologia e não se orientam pelos mesmos princípios teóricos, o mais democrático é que os defensores de diferentes plataformas formem partidos distintos. Que testem suas propostas junto às massas trabalhadoras. Ao invés de cada grupo se 'entri ncheirar' numa tendência para lutar por sua política e disputar o comando do partido.

Durante a ditadura militar, confinadas à clandestinidade, diversas organizações de esquerda encontraram abrigo na legenda do MDB, único partido legal, que cumpriu importante papel como canal para a atividade de vasto movimento democrático. Mas aquelas 'tendências', num período de exceção, nada têm de comum com a questão em pauta, da construção do partido revolucionário do proletariado.

Quando Marx e Lênin falam em partido de vanguarda, jamais defenderam que esta posição seja imposta por decreto aos trabalhadores. O Manifesto, em 1848, enfatizava que "os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários. Não têm interesses que os separem do proletariado em geral. Não proclamam princípios sectários nos quais pretendem modelar o movimento operário". E acrescentava que os comunistas "na teoria, têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do proletariado".



Vanguarda não é uma definição mas posição que se conquista no curso da luta

As posições revolucionárias não são 'de vanguarda' automaticamente. Nem existe um partido com imaginárias virtudes 'de vanguarda' por definição. Assim como é artificial e inteiramente inócua a tentativa de separar partido 'de massas' e 'de vanguarda'. Uma organização será de vanguarda e de massas na medida em que suas proposições políticas se revelem suficientes para abrir caminhos à luta dos trabalhadores pelo poder e que, por sua atividade, as grandes massas a reconheçam como destacamento avançado.

É bom notar ainda que a existência de frações, longe de facilitar a discussão coletiva, impede uma troca construtiva de argumentos. Cada grupo se reúne à parte e forma suas opiniões sem ouvir as ponderações dos demais. E, uma vez que a plataforma de cada um se contrapõe às dos outros, e trata de superá-las, as dúvidas e insuficiências — que poderiam representar debilidades na disputa — são omitidas ou camufladas, quando ocorrem as reuniões plenárias.

Ao contrário, se o partido tem unidade de pensamento e objetivos, é natural expor abertamente todas as contribuições e fraquezas, para que o coletivo se arme contra os inimigos de classe. Em vez de radicalizar em torno de questões secundárias, cada militante

trata de aplainar as arestas com os companheiros — e ceder nos pontos menores — em favor da unidade mais sólida. A exasperação e a vaidade individual de um ou outro camarada, quando surgem, causam danos qualitativamente inferiores às provocadas pelos choques de grupos organizados.

No partido-frente, na escolha das direções, cada fração busca ampliar sua fatia na composição, e luta para colocar os seus representantes nos postos-chaves. Ao contrário dos partidos onde todos se unem para escolher, no conjunto, os companheiros mais experientes, mais provados na vida, mais preparados teoricamente, e, inclusive, mais maduros para tratar eventuais desacordos.

Até na época das eleições para postos nos Legislativos e Executivos, cada tendência do partido-frente trata de indicar seus candidatos e, na campanha, empenha-se em favor de seus nomes, em detrimento dos que seriam prioritários para o partido. Aliás, a grande batalha dos agrupamentos minoritários é para impedir que o partido defina prioridades.

É forçoso reconhecer ainda que, embora todas as tendências jurem acatar decisões majoritárias, na prática, quando não há boicote aberto, inclusive com ataques públicos às direções, predomina o 'corpo-mole' nos assuntos que não interessam às facções derrotadas.

A existência das tendências consagra, de fato, o direito dos grupos minoritários negarem as deliberações tomadas por maioria — mas sempre, hipocritamente, em nome da democracia!

**O militante
deve participar
concretamente da
construção e vida
do partido**



Para finalizar, resta analisar as acusações raivosas contra a demoníaca concepção leninista do centralismo democrático, tida como autoritária e burocrática, capaz de transformar os indivíduos em simples parafusos de uma máquina gigantesca, manobrada pelas cúpulas dirigentes.

A polêmica em torno da questão tem tamanha importância que motivou a divisão do partido, na Rússia, em mencheviques e bolcheviques, em 1903.

A base da formulação leninista é que cada militante obrigatoriamente atua em uma organização do partido. Tem o dever de participar da vida partidária, da discussão e elaboração da linha, e da sua aplicação prática.

Lênin situa de maneira muito clara a essência do problema: "Exprimo o desejo que o partido só aceite nas suas fileiras aqueles elementos que admitam, pelo menos, um mínimo de organização." A tese dos mencheviques, pelo contrário, diz ele, "confunde no partido os elementos organizados e os não organizados

(...) os elementos avançados e os incorrigivelmente atrasados, porque os atrasados corrigíveis podem ingressar na organização." (12)

O militante do partido revolucionário deve debater, ter opinião própria, votar, decidir e aplicar as decisões tomadas. E, aí é que está o drama, ter sua atividade controlada e dirigida pela organização a que pertence.

Como o partido é uma organização de homens e mulheres conscientes, adota normas para que o conjunto aplique as orientações discutidas e aprovadas pelo coletivo, visando realizar os objetivos do conjunto de sua militância.

É claro que em cada situação concreta aparecem discordâncias. Mesmo quando as idéias gerais sobre a sociedade sejam unificadas. Mas são discordâncias localizadas, sobre questões não fundamentais. A única forma de decidir é por votação. E a minoria, democraticamente, em função dos objetivos maiores, comuns a todos, cumpre o que foi deliberado por maioria. Tal tipo de diferença não justificaria a criação de outro partido. Nem a formação das tais tendências organizadas, pois não se trata de oposição sistemática de plataformas conflitantes. No momento seguinte, novos problemas criarão novas majorias e minorias ocasionais.

Ou seja, em um partido com unidade político-ideológica, não existem majorias e minorias permanentes. A democracia não é, como na sociedade burguesa, o confronto de situação e oposições. Mas a expressão real, em cada caso e permanentemente, da vontade da maioria.

Não se pode excluir a hipótese de se cristalizar, na seqüência de problemas concretos, pontos de vista que apontem para divergências sobre questões fundamentais. Nestas situações, é ilusão imaginar que a disciplina se mantenha por muito tempo. Se, através do aprofundamento do debate e da troca de argumentos, as contradições não são resolvidas, é natural que o grupo com pensamento oposto ao do partido se separe. O problema não seria resolvido consagrando a quebra da democracia com o 'direito' de cada um fazer o que quer.

Nos partidos comunistas, não se trata de impor por decreto o marxismo-leninismo e a ideologia proletária a pessoas com distintas formas de pensar. Ao contrário, os partidários da teoria científica da classe operária se constituem em partido. A esta organização podem confluír lutadores das mais diversas origens. Desde que manifestem concordância com o pensamento revolucionário, com o programa do partido, e estejam dispostos a atuar numa de suas células, para transformar as idéias em prática. A disciplina é voluntária e consciente. Os que têm outras concepções, podem escolher outras organizações ou criar as suas próprias.

Nos partidos burgueses e outros, representantes de camadas intermediárias, os cidadãos aderem formalmente mas são chamados apenas por ocasião das convenções, para referendar o que os caciques já concluí-

ram previamente. São manobrados por cabos eleitorais, promessas, favores, pequenos benefícios — particularmente nas épocas de eleição. São partidos da ordem. Seus objetivos, de acordo com a correlação de forças entre os diversos segmentos das classes dominantes, no máximo, apontam no sentido de alterações do regime capitalista, visando adequá-lo ou, como está na moda, modernizá-lo.

O partido não se divide levemente por diferença eventual de opinião



Um destacamento de combate, capaz de conduzir os oprimidos ao poder e erigir uma sociedade em novas bases, precisa de uma estrutura diferente, apoiada na disciplina consciente de seus membros. Exige direções que representem efetivamente o coletivo e com autoridade para, em cada momento, assegurar que cada parte se oriente de acordo com a decisão do todo. No meio da imensa variedade de correntes políticas, submetido a um intenso bombardeio de concepções burguesas, o partido do proletariado busca sempre métodos adequados para defender a ideologia revolucionária socialista e forjar uma sólida unidade política de suas fileiras. Este partido não se divide levemente por tais ou quais diferenças de opiniões. Seus militantes, ao contrário, têm o dever de estudar, buscar argumentos e expor os seus pontos de vista. Mas quando se chega a uma deliberação, todos agem unidos, conscientes de que a divisão não permite a ninguém realizar seus projetos.

Lênin dizia com muita ênfase: “O princípio do centralismo democrático e da autonomia das organizações locais significa que a liberdade de crítica é total e geral, quando com isto não se rompe a unidade em determinada ação, e que é inadmissível a crítica visando debilitar ou impedir a unidade em uma ação decidida pelo partido.”(13)

Nos partidos em que a norma fundamental da participação ativa, consciente e organizada dos militantes deixa de ser aplicada, a estrutura se deforma, as direções se afastam das bases e se burocratizam, tendem a se igualar às cúpulas autoritárias das organizações burguesas.

Em nossos dias, o movimento comunista encontra dificuldades em formular respostas adequadas aos novos problemas da realidade. A repetição de velhas fórmulas e a proclamação de princípios desligados da vida conduziram a uma certa perplexidade do proletariado e a grave crise no plano internacional. É neste espaço vazio que as concepções pseudomodernas tentam desenvolver-se, mesclando socialismo e capitalismo.

O tal sistema híbrido trata sobretudo de esquecer

as classes e os interesses de classes que os diferentes sistemas sociais asseguram. Seus ideólogos entoam o canto da sereia de uma solução que interesse a todos, oprimidos e opressores. E anunciam partidos abertos igualmente a todas as contribuições.

Os trabalhadores não poderão construir uma organização capaz de enfrentar o exército político-ideológico burguês se trocarem a ciência social marxista pelo ecletismo teórico, se caírem na armadilha do pluralismo inconseqüente e abandonarem a unidade revolucionária.

Numa sociedade dividida em classes, é desastroso pretender um partido à margem das classes ou acima das classes. Não se resolvem os problemas fugindo da realidade. Aos revolucionários, interessa apontar as coisas por seus devidos nomes. Reconhecer as debilidades e os erros cometidos. Interpretar corretamente os novos fenômenos sociais. Encontrar as formulações teóricas e os métodos adequados para forjar um partido coeso, proletário, instrumento afiado para o combate em todos os campos pela liberdade, pelo socialismo e pelo comunismo. ■

NOTAS

- (1) *Voz da Unidade* n.º 492 — *Teses do PCB*
- (2) *Linha Direta* — *Boletim do Diretório Regional do PT-SP*
- (3) *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo* — Lênin
- (4) *Desconcerto Exasperado* — Lênin
- (5) *Discurso sobre o papel do partido no IIº Congresso da IC* — Lênin
- (6) *Teoria e Debate* — n.º 4 — *Revista do Diretório Regional do PT-SP*
- (7) *Resolução da Conferência da Associação Internacional dos Trabalhadores* — *Marx e Engels*
- (8) *Da crítica ao populismo à construção do PT* — Raul Pont — Ed. Seriema
- (9) *Teoria e Debate* n.º 4
- (10) *Idem*.
- (11) *E agora PT* — vários autores — Ed. Brasiliense
- (12) *Um passo à frente, dois passos atrás* — Lênin
- (13) *Liberdade de crítica e unidade de ação* — Lênin

Bibliografia auxiliar

- Autogestão iugoslava* — teoria e prática capitalista — Enver Hoxha
- Manifesto do Partido Comunista*
- Tarefas urgentes do nosso movimento* — Lênin
- Marxismo e revisionismo* — Lênin
- As eleições à assembleia constituinte e a ditadura do proletariado* — Lênin
- Teoria e Debate* n.º 4, 5, 8, 9, 10
- O trabalho do partido entre as massas* — Lênin — coletânea de textos Ed. Vitória
- Ideologia e prática* — José Barata Moura — Ed. Caminho — Portugal
- Princípios* n.º 18

LIBERDADE: DOIS PASSOS À FRENTE — DEZ ATRÁS

MADALENA GUASCO

Liberdade é preocupação permanente do homem. Mas este valor só existe no concreto, situado no tempo e no lugar. Às vésperas do ano 2.000, certos pensadores regridem ao liberalismo do século XVII e à idéia de “liberdade em geral”

“A Liberdade é questão humana”, afirmou Emmanuel Kant (1724-1804). Reflexão que o Homem se atribui desde a antigüidade. Kant entendia a liberdade como pensamento idêntico a si mesmo, imanente ao Homem abstrato, uma idéia a priori.

Hoje, num texto publicado em 1989, o filósofo e sociólogo soviético Piotr Fedossiev “redescobre” esse conceito, uma idéia descolada de realidade do Homem no geral, alheio à História!

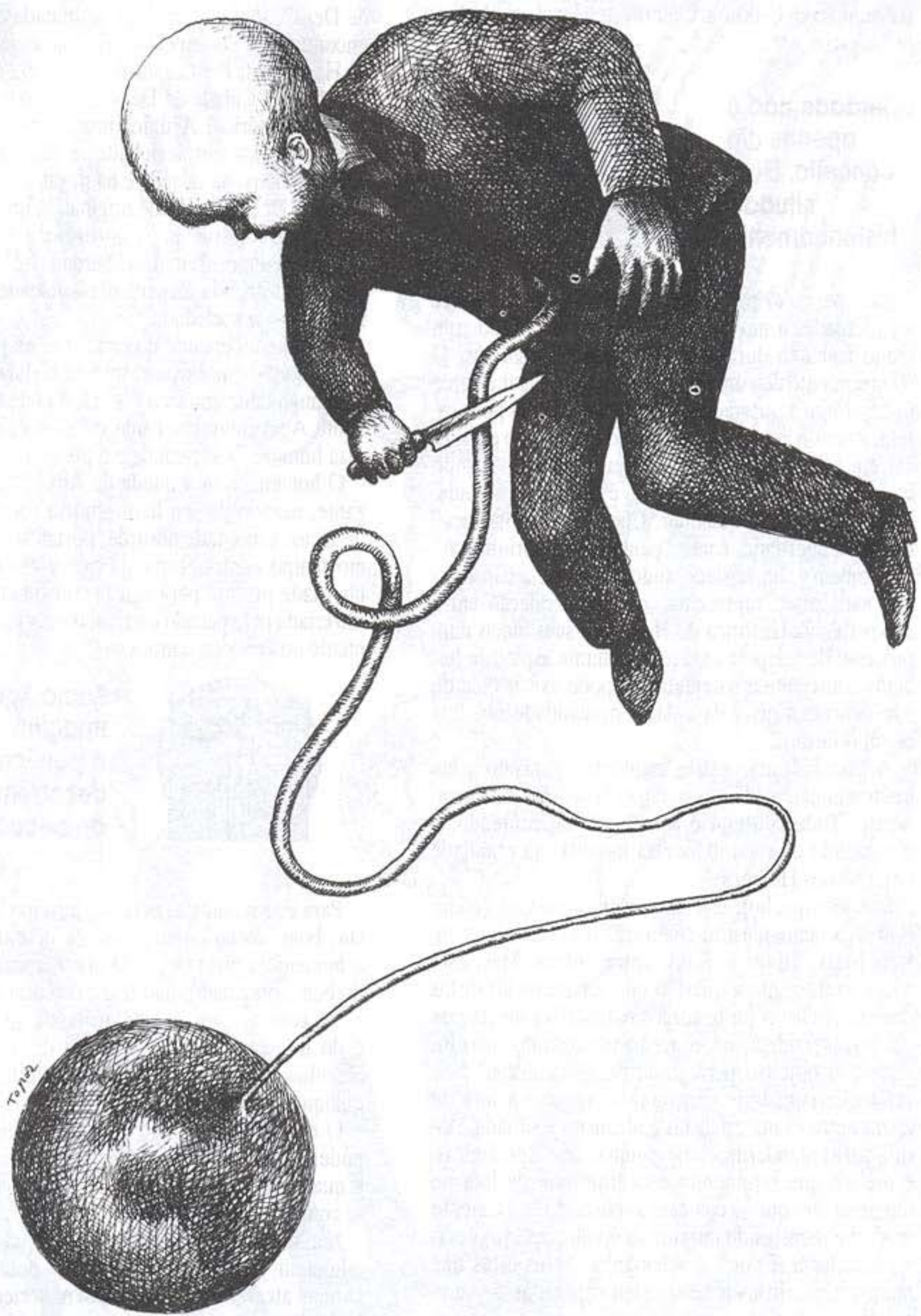
Retorna por esse caminho, não só a Kant mas às idéias do movimento liberal humanista do séc. XVII, superadas pelo humanismo político francês do séc. XVIII, por Hegel e pelo materialismo dialético e histórico de Karl Marx e Friedrich Engels. O autor em questão apresenta “suas idéias” como uma grande novidade teórica.

Hegel e Marx entendem a liberdade como reflexão humana histórica e situada. Cada um com seu método, resgata a concretude (cada qual entendendo-a de uma forma) do pensamento do Homem sobre a liberdade, buscando nos franceses revolucionários a inspiração: “A Liberdade só é alcançada quando se sabe as causas de sua não existência”; “A Liberdade é a consciência da necessidade”. A consciência, tanto para um quanto para outro, é História.

Hegel, um racionalista dialético, atribuiu à liberdade uma trajetória absoluta como idéia, mas relativa também como consciência, expressa na racionalidade

humana através da História. E assim, através da História, supera-se sempre como idéia. É desta relação e entendimento que Hegel deriva toda sua filosofia do direito, explicando o Estado, a sociedade, através da contradição dialética entre indivíduo e coletivo. Contradição esta superada pela elevação do indivíduo ao coletivo.

Marx, materialista dialético, contrapõe-se a Hegel e objetiva esta reflexão, buscando nas bases materiais e econômicas da sociedade humana a raiz de toda idéia e consciência e, portanto, de toda idéia e consciência sobre a liberdade. Desmonta no pensamento hegeliano a Idéia Absoluta. Concretiza o Homem na História, um homem que não existe como Homem no geral, mas como Homem concreto e situado. Desvenda a relação entre Liberdade, Estado e Sociedade. Mostra que a relação Estado e Liberdade, e suas formas específicas de explicitação, residem na sociedade de classe, e, como tal, o Estado de classe determina no seu movimento contraditório a contradição da questão da liberdade em cada momento. Explicita e explica a luta de idéias também neste campo, e transforma neste percurso esta reflexão em reflexão situada. **O Homem não existe como categoria abstrata, senão como situado e fazendo História, numa sociedade concreta.** Só assim, segundo Marx, pode-se compreender a relação coletivo-indivíduo e desvendar o movimento dialético e materialista do pensamento humano.



70712

Pensamento que não possui categorias a priori, mas categorias que revelam uma contradição entre o a posteriori e o a priori surgida na História. Marx desenvolve e eleva a um novo patamar o materialismo anterior à sua época e, junto com Engels, polemiza sobre o assunto com Dühring, Feuerbach, Hegel, os liberais, os utópicos, etc...

Liberdade não é apenas um conceito. Ela é situada historicamente



Este percurso progressista da compreensão sobre a Liberdade, a moral e o direito foi elaborado com muito trabalho durante as revoluções burguesas. O conhecimento deu um salto, em primeiro lugar porque transformou a questão em objeto da filosofia política, relacionando liberdade com igualdade, direito e política; em segundo lugar, porque a retirou do campo da metafísica e mostrou que ela é histórica e situada. Não foi um ganho qualquer. Chegou-se à concepção de que a liberdade, como “pensamento apriorístico” no Homem e, na verdade, tudo que move a consciência, nada mais representa do que a relação entre a experiência Histórica do Homem e suas idéias num processo de tempo e espaço. Nenhuma aspiração humana consciente e sistematizada pode existir quando não ocorra, a nível da vida, a necessidade objetiva de tal reflexão.

A liberdade não existe enquanto “conceito”, ela existe enquanto idéia concretizada sempre historicamente. Todo conceito é constituído de conteúdo, e o conteúdo de toda idéia está na vida, na realidade objetiva dos Homens.

Sabemos que hoje esta não é a única posição (como já evidenciamos), assim como não o era na época de Karl Marx, Hobbes, Kant, entre outros. Mas, esta não é exatamente a questão que separa os idealistas dos materialistas na história? A tentativa de resgate de qualquer idéia, ou conceito no abstrato, não foi sempre o objetivo perseguido pelos idealistas? Não seria diferente hoje. Entretanto, mesmo a luta de idéias entre os materialistas e idealistas é situada. Assim, para entendermos hoje algumas destas polêmicas, é preciso que retomemos esta trajetória de luta no momento em que se colocam as bases do pensamento moderno, construído durante as revoluções burguesas na Inglaterra, França e Alemanha, bases estas que muitos hoje afirmam terem sido superadas — veremos!

Todo pensamento se desenvolve tendo o contraponto como interlocutor. E, numa sociedade de classes, este contraponto ideológico não é destituído do interesse de classes. Ninguém que se coloque hoje como interlocutor duvida de que o feudalismo tenha

sido uma sociedade de classes. Alguns duvidam, sim, de que a luta de classes ainda exista hoje.

O contraponto que os primeiros humanistas tiveram no mundo ocidental foi Santo Agostinho (354-430) e sua filosofia política expressa em sua obra “A Cidade de Deus”, iniciada em 413 e terminada em 426. Nela encontra-se a concepção oficial da sociedade feudal, do Homem, da Política, da organização e da liberdade.

Na obra “Cidade de Deus”, aparece o homem abstrato, a-histórico. A única história que determina a justiça, a vida em sociedade, a liberdade humana, está em Deus, na criação e na negação, pelo homem, da lei de Deus, no pecado original. A liberdade humana é contraditória, pois, ao negar a ordem divina, determina uma vida onde a liberdade de fato é limitada e nunca alcançada plenamente na cidade profana dos Homens — a sociedade.

O Homem depende do criador e, na sua vida, persiste a tensão que existe entre esta realidade e a recusa da humanidade em aceitá-la. Desta tensão detectada, Santo Agostinho retira suas conclusões sobre a natureza humana, a sociedade e a política.

O homem, com a queda de Adão, tornou-se arrogante, usando de seu livre-arbítrio contra a vontade de Deus. Liberdade absurda, portanto. Mas, ao mesmo tempo contraditória, já que a alma passa a ter liberdade própria para agir perversamente. A confusão criada pelo pecado original transmitiu-se geneticamente através dos tempos.



Santo Agostinho imagina a política como decorrência do pecado original

Para esta ideologia, as coisas terrenas são, na essência, boas, assim como o são os desejos que levam o homem ao gozo delas. O mal é apenas a ausência do bem apropriado, não tem existência própria.

“A cobiça... não é falta atribuída ao ouro; a falta é do homem que tem ganância de ouro e por ele abandona a justiça que devia ter seu lugar acima de qualquer comparação com o ouro (...)

O orgulho não é algo errado naquele que ama o poder, ou no próprio poder. A falta está na alma, a qual doentamente ama seu próprio poder, e não se compadeceu da justiça do onipotente.” (1)

Nenhuma sociedade humana é capaz de satisfazer o homem. E nenhuma organização política. Nenhum homem através da peregrinação na sociedade humana (na cidade dos homens), terrena, terá felicidade.

Sobre a política, Santo Agostinho constata: “a dominação política é um estado de coisas que não é natural” (2). Para ele trata-se de uma instituição necessária à manutenção da ordem na sociedade, mas existe somente devido à mente perturbada dos ho-

mens. É, então, consequência do pecado original, um castigo para o homem.

“A cidade mundana tem por objetivo o domínio (...) é dominada pela própria ânsia incontida de dominação”. (3)

A ordem original de Deus tem sido rejeitada livremente pela vontade dos homens. No entanto, e para aumentar os outros inconvenientes que o esperam em sua peregrinação através da vida, existe ainda a coerção.

Embora o homem permaneça naturalmente sociável, sua capacidade natural para a convivência harmoniosa se acha viciada pelo pecado.

“A raça humana é, mais do que qualquer outra espécie, a um só tempo sociável por natureza e combativa por perversão.” (4)

Porém, para Santo Agostinho, o despotismo não é o seu objetivo. A política possui outro papel. E, assim como a propensão do homem para o conflito reduz-lhe a capacidade de conviver em sociedade, também lhe fornece os meios de combater tais conflitos e prover um mínimo de ordem. Portanto, é o gosto pela dominação que o homem possui que dá origem a estruturas políticas impostas à sociedade e, através delas, o próprio homem assegura a existência de uma paz precária.

Quanto à justiça contida nas leis e nas organizações políticas, Santo Agostinho conclui que é ocioso buscar-se justiça ou plenitude na ordem, que é temporária, das cidades e dos reinos. Qualquer forma de paz de que se possa gozar neste mundo “é tal que só nos permite lenitivo passageiro para a miséria em que vivemos e nunca a alegria de bem-aventurança.” (5)

Apesar de negar a justiça neste mundo, a “Cidade de Deus” prega a obediência a leis, isto porque neste mundo, onde tudo varia, o máximo que se pode esperar é o arremedo de justiça. No meio de tanta perversidade, contudo, até mesmo um arremedo de justiça é bem recebido pelos filhos iluminados. E como é do domínio político preocupar-se com um mínimo de ordem necessária à sustentação da vida — isto é, as exigências externas do corpo — o comportamento do homem deve ser de respeito à ordem.

Esta era, em muito rápidas palavras, a concepção oficial feudal. É a partir dela que aparece o contraponto humanista.

Mas o que ela contém que é rejeitado na época e muitos séculos depois? O centro teológico, onde o homem é mero argumento, por natureza ruim e, por pecado, determinado a penar, impossibilitado de promover alteração social; e a sociedade humana, uma peregrinação de um homem que rompeu a ordem de Deus.

Os Humanistas se levantam contra isso, nem todos mais otimistas a respeito da natureza humana, nem todos com uma visão de sociedade mais avançada, atingindo-a como categoria além da somatória de indi-

víduos egoístas. Mas todos colocando o homem no centro da sociedade, todos acreditando que a ação individual poderia mudar a vida coletiva, a organização política. O resgate da justiça e da liberdade aparece agora colocando como objeto do pensamento e da ação humana a própria sociedade. Avizinham-se as transformações sociais que colocariam fim ao feudalismo.



Thomas Hobbes em 1652 teorizava sobre as “modernidades” agora anunciadas

A transição está em Thomas Hobbes (1588-1679), principalmente em sua obra *Leviatã* (1651). Hobbes, durante seus 91 anos, viveu numa época de lutas e suas obras de filosofia política sintetizam este momento.

Enquanto a consequência da argumentação da “Cidade de Deus” é uma vida política estática e perene, em Hobbes, apesar do Absolutismo como proposta de forma política social, o Homem, apesar da natureza egoísta, aprimora a vida política exatamente por isso, porque sua natureza individualista precisa ser suprida socialmente. Condição que Hobbes não questiona.

Sua visão de homem é pessimista não moralista. Ele partilha da posição de Aquino com relação à incoerência humana e auto-estima do próprio ser, mas não emite julgamento a respeito disso. Para ele, o homem é produto da natureza, feito à sua feição. E não um ser que o pecado afligiu. O homem é dominado por dois tipos principais de ambições ou ansiedades: “apetite ou desejo” e “aversão”. As coisas em direção das quais o ser humano se move são desejadas, aquelas de que se afasta são repugnantes. Estes apetites e aversões estão constantemente mudando, não só de uma pessoa a outra, mas no interior da mesma pessoa.

Estes desejos e aversões mutáveis não retiram em Hobbes a necessidade de um poder comum destinado a manter a ordem. Porque ele se pergunta, entre tantos desejos e temores, quais deles são concernentes à paz e à obediência a uma poder comum, e quais levam o homem a fazer o contrário. O que torna a condição natural da humanidade perigosa, para Hobbes, não é a procura da felicidade, ou a fuga da miséria como tal, mas o fato de que essa procura ou essa fuga se processa, em decorrência, com outros indivíduos. O perigo resulta, segundo Hobbes, de que os homens são na verdade quase iguais uns aos outros. E quanto às qualidades intelectuais, a maioria deles nasce com a mesma capacidade, além das que podem ser adquiridas durante a vida. Na competição, os homens se apresentam quase como iguais, o que leva cada um a buscar sua própria maneira de agir. Hobbes encon-

tra, então, três razões que fazem os homens em sociedade utilizarem os meios chamados por ele de causas de conflito na natureza humana. A primeira é a competição; a segunda, a desconfiança; e a terceira, a glória.

Se deixados, então, ao próprio destino, sem um poder comum que os mantenha “amedrontados”, os homens permaneceriam num estado de guerra.

A conclusão a que Hobbes nos conduz é que cada indivíduo deveria abrir mão de seus direitos sobre todas as coisas e reclamar para si apenas aquela parcela de liberdade que está disposto a ceder a qualquer um, para que, livremente com os demais, dispute o que sua natureza humana em sociedade exige.

A única maneira de garantir a segurança coletiva consiste na união de muitos numa só vontade, mediante a conclusão de um contrato, que transfira todo poder a um soberano.

A visão absolutista de Hobbes aparece aqui ultrapassando os limites da forma de poder que ele alimenta. Encontra-se também aqui o esteio da concepção de John Locke (1632-1704). É a visão liberal burguesa que, colocando o homem como centro e preocupada com a vida do indivíduo em sociedade, procura regulamentá-la sobre novas bases sociais, onde a concorrência e liberdade para tal são preâmbulo *sine qua non* à igualdade de condições. Locke e outros pensadores da época, como Descartes e Rousseau, advertem que as diferenças entre os homens não estão na sua natureza, estão na possibilidade que a sociedade lhes dá de exercê-la. É preciso uma sociedade constituída com leis e poder capazes de garantir que a natureza humana da competição, do egoísmo individual se instaure, criando-se igualdade de condições garantida pela ordem que o próprio homem cria.

Locke avança, neste sentido, frente a Hobbes que, apesar de também considerar a razão humana produto de sensações, ainda fala de uma natureza humana a priori. Em seu trabalho “Ensaio acerca do entendimento humano”, Locke coloca que nenhum princípio ou idéias que o homem possui são inatos. A mente humana é naturalmente “papel em branco, destituído de quaisquer caracteres, sem quaisquer idéias e que toda a razão e conhecimento provém da experiência.” (6)

**Cada um deve
reclamar
apenas a liberdade
que se dispõe
a ceder aos outros**



Para ele, todas idéias do Homem sobre a sociedade são baseadas na impressão sensorial ou na reflexão sobre a experiência anterior. Um dos seus principais argumentos contra as idéias inatas se estriba na variabilidade dos costumes humanos de uma sociedade a outra. Expressa a diferença que existe entre as concep-



ções cristã, hobbesiana e clássica da obrigação moral.

“Que os indivíduos mantenham seus pactos, é sem dúvida uma importante e inegável regra de moralidade. Mas, no entanto, se um cristão, que tem a percepção da felicidade e da miséria numa outra vida, for perguntado porque o indivíduo deve manter sua palavra, dará como razão o seguinte: Porque Deus, que possui o poder da vida eterna e da morte, assim o exige de nós. Mas, se perguntarmos a um hobbista o porquê, ele responderá: Porque o público assim o exige, e o Leviatã o castigará se você não proceder assim. E se a uns dos antigos filósofos se fizesse a mesma pergunta, ele responderia: — Porque agir de outra maneira seria desonesto, abaixo da dignidade do homem, e oposto à virtude, a mais alta perfeição da natureza humana”. (7)

Para Hobbes, o contrato social era explicitado da seguinte maneira: “Uma comunidade fica instituída quando uma multidão de pessoas acordam e pactuam entre si que, a qualquer que seja a pessoa, ou assembleia de homens, é dado, por maioria e o direito de representar a pessoa deles todos. Para ter seus representantes, cada um, tanto aquele que votou a favor, como aquele que votou contra, autorizará todas as ações e julgamentos do dito homem, ou assembleia de homens, da mesma maneira como se cada um tivesse agido por si próprio até o fim, para viver pacificamente entre todos e ser protegido contra outros Homens”. (8)

Para Locke o governo deveria ser regulamentado não só a nível da sociedade civil, mas através da sociedade política. É uma relação não só entre súditos e soberanos, mas, entre homens livres, que, em maioria, escolhem não só a convivência social, mas a própria forma de governo — transformando o contrato social de Hobbes numa defesa do governo constitucional limitado. Aí encontra-se a concepção da democracia burguesa.

O pensamento liberal influenciou e foi desenvolvido na formação do regime norte-americano a partir da própria redação de Thomas Jefferson da Declaração da Independência.

Também na Revolução Francesa, este modo de pensar foi aperfeiçoado. Na luta política, os franceses revolucionários colocam em estudo a sociedade, passível de causas e efeitos, como ocorre na natureza. Encontrando estas causas, o homem é capaz de agir sobre elas, racionalmente, transformando, na prática, as relações sociais.

Friedrich Hegel (1770-1831) busca em sua filosofia, tanto do método como do direito, inspiração nesta concepção do racionalismo revolucionário. Seu avanço encontra-se não só na negação de toda a realidade ou pensamento idênticos a si mesmos, como por decorência, em sua filosofia do direito, de todo estado idêntico a si mesmo.

Hegel, em sua filosofia do direito, nos dá uma contribuição inigualável ao explicitar a relação indivíduo e coletivo, expressa no Estado. Segundo ele, o indivíduo sozinho não atinge jamais a universalidade. Para tal, contraditoriamente, está no coletivo esta possibilidade, e esta se efetiva através do Estado, universalização do indivíduo, porque expressa sempre transitivamente a idéia racional de liberdade.

É pela contradição entre racional e real que a necessidade se efetiva na História, necessidade esta sempre determinada pelo movimento racional na História. Porque o que existe pode não ser mais real, na medida em que o real é sempre racional. E o que existe pode ser, apesar de existir, tão irracional que a nova racionalidade humana já contenha o novo real que ainda não existe, mas é necessário e existirá na história. A ação humana na história, mudando a realidade, é produto deste movimento.

**Todas as idéias
do homem
são reflexões
sobre
suas experiências**



Hegel quebra a concepção individualista dominante até então. A sociedade não é a somatória de indivíduos, mas a unidade dialética entre indivíduo e coletivo. Assim como também a natureza humana não

existe individualmente, mas é expressão coletiva da racionalidade na História.

A sociedade não pode ser menosprezada. O homem vive em sociedade exatamente por ser indivíduo que não existe enquanto tal no isolamento, mas sempre em relação a outros indivíduos. Sua concepção de Estado supera as concepções liberais porque, na sua visão, o indivíduo era um veículo inadequado para a realização do espírito e seu Estado deveria consistir de uma ordem estruturada organicamente e integrada. Não de um “amontoado” de indivíduos isolados, mas sim de um sistema de integração social, pelo qual os indivíduos teriam a percepção e se reconheceriam como espírito.

Em contraposição ao ideal liberal de uma ordem política que permitisse ao homem desenvolver seus talentos e perseguir seus legítimos interesses, Hegel sustentava que era necessário suplementar um tal domínio (a sociedade civil) com um outro Estado, no qual o indivíduo tivesse a percepção e reconhecesse o que era universal. Um Estado “de liberdade concreta” em que a autonomia individual se tornaria liberdade concreta.

É sobre estes alicerces, construídos pelos liberais humanistas burgueses, pelas concepções utópicas de socialistas franceses e pela economia clássica que Karl Marx (1818-1883) desenvolverá sua teoria.

Marx supera a visão liberal burguesa na crítica radical ao núcleo desse pensamento, tanto na filosofia política como na economia política e nas ciências sociais. Ele retira do campo abstrato a reflexão sobre o homem, mostrando que não existe homem enquanto categoria, mas homem concreto, histórico, que estabelece relações sociais determinadas na produção e reprodução de seus meios de existência. Demonstra que a base da sociedade encontra-se determinada por estas relações sociais e econômicas, independente da vontade e consciência humanas. Revela que, numa sociedade onde exista a propriedade privada dos meios de produção, a humanidade, tão proclamada no abstrato, divide-se em classes sociais. E a luta que estas classes estabelecem na economia, na política e no campo das idéias e concepções é o que move a sociedade.

No campo da liberdade e igualdade no capitalismo, Marx e Engels evidenciam que a desigualdade e a liberdade restrita encontram-se calcadas no próprio modo de produção, na reprodução do capital, nas relações de produção capitalistas, de onde advém as classes (no capitalismo) e seus interesses econômicos e sociais antagonicos.

A teoria marxista critica a igualdade e liberdade burguesas e evidencia o Estado como produto da sociedade de classes, resultados da desigualdade. Retira, portanto, a ilusão do Estado na sociedade acima do “egoísmo humano”, como regulador da “natureza humana”. Nega essas características da natureza humana como constitutivas do próprio homem e demonstra que tais qualidades só existem situadas historicamente.

Negar este avanço no campo do conhecimento em geral, e no campo do estudo científico da sociedade é, inevitavelmente, voltar a passado.

**Valores universais
e inquietação
humana são pilares
da dita
"nova" filosofia**



A crise atual do socialismo a nível internacional obriga que se estude a experiência concreta do proletariado na sua trajetória de luta e aplicação da teoria marxista na construção da nova sociedade. E que, deste estudo, se aprofunde o entendimento da sociedade e suas leis. Mas isto não significa voltar a proclamar o humanismo abstrato burguês. Ir para este campo não é solucionar o impasse, mas fortalecê-lo ainda mais. Desde que o capitalismo existe, e muito antes, desde o surgimento da luta de classes, que a negação das idéias e concepções revolucionárias é tarefa incansável da reação.

A idéia e a consciência interferem na história concreta da sociedade. Por isto a luta ideológica é campo privilegiado da luta de classes.

Mas, para infelicidade das classes que caducam, e de seus teóricos, as idéias não têm autonomia absoluta. Se tivessem, os utópicos socialistas teriam razão, a Igreja e a sua visão de mundo medieval também e, qualquer físico que resolvesse negar o entendimento que hoje se tem da física teria sucesso. Tudo que se escrevesse ou dissesse sobre a realidade seria fato. E ela se acomodaria segundo nossa vontade. E o Estado, sob o domínio da burguesia, seria o exemplo da igualdade e liberdade.

Apesar disto, aparecem tentativas de apresentar a volta ao humanismo abstrato como um "novo" avanço na compreensão da liberdade. Sob o título "Humanismo Socialista: aspectos atuais", Piotr Fedossiev, filósofo soviético, escreveu, em 1989, um artigo publicado na revista trimestral da Academia de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Moscou (a principal publicação nesta área). O autor inicia constatando que "Há mais de dois milênios a filosofia proclamou uma verdade transcendental: o Homem é a medida de todas as coisas. Hoje em dia espera-se que a filosofia dê uma medida do próprio Homem, critério da sua conduta e posição social, do seu lugar no mundo, da sua responsabilidade pelos destinos da civilização, pelo progresso social e pela humanização das relações sociais".

Afirma que "Desde o Plénario do CC do PCUS de 1985 e o XXVII Congresso do nosso partido, a atenção do homem nos ideais e valores tem sido uma norma *sine qua non* da política do Partido e do Estado Soviético, tanto nos assuntos internos, como na esfera das relações internacionais. Está a se operar uma brus-

ca viragem para a esfera social, especialmente importante para o Homem e para a ampliação da democracia e transparência como formas da sua participação ativa na gestão de todos os aspectos da vida social". (10)

Declara retomar a concepção marxista, afirmando: "não há dúvidas de que apesar de todas as mudanças do desenvolvimento histórico, o humanismo e o indivíduo continuam a ser o princípio básico. O humanismo enquanto sistema de concepções e correntes mais ou menos largo do pensamento social surgiu na Europa na época do Renascimento. O Marxismo absorveu os cumes do pensamento humanista do passado, tendo rejeitado, contudo, as interpretações abstratas, extra-históricas da natureza humana, e tendo dado início a uma nova etapa de desenvolvimento das idéias do humanismo. O marxismo, ao relacionar estas idéias com a teoria científica do desenvolvimento social, determinou as vias reais da materialização dos ideais humanistas". (11)



**O homem não existe
isolado
e sim vivendo
sempre
em coletividade**

Ele compreende o humanismo como corrente situada historicamente, pelo menos em um de seus aspectos, que é a preocupação com o homem e sua vida social. Mas, nem este elemento pode ser separado das concepções liberais ou marxistas que, pelo antagonismo que expressam, consideram esta relação e o próprio homem de forma completamente oposta.

Fedossiev não considera isso e lida com o marxismo de forma confusa: "De acordo com a tradição humanista — escreve ele —, o humanismo real proclama o homem como a principal riqueza da sociedade. O que será a riqueza — disse Marx — a não ser a manifestação absoluta das potencialidades criativas do homem, sem nenhum pressuposto à exceção do desenvolvimento histórico anterior que transforma em objetivo em si esta integridade do desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento de todas as forças humanas como tais, sem que sejam medidas segundo um padrão pré-estabelecido?"

O caráter abstrato, individualista e elitista dos antigos especuladores humanistas relega-se ao passado em virtude da fundamentação da importância básica da relação social dos homens e da compreensão da essência humana como conjunto de relações sociais". (12)

Marx ultrapassa o humanismo não por ter falado em abstrato, como o professor moscovita, das relações sociais. Mas porque explicou e concretizou as relações sociais de produção na história, concretizando o próprio homem — e não o indivíduo como categoria social, porque isto já fazia Hegel, ao explicitar que a sociedade não era a mera somatória de indivíduos.

Ao falar sobre a Perestroika e seu objetivo "humanista", Piotr Fedossiev afirma: "A Perestroika é a renovação da vida social desencadeada por iniciativa do partido, marca o estabelecimento da riqueza teórica da concepção do humanismo socialista e a rotura decisiva com tudo que deturpava e deformava as idéias do humanismo na vida real da sociedade socialista". (13). "O essencial na Perestroika é a construção de uma sociedade no centro da qual sempre está o homem, os seus interesses vitais e as formas humanas de comunicação". (14)

"É a renovação que, em particular, pressupõe a realização daquelas corretas palavras de ordem e apelos que antigamente não eram mais que oratória".

Com o apelo "Tudo em prol do homem, para o bem do homem..." (15), de que homem fala o autor em questão?

Mais adiante ele esclarece: "O ideal de homem avançado e desenvolvido pelo humanismo real baseia-se na interpretação científica da sua essência como um conjunto de relações sociais de novo tipo, inerentes ao novo tipo de civilização. Donde está claro que a aplicação conseqüente dos princípios do humanismo real só é possível com base na solução de todos os outros problemas que vão surgindo perante o Homem, sobretudo de ordem econômica, em ligação direta com a superação da desigualdade social e com a afirmação conseqüente e em toda a parte de princípios e justiça social". (16)

"A realização da justiça é a condição indispensável da unidade de todas as camadas e grupos de trabalhadores, das pessoas de todas as nacionalidades; da estabilidade política do sistema socialista; de seu progresso desimpedido e acelerado.

A violação dos princípios e exigências da justiça social afeta tanto a eficácia de diversos processos e relações sociais como o clima espiritual e moral da sociedade socialista em geral" (17)

"O humanismo é, antes de mais nada, o conjunto de traços humanos do indivíduo, os quais se objetivam não tanto nas estruturas materiais e sociais, mas antes no próprio homem, nas relações entre homens, no seu modo de vida, nos seus esteios morais, na atitude para com o mundo, a natureza, a sociedade". (18)

**Piotr Fedossiev
"descobre"
o século XVII e
restaura o
humanismo abstrato**



Ler este texto e reler Hobbes, em 1652, é extremamente interessante. Se esquecermos as épocas em que viveram os dois autores, tem-se a impressão de que são contemporâneos. A "justiça social" regula a vida de indivíduos na sociedade. Indivíduos portadores de impulsos que necessitam de uma justiça reguladora,

para acomodar suas vidas no coletivo. A "igualdade" para os homens está na justiça reguladora.

Onde ficam as relações sociais, que não existem no geral (a não ser como categoria teórica), mas, na realidade, como relações de produção, das quais derivam as classes e os interesses sociais antagonísticos?

A isto, nosso filósofo responde: "Durante muito tempo o universal considerou-se como resultado final da luta da classe operária que, ao libertar-se a si própria, liberta toda a humanidade dos antagonismos de classe. Mas, agora, à luz da possibilidade de extermínio do *gênero humano* numa guerra termonuclear, apareceu um limite natural à confrontação das classes na área mundial, que é o risco da destruição total. E, *pela primeira vez, o interesse da humanidade no geral tornou-se verdadeiramente real e não especulativo*" (grifo nosso) (19)

Primeiro, não considera mais a noção de "humanidade geral" como especulativa. O perigo de extermínio provocado pela ameaça de guerra retém a tese da violência como imanente ao homem, pois inexplicavelmente a guerra se avizinha, sem qualquer relação com a luta de classes. E mais, a humanidade provoca a guerra e, em seguida, une-se no abstrato para impedi-la!

A humanidade no geral (como o conceito apriorístico dos liberais humanistas) só se tornou categoria real, vejam só, devido à guerra, que surgiu como fruto da própria humanidade, como conceito apriorístico. Provavelmente do egoísmo humano, como afirma Hobbes, ou quem sabe, até pelo pecado original, como afirmava Santo Agostinho.

As relações sociais entram aqui, pelo que parece, apenas como um termo necessário para não se repetir simplesmente o que foi escrito no século XVII. A contestação de tal concepção encontra-se já em Engels: "Em toda a teoria da violência, aceitamos a premissa de que, até hoje, todas as formas de sociedade tiveram de fazer uso da violência, a qual, em sua forma organizada, se denomina Estado. (...) As diferentes formas de organização social e política devem, portanto, ser explicadas, não pela maneira como exercem a violência, que permanece sempre a mesma, mas sobre quem recai a violência, aquilo que é usurpado: os produtos e as forças produtivas de cada época e a estrutura originária desses produtos e dessas forças produtivas." (20)

Como se ninguém tivesse percebido, o autor em questão prossegue: "Os dirigentes soviéticos, em luta pela prevenção da catástrofe nuclear, pelo salvamento da civilização e da própria vida na Terra, pelo progresso e bem-estar de todos os povos, apóiam-se sobre a tese humanista da prioridade dos *valores universais sobre todos os outros*" (grifo nosso). (21)

Voltamos, portanto, ao valores universais, próprios de todo o idealismo filosófico do período moderno, tão debatido e completamente ultrapassado pelo marxismo.

“Somos testemunhas oculares do modo como toma forma a nova abordagem dos problemas globais que corresponde aos interesses de todos os povos, da comunidade internacional no geral” — acrescenta o professor. E cria uma nova categoria extremamente interessante, nunca antes pensada na história do humanismo. “Consciente de que a *civilização terrestre* entrou numa nova e crítica etapa de sua evolução, o mundo socialista apela a todos os povos, a todos os Estados...” (22)

Esquece de vez as tão faladas relações sociais e chega ao descabro de abstrair tanto a realidade, que ela se perde e vira somente conceito: “A *civilização terrestre*”, confundida de modo proposital, com povo e Estado.

E, amarrando sua concepção que se autodenomina avançada e renovada, o autor conclui: “Assim, na interpretação atual do humanismo, um elemento importante é a conscientização do *crecente significado do Humano no geral*, das novas pautas e dos novos aspectos das relações entre o humano universal e o de classe.

Dando prioridade aos valores universais e defendendo um mundo sem violência, os marxistas (vejam só) não renunciam à abordagem de classe nos processos sociais. Mas como, em que formas e através de que mecanismos se realiza a interação do universal e de classe? De fato, as elaborações teóricas profundas desta problemática encontram-se numa fase inicial e as investigações enfrentam vastos horizontes por explorar”. (23)

Ou seja, a problemática atual, a ser abordada neste momento, é a separação presente na concepção liberal humanista burguesa, refutada pela vida e, desde o século passado, pela concepção materialista dialética e histórica de Karl Marx. Ao estudar a sociedade constituída de relações sociais de produção determinadas, o marxismo destruiu exatamente as concepções universais apriorísticas sobre o homem e a humanidade, assim como evidenciou os “valores universais”, vazios de consistência social. Este foi precisamente o salto de qualidade dado pelo marxismo na história do conhecimento humano.

O que vão estudar os sociólogos soviéticos? Novamente Hobbes, Locke e seu humanismo abstrato? Se é isto, é bom que o façam logo, para novamente encontrarem Marx e as “relações sociais”. Se eles não o fizerem rapidamente, talvez estejam hoje também interpretando a luta dos “indivíduos” na URSS contra o governo de Gorbachov e em todo Leste europeu como advindas da “inquietação humana” e, quem sabe, exigem estudo aprofundado de Hobbes e o seu contrato social! ■

1 - Os textos usados são de Santo Agostinho, “Concerning the city of God against Pagans”, tradução de H. Bettenson, Penguin, 1972, in *Pensadores políticos comparados*, org. Ross Fitzgerald — Santo Agostinho e Thomas Hobbes por Daniel Grace — editora Universidade de Brasília — 1980 — pag. 63

2 - *ibid*; pg. 63

3 - *ibid*; pg. 65, 66

4 - *ibid*; pg. 66

5 - *ibid*; pg. 68

6 - John Locke, “Ensaio acerca do entendimento humano”, in *Pensadores políticos comparados*, org. Ross Fitzgerald — Editora Universidade de Brasília — 1980 — pg. 80

7 - *ibid*; pg. 82

8 - Thomas Hobbes, *Leviathan*, ed. M. Oakeshott, Oxford, sem data, in *Pensadores políticos comparados*, org. Ross Fitzgerald — Ed. Universidade de Brasília — 1980 — pg. 68

9 - *Revista da Academia de Ciências Sociais e Políticas — Universidade de Moscou — nº 1 — 1989 — Fedossiev, Piotr, “Humanismo Socialista: Aspectos Atuais”, pg. 8*

10 - *ibid*; pg. 8

11 - *ibid*; 10

12 - *ibid*; 15

13 - *ibid*; 16

14 - *ibid*; 17

15 - *ibid*; 19

16 - *ibid*; 21

17 - *ibid*; 22

18 - *ibid*; 23

19 - *ibid*

20 - F. Engels — “Anti-Dühring” — 2ª ed. — Paz e Terra — SP — 1979 — pg. 148

21 — *Revista da Academia de Ciências Sociais e Políticas — Universidade de Moscou — nº 1 — 1989 — Fedossiev, Piotr, “Humanismo Socialista: Aspectos Atuais” pg. 25*

22 - *ibid*; 25

23 - *ibid*

BIBLIOGRAFIA

F. Engels, “Anti-Dühring” — Paz e Terra, 2ª ed., SP — 1986

F. Engels e K. Marx — *Obras Escolhidas* — vol III — Alfa Ômega — 1986

K. Marx — “*Miséria da Filosofia*” — Livraria Editora Ciências Humanas — SP — 1982

K. Marx — “*A Ideologia Alemã*” — vol I — Ed. Presença — Portugal — 1982

F. Engels — “*Do socialismo utópico ao socialismo científico*” — vol I — *Obras Escolhidas Marx e Engels* — Ed. Alfa Ômega — SP 1986

K. Marx — “*O Capital*” — vol I — “*Crítica da Economia Política*” — Editora Abril — SP — 1984

Ross Fitzgerald (org) *Pensadores políticos comparados* — *Coletânea Pensamento Político* — Editora Universidade de Brasília — Brasília — 1980

H. Marcuse — “*Razão e Revolução*” — Ed. Saga, 1969

K. Marx — “*A Filosofia do Direito em Hegel*” — Editora Presença, 2ª ed. Portugal — 1985

O NOVO PODER NO REGIME SOCIALISTA

JOSÉ REINALDO CARVALHO

O burocratismo que deformou a construção do socialismo tornou-se pretexto para negar a democracia dos trabalhadores. Urge corrigir os erros e retomar o programa para fazer que
“uma simples cozinheira se ocupe das questões do poder”

“A ditadura do proletariado é uma luta áspera, cruenta e incruenta, violenta e pacífica, militar e econômica, pedagógica e administrativa contra as forças e as tradições da velha sociedade”. (Lênin)

*“Tempo haverá, tempo haverá
Para moldar um rosto com que enfrentar
Os rostos que encontrares”. (T.S.Eliot)*

As transformações políticas em curso no mundo e principalmente as dificuldades objetivas do movimento revolucionário suscitaram, entre outras, uma acesa polémica sobre a democracia no socialismo. A “revolução do Leste” e a *perestroika* sucedem sob a bandeira da liberdade e do aperfeiçoamento das instituições políticas da sociedade socialista. Galvanizaram apoio pretextando o restabelecimento da democracia em regimes burocratizados. Mas, como se sabe, seus resultados não foram bem esses. Antes, tiveram como corolário a liquidação das bases econômicas do socialismo, o estabelecimento de um novo domínio de classe, a mudança de regime e a montagem, ainda em transição, de uma superestrutura jurídico-política fundada muito mais em motivações democrático-burguesas do que no ideário da revolução popular ou proletária. Isto nos parece demonstrado nas edições anteriores de *Princípios* (nº 17 e 18) e em alguns artigos da presente edição. É ocioso determo-nos neste aspecto no espaço deste artigo.

A tragédia em que se transformou a derrota do

socialismo em escala mundial obriga os **comunistas** a refletirem cuidadosamente sobre a experiência de direção estatal que viveram. O socialismo, inegavelmente superior ao capitalismo, contraiu no entanto uma dívida com a História — a implantação na prática, e não apenas formal, de uma democracia ampla, plena, que assegurasse **de jure** e **de facto** o poder à classe operária e demais camadas de trabalhadores. Não se levou na devida conta que a essência da democracia socialista é a participação ampla das massas na direção do Estado e no governo da sociedade, participação sem a qual torna-se inócuo qualquer esforço para a realização das tarefas da edificação socialista.

E no entanto, a principal diferença entre a “democracia” burguesa e a democracia proletária é que esta última tem por finalidade acabar, pela primeira vez na história, a separação entre a proclamação formal dos direitos civis e sua realização na prática. Pois é precisamente esta separação que confere à “democracia” burguesa um caráter falso, hipócrita, enganoso.

O programa político da verdadeira democracia socialista consiste em fazer com que “uma simples cozinheira se ocupe das questões do Estado” (Lênin); com que se eleve sempre mais o grau de participação das massas na resolução de todo e qualquer problema político, econômico, social, cultural. A estrutura de poder deve basear-se unicamente na soberania popu-



lar, sobre quem recai a responsabilidade, correspondente a um direito básico, de eleger os órgãos de poder em todas as instâncias, de propor candidaturas, de votar livremente, de dispor dos mandatos, inclusive com direito à revogação, de exercer a crítica, de participar viva e criativamente das discussões para a elaboração dos planos quinquenais e das leis, de exigir prestação de contas por parte dos órgãos administrativos e do partido; e de exercer controle direto sobre tudo e sobre todos.

Uma estrutura de poder onde impere de fato a soberania da massa trabalhadora



Para efetivar uma tão extensa e profunda democracia de massas e realizar na plenitude esses direitos políticos, não basta que o Partido Comunista exerça seu papel de vanguarda por efeito de retórica, e que o Estado constituído cumpra a rotina de suas funções e se declare formalmente como Estado proletário. É preciso ainda elaborar e aplicar uma legislação avançada, que respeite precipuamente os direitos individuais, garanta a liberdade dos cidadãos, a livre manifestação do pensamento construtivo. Muitas vezes,

uma divergência no Partido foi considerada “fracionismo” ou “quebra da disciplina”, uma oposição a atos do governo foi apressadamente classificada como “complô”, uma opinião diferente da oficial confundida com a propaganda anti-socialista, uma obra de arte fora das receitas do código do “realismo socialista” tida como “degeneração pequeno-burguesa”. A polêmica e o debate construtivos com as massas são, assim, sufocados, dando lugar à censura e à repressão. E isto, infelizmente, marcou alguns períodos da construção do socialismo e acabou concorrendo para limitar a democracia.

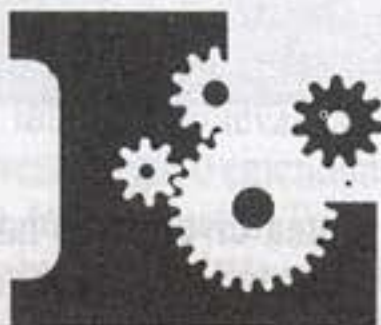
O poder revolucionário, a fim de garantir os direitos das massas e viabilizar sua participação no governo do país e na construção da nova sociedade, não pode prescindir da existência das organizações sociais. São elas, por excelência, o instrumento mais eficaz para unir, organizar e mobilizar o povo. Operam a ligação entre este, o partido e os órgãos administrativos e constituem a melhor tribuna de onde as massas dão sua opinião sobre qualquer assunto. Se estas organizações se transformam em meras extensões do Partido e do aparato estatal, como ocorreu, se sua autonomia não é respeitada e seus dirigentes não passam de “comissários políticos”, sua existência será mera formalidade.

Não há como negar: a burocratização do aparato estatal e do Partido Comunista, a criação de uma casta

de burocratas privilegiados em seus postos de comando, o distanciamento do poder em relação às massas, as limitações da legislação socialista, a violação de direitos civis, restringiram a democracia e contribuíram para a degeneração do Estado socialista e a usurpação do poder pelos revisionistas.

Sendo uma forma de pensar e dirigir completamente avessa aos interesses do povo, o burocratismo, fenômeno que se generalizou nos países socialistas, não faz parte da natureza do socialismo. Mas sua manifestação em tão elevado grau, como ocorreu, impõe uma reflexão objetiva e profunda para que se possa retirar as devidas lições da história. O burocratismo maculou a democracia socialista, castrou a iniciativa das massas, deseducou-as e desarmou-as para enfrentar os inimigos internos e externos do socialismo, retirou pouco a pouco o caráter revolucionário do Estado. Evidentemente, o burocratismo tem sua raiz de classe nos antigos exploradores e constitui a um só tempo uma herança das tradições do passado. Revelou-se particularmente nocivo no gigantismo do aparato estatal, na deformação das práticas eleitorais e nas relações entre os quadros e as massas. Mostrou quanto a sociedade socialista, na época atual, é ainda permeável aos vícios do capitalismo, principalmente a fetichização do poder e a permanência de métodos autoritários.

**Transformou-se em
senso comum
que o socialismo
não pode
ser democrático**



Mas fiquemos com a noção de que as correntes políticas e ideológicas que genericamente podemos denominar de revisionistas, embora matizadas por diferentes nuances, exaltam a democracia como valor universal, ignoram seu caráter relativo, de classe, e rejeitam as experiências até aqui conhecidas de construção do socialismo. Esta opinião dilui conceitos como democracia burguesa e democracia proletária, sonha com a construção de um modelo econômico misto, metade socialista, metade capitalista, e procura operar o milagre da simbiose entre instituições de um e outro regime.

A idéia de que o socialismo é antidemocrático foi transformada em senso comum. Concedem ao socialismo o favor de reconhecer-lhe o mérito de curar as chagas sociais e elevar o nível de vida das massas trabalhadoras, mas imputam-lhe a culpa de carregar, como um mal imanente, uma espécie de pecado original — liquidou os valores “universais” e “eternos” da liberdade, violou os direitos humanos, tiranizou vastas camadas da população, instituiu a ditadura unipartidária e até unipessoal, perpetrou inomináveis crimes... Os defensores do socialismo seriam assim tangidos a uma espécie de limbo, enquanto na superfície

da terra viceja todo tipo de teorias fabricadas por encomenda para enaltecer a “democracia” capitalista.

O debate é antigo e não será surpreendente se perdurar por tempo ainda maior, pois seu eixo — a temática do *poder político* — é a questão crucial de toda revolução e o ponto de partida de qualquer esforço para a construção de novas relações econômicas e sociais.

Nisso a história é prodigiosa em ensinamentos. A questão do poder político, sua manutenção, consolidação, aperfeiçoamento e transformação progressiva confunde-se com a própria sobrevivência e prolongamento do processo revolucionário e está diretamente relacionada com o alcance de seus objetivos finais. Aliás, com justa razão, já se disse que é muito mais fácil tomar o poder político do que construir uma sociedade nova. Desde a Comuna de Paris, conheceram-se experiências indicativas de que a revolução proletária pode triunfar e em seguida ser esmagada se não encontra ou não emprega os meios necessários à sua consolidação e desenvolvimento ulterior. De outra forma, o retrocesso de caráter burguês-revisionista, ocorrido a partir de meados dos anos 50 na União Soviética e demais países do Leste, sinalizou que o Estado pode escapar ao controle do proletariado não apenas por via de uma derrocada contra-revolucionária violenta. Também os processos silentes e sutis da degenerescência pacífica e gradual agem no sentido oposto ao da revolução. Isto indica que a vitória ou a derrota de um poder revolucionário não se deve ao acaso ou a um determinismo fatalista. Depende dos meios que encontre para se impor e vingar em circunstâncias históricas dadas.

Para se ter uma idéia minimamente aproximada da realidade sobre o que é a democracia no socialismo, é impositivo compreender o caráter relativo (histórico e de classe) de conceitos e categorias como Estado, democracia, liberdade e outros afins, as singularidades da conjuntura política em que surge o poder popular, que dá origem ao Estado socialista, sua transitoriedade na história e suas funções a curto, médio e longo prazos.

Este poder advém necessariamente de uma revolução vitoriosa. O momento em que se instaura é um ponto de inflexão no desenvolvimento da luta de classes em favor do socialismo e seu caráter passageiro é definido pelo fato de que, como dizia Marx, “é o Estado do período de transição do capitalismo ao comunismo”.

Não se trata de uma simples mudança de governo, da alternância de facções distintas de uma mesma classe no poder, resultado de uma eleição, queda de gabinete ou golpe de Estado, mas de uma substituição de classes no poder, decorrência de uma destruição da ordem constituída pela via revolucionária, do derube de todo o edifício social, a fim de construir outro, seu antípoda. Em circunstâncias semelhantes, legalidade, democracia, liberdade revelam-se como concei-

tos relativos. É Lênin quem diz em “A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky” que “a ditadura revolucionária do proletariado é um poder conquistado e mantido mediante a violência exercida pelo proletariado sobre a burguesia, um poder não sujeito a nenhuma lei”.

**Nenhuma revolução
se faz sem
quebrar o poder da
classe até
então dominante**



Seria no mínimo ingenuidade pretender que não fosse assim. Mesmo revoluções anteriores à proletária ensinaram que nenhuma transformação social radical prescinde de um poder político novo e que este enfrenta — na fase inicial de maneira aguda e nas posteriores de formas multifacetadas — uma encarniçada resistência das classes destronadas. A própria revolução francesa, feita em nome da liberdade, igualdade e fraternidade, precisou atravessar o período que se chamou de “terror” e, não fosse a energia e a determinação dos jacobinos, a história teria andado em compasso diferente.

Em lugar de se perder em estéreis discussões sobre um falso humanismo, decorrente da ignorância quanto às leis do desenvolvimento histórico, é necessário saber porque isto ocorre, ou, mais exatamente, porque *tem de ser assim*. É que a transformação da sociedade, embora desperte a esperança na festa de pão e rosas, é um processo doloroso. Recorrendo à imagem poética da epígrafe, até que a humanidade se depare com um rosto belo e formoso diante do espelho, defrontará outras faces, que ela não escolheu. Para quem está convicto dessa necessidade gerada pelos condicionamentos históricos, fica a certeza, que somente a concepção dialética-materialista dá, de que para vencer o desafio, *tempo haverá*.

Se a questão é resolvida teoricamente e as condicionalidades são admitidas com objetividade, se torna mais viável enfrentá-las na prática e resolver na exata medida o aparente paradoxo: a ditadura revolucionária é ou não democrática? E no problema que temos em tela de juízo: a ditadura do proletariado é um poder democrático?

Houve épocas em que os reis exerciam seu domínio absolutista invocando o direito divino. Em nome disso se estruturavam as instituições jurídicas e políticas legitimadoras da monarquia. Mas os soberanos sabiam também dispor de um aparato de violência. Hoje, é grande a diversidade de sistemas políticos e regimes de governo dirigidos por grupos capitalistas que administram o Estado conforme os interesses do conjunto da burguesia. Todos se dizem democráticos — até os golpes militares são feitos com nobres justificativas de restauração da ordem democrática “ameaçada” pe-

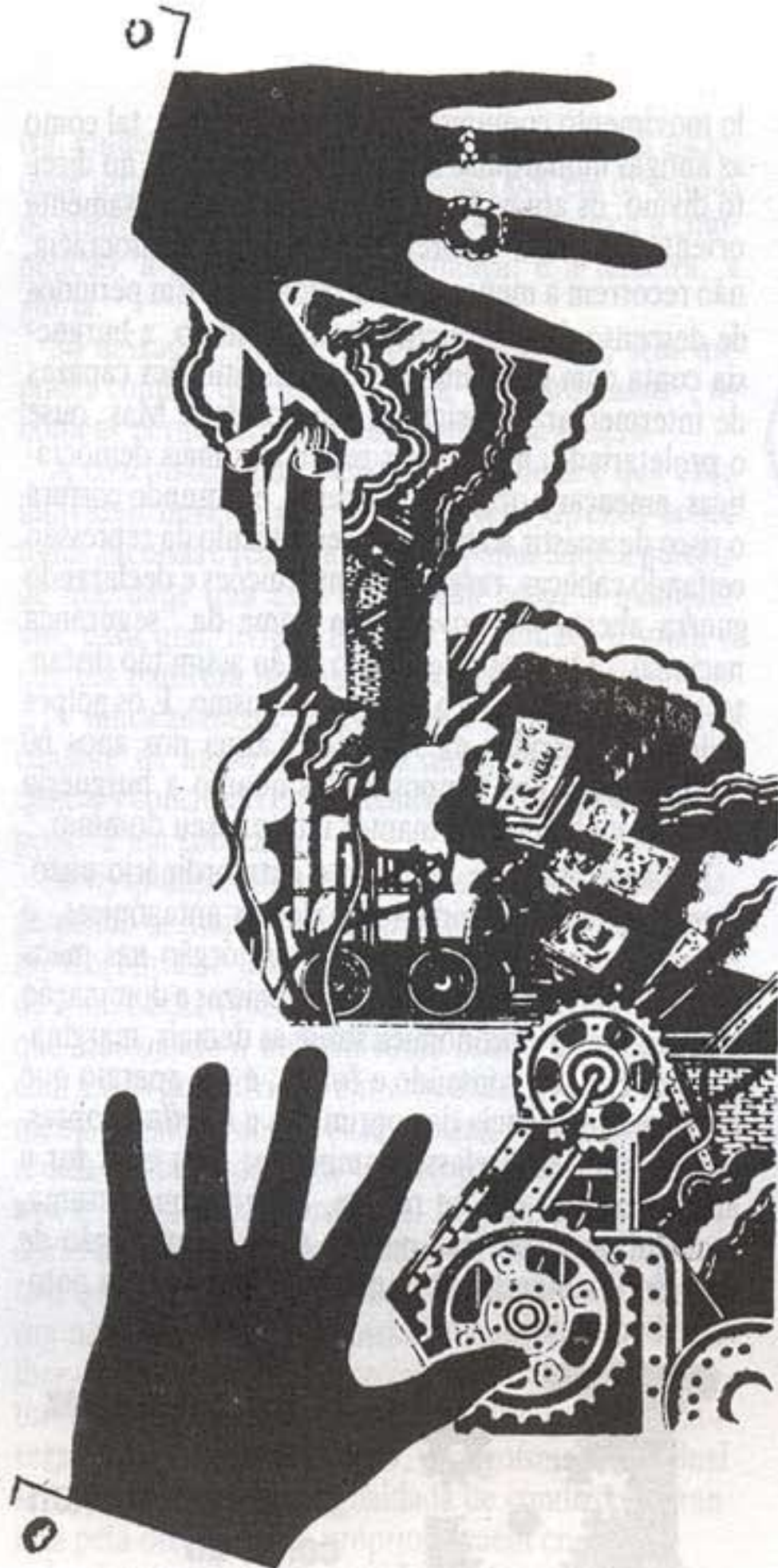
lo movimento comunista. Mas nem por isso, tal como as antigas monarquias absolutistas inspiradas no direito divino, os atuais Estados burgueses pretensamente orientados pelos valores universais da democracia, não recorrem a menor grau de violência. Em períodos de descenso do movimento revolucionário, a burguesia conta com toda uma sorte de instituições capazes de intermediar e dissimular seu domínio. Mas ouse o proletariado, mesmo nas repúblicas mais democráticas, ameaçar a ordem constituída, e o mundo correrá o risco de assistir ao hediondo espetáculo da repressão ceifando cabeças, rasgando constituições e declarando guerra aberta ao povo, em nome da “segurança nacional”. Os anos 30 e 40 não estão assim tão distantes para esquecermos o que foi o fascismo. E os golpes militares ocorridos na América Latina nos anos 60 e 70 ilustram nos tempos atuais quanto a burguesia se torna violenta para manter intato o seu domínio.

E não há nada de estranho e extraordinário nisto. Numa sociedade dividida em classes antagônicas, o Estado outra coisa não é senão um órgão nas mãos da classe detentora do poder para realizar a dominação política, social e econômica sobre as demais, marginalizadas. Por seu conteúdo e forma, é um aparato que esmaga a resistência dos oprimidos e *legaliza* a opressão exercida pela classe dominante. Seja qual for a aparência com que se revista, a forma que assuma, a maquiagem com que pinte o rosto, é um órgão de coerção e violência. O mimetismo não muda a natureza do camaleão.



**Pela primeira vez
os que
trabalham tomam
conta do
poder político**

Mas retomemos nossa questão. O que definirá se a ditadura revolucionária é ou não essencialmente democrática é seu caráter de classe e seus objetivos. Uma observação, ainda que ligeira, sobre a história, desvendará a elementar verdade de que o Estado revolucionário do proletariado é o primeiro que se conhece até então verdadeiramente democrático, pois é o único que assegura, desde a origem, o poder à classe operária e às demais camadas de trabalhadores, secularmente exploradas e colocadas à margem da vida política e social. Pela primeira vez na história, os trabalhadores se tornam dirigentes do Estado e iniciam conscientemente a construção de uma sociedade livre, baseada no trabalho livre de homens livres. É por isso que, mesmo nos momentos de conflagração política e social mais agudos, em que, por força de circunstâncias objetivas, é enorme o grau de violência entre as partes contendoras, o poder revolucionário do proletariado é muito mais democrático do que a mais democrática das repúblicas burguesas. Desde o seu advento, o Estado popular expressa e defende os interesses



de todos os trabalhadores até então explorados e oprimidos. Mesmo porque, o fruto que brotou no momento da revolução germinara bem antes, durante a crise revolucionária. A República dos Sovietes, implantada na Rússia de 1917, foi gerada na revolução derrotada de 1905 e depois na revolução de fevereiro de 1917 e em todo o período de transição e dualidade de poder que vai daí até outubro.

A história da Comuna de Paris é por demais conhecida. Marx atribuiu a sua derrota à falta de “energia” dos revolucionários para esmagar a contra-revolução. A revolução russa não teria sobrevivido se os bolcheviques liderados por Lênin não tivessem dado provas de tenacidade, inclusive para enfrentar uma guerra de agressão de três anos contra exércitos de países imperialistas que acorreram em ajuda à burguesia e aos latifundiários da velha Rússia. Lênin poderia ter sido “mais democrático” e distribuído flores e concessões aos inimigos da revolução. Talvez não ocupasse na história sequer o lugar de um Kerensky.

Negar esta evidência é admitir a luta de classes apenas até o meio do caminho. Mais uma vez, é ilustrativo

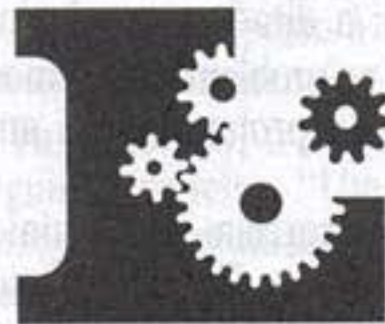
citar “A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky” em que Lênin, refutando o ponto de vista do dirigente da II Internacional, segundo o qual os soviets não deviam se transformar em organizações estatais, afirmava:

“Uma pessoa que compartilhe com seriedade a idéia de Marx de que o Estado não é mais que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, que tivesse parado para meditar sobre esta verdade, nunca teria podido chegar ao absurdo de dizer que as organizações proletárias, capazes de vencer o capital financeiro, não devem transformar-se em organizações de Estado. Isto é o que revela ao pequeno-burguês, para o qual o Estado é, ‘apesar de tudo’, uma entidade à margem das classes, ou situada acima das classes. Com efeito, por que pode o proletariado, ‘uma só classe’, fazer uma guerra decisiva ao capital, que não só domina sobre o proletariado, mas sobre todo o povo, sobre toda a pequena burguesia, sobre todos os camponeses, e não pode, sendo ‘uma só classe’, transformar sua organização em organização de Estado? Porque o pequeno-burguês teme a luta de classes e não a leva a termo, ao mais importante”.

Assim, é necessário situar o poder revolucionário no contexto da luta de classes. A perda desse referencial leva muitos críticos do socialismo a resvalarem para posições liberais, democrático-burguesas, malgrado sua profissão de fé “marxista”.

A existência do poder proletário não se justifica apenas no momento da vitória da revolução e de liquidação da resistência da burguesia derrotada. Ele tem por missão desmontar, peça por peça, toda uma engrenagem do antigo aparato estatal e construir uma organização política inteiramente nova, de acordo com as exigências da sociedade que está por construir; exercer funções sociais, ideológicas e econômicas, entre as quais avultam a expropriação do capital da burguesia e a coordenação do processo de construção das novas relações de produção.

Este poder assume um conjunto de tarefas que preparam a transição para a sociedade sem classes, quando — aí sim — a própria existência de partidos e do Estado será um contra-senso. Em suma, o exercício



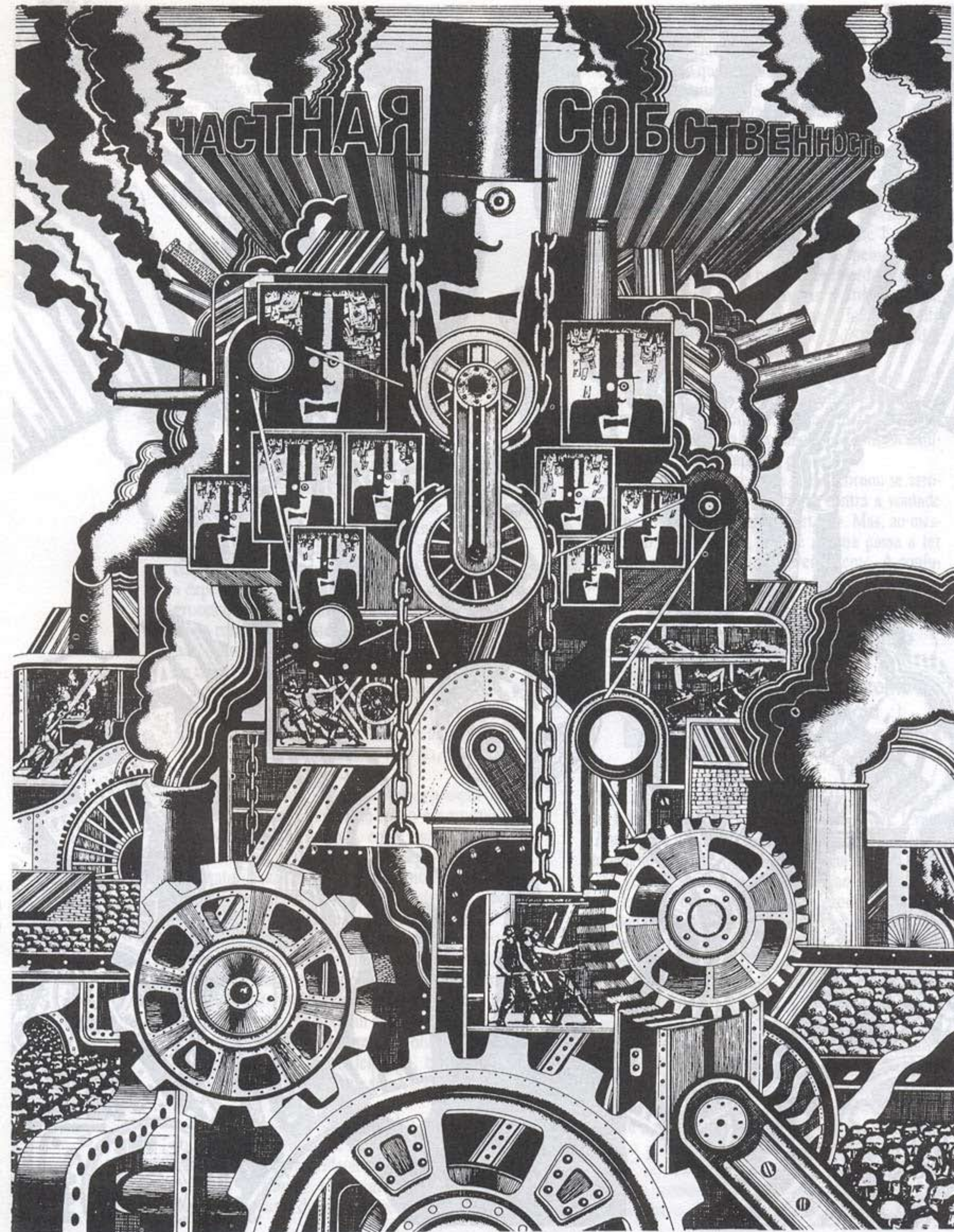
Se não se adapta às demandas da história, o Estado socialista fatalmente degenera

do poder político pelo proletariado abre caminho para o exercício do autogoverno pela sociedade, objetivo que constitui a essência mesma de sua missão histórica.

É com essa perspectiva que os defensores do socialismo precisam situar-se no embate com os que desnaturam o marxismo a partir de posições liberais e social-democratas, sem correrem o risco de permanecer no



ЧАСТНАЯ СОБСТВЕННОСТЬ



limbo. Se a ditadura revolucionária é uma necessidade histórica, por outro lado o Estado socialista não assume uma feição definitiva e única desde o momento de sua aparição. Se ele não se aperfeiçoa e democratiza continuamente, se não adapta seus métodos de governo e suas instituições às novas demandas que o desenvolvimento do socialismo cria, inevitavelmente se esclerosará. Por isso, é equivocado rejeitar aprioristicamente a simples menção aos termos *democratizar e reformar* o socialismo, recusa que parte da presunção de que o socialismo é em si mesmo democrático e nada tem a fazer senão manter o Estado da ditadura do proletariado tal e qual surgiu. Esquece-se de que a ditadura do proletariado não é um fim, mas um meio, e que se não se tomam medidas para preparar o advento do autogoverno, ela corre o risco de se transformar no seu oposto. Provavelmente, este desvio de compreensão terá sido o responsável por erros cometidos na construção e funcionamento do Estado socialista. Em seguida, abordaremos este aspecto. Antes, é necessário frisar que o poder proletário é mais democrático não apenas por ter nascido da revolução, por sua inspiração, motivação e missão histórica, mas também pelas formas institucionais que criou — sempre ressaltando que estas não são fabricadas, nem definitivas, nem universais.

Por que as funções do Estado revolucionário e as justificativas para sua existência não se esgotam com o esmagamento da reação das antigas classes dominantes? A experiência de construção do socialismo mostra que a pequena burguesia tem longa sobrevida. Isto, conjugado com a pressão externa exercida sobre o socialismo pelos países imperialistas, forma uma base objetiva para a existência de uma oposição *de classe* ao socialismo, que se manifesta de maneira ora sutil e camuflada — é o caso do período em que os revisionistas prepararam a usurpação do poder antes do XX Congresso do PCUS — ora por meio da eclosão de movimentos contra-revolucionários — caso dos levantes de 1956 na Polônia e na Hungria. Todo o período de transição que vai da tomada do poder pelo proletariado até o surgimento da sociedade sem classes é constituído por uma luta de classes entre dois caminhos — o burguês e o proletário. E a ditadura do proletariado, com suas instituições, é tão somente o regime político que viabiliza essa passagem.

A luta social no período de transição para o comunismo se dá em múltiplas frentes — política, econômica, ideológica. Constitui a força motriz do desenvolvimento da sociedade e impregna o conjunto da vida social. Ela tem a ver com o esforço para eliminar os antagonismos entre camadas da população, os desníveis de renda e entre cidade e campo; para superar o atraso e transformar os valores ideológicos do socialismo em valores universais.

Mas por muito tempo é e será uma luta fundamentalmente política. E na luta política, encabeçada pelo

Partido Comunista no poder, o caráter de massas é imprescindível. Daí porque é desastroso, como a amarga experiência demonstra, subestimar o aspecto democrático do regime socialista.

Segundo a concepção marxista-leninista, o Estado socialista é uma ditadura de maneira nova porque reprime a minoria, as antigas classes exploradoras; e uma democracia de maneira nova porque expressa e defende os interesses e a vontade da esmagadora maioria da população. Nesse sentido, o Estado socialista é também uma expressão organizada, em nível superior, da aliança entre a classe operária e as demais camadas trabalhadoras e intermediárias, interessadas na superação do capitalismo e na construção de uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem. Assim, a luta de classes no socialismo não pode se voltar politicamente contra os trabalhadores e seus aliados. Seu aspecto principal, vencida a etapa inicial da revolução, não pode ser o coercitivo e/ou repressivo. Seu método não pode ser administrativo, militarista, tecnocrático ou comandista, o que inexoravelmente conduz à violação dos direitos coletivos e individuais dos trabalhadores em nome de quem o Estado se ergue e funciona.

Assim como a revolução não é obra de um pequeno pugilo de intelectuais, conspiradores ou revolucionários profissionais, também a construção do socialismo não é obra de funcionários de aparatos, de dirigentes do partido, administradores de órgãos estatais, hierarcas das forças armadas ou tecnocratas. É obra de milhões de pessoas. Mais do que em qualquer outro período histórico, é na época da construção do socialismo que a lei do materialismo histórico de que *as massas são o sujeito da história* encontra a mais ampla realização. A desconsideração desse princípio semeia o indiferentismo, a passividade e provôca o divórcio entre as massas e o poder.

Quiçá, os erros cometidos na condução do Estado socialista e o grau incipiente de democracia que este propiciou (bem entendido, em relação ao comunismo, porque em relação à falsa democracia burguesa a ditadura do proletariado é infinitas vezes mais democrática), possam ser atribuídos à falta de experiência, aos condicionamentos da época e mesmo à falta de tempo histórico para resolver a contento os problemas herdados do passado, como os novos problemas que a própria construção do socialismo engendra. Seja como for, é preciso retirar as lições que a experiência histórica deixa, pois somente assim será possível resgatar o socialismo e reaglutinar forças para extrair resultados positivos do esforço revolucionário das massas e dos combatentes de vanguarda. ■

NA CULTURA, “ASSIM CAMINHA A HUMANIDADE”

CARLOS POMPE

Em meio a um fabuloso desenvolvimento dos meios de comunicação de massas, o Estado burguês tem trabalhado pelo embrutecimento das massas, como forma de submetê-las e quebrar o seu espírito de rebeldia e de liberdade

○ confusionismo virou norma. A ofensiva capitalista é multifacética. Ocorre no campo político, econômico, social, científico, no campo das artes etc. Velhos argumentos ressurgem como novos na ânsia de desmoralizar o pensamento científico. A cultura, é claro, é um campo privilegiado para a ofensiva dos defensores da sociedade em que impera o capital. E, numa situação tão complexa, mesmo pessoas imbuídas de ideais progressistas são envolvidas pelo vagalhão capitalista. Entre os intelectuais campeia a confusão. E, para citar uma frase do Manifesto do Partido Comunista, que estranhamente ganhou nova conotação em momento tão delicado, “tudo que é sólido se desmancha no ar”...

**Êta mundo que a nada se destina,
se maior se faz, mais se arruína**
(Dori Caimmy—P.C. Pinheiro)

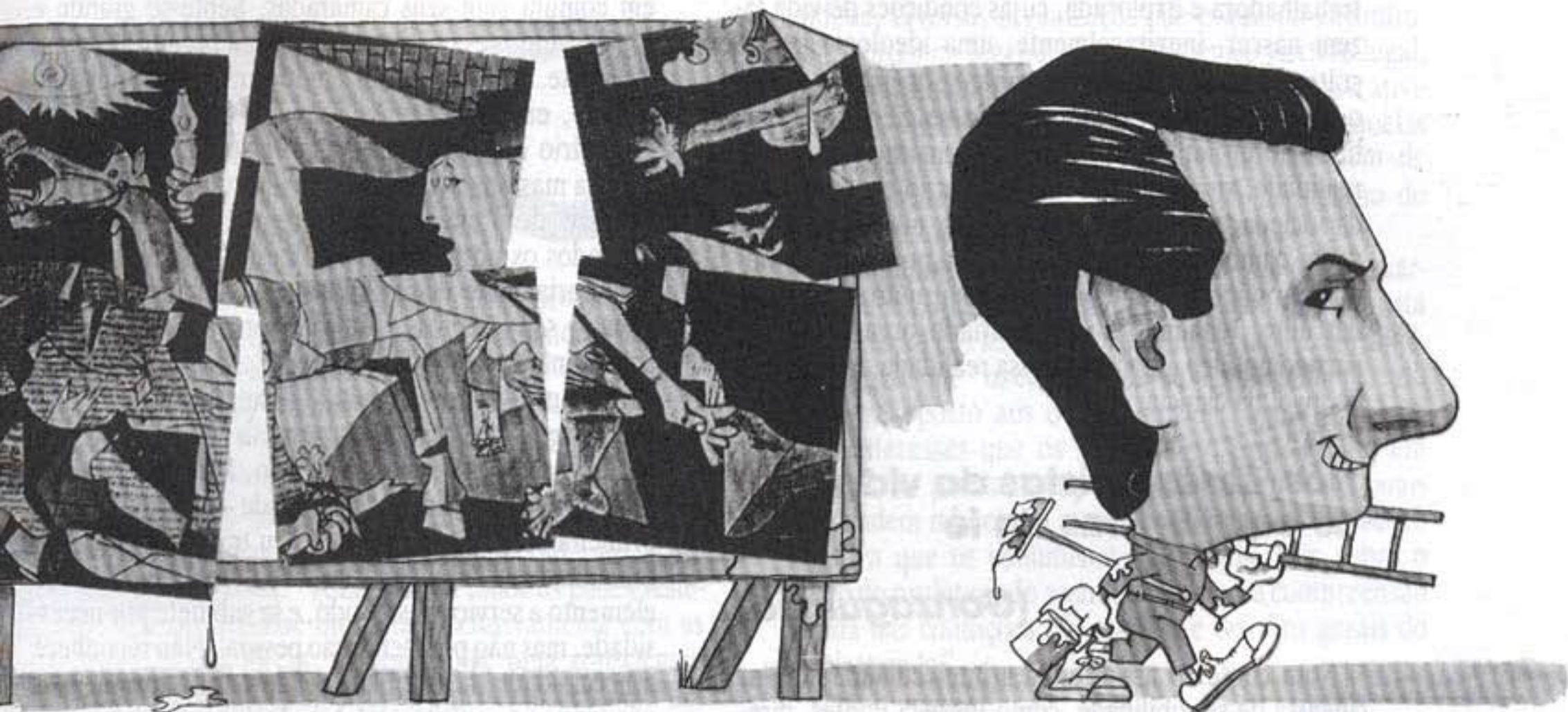
A cultura é um dos meios mais eficientes para subjugar alguém ou um povo, para submeter uma classe. Fazê-la sentir-se inferior, considerar-se impotente diante de uma realidade hostil, é quebrar-lhe a fibra, o ímpeto de luta. E isso é uma prática concreta, que vem sendo realizada pela burguesia, através de seu principal aparelho de dominação — o Estado. O Estado burguês, desde o momento em que a sociedade

capitalista entrou em sua fase imperialista, tem sido um instrumento de *emburrecimento* das amplas camadas da população. A afirmação pode causar uma certa surpresa, quando se constata o imenso desenvolvimento tecnológico atingido pela sociedade neste século. Mas os fatos põe a nu a sua veracidade.

Um primeiro dado: é impressionante o crescimento do analfabetismo no globo. De 890 milhões de pessoas que não sabiam ler e escrever em 1950, hoje são 2,6 bilhões! Um problema do chamado *Terceiro Mundo*? Bem, nos Estados Unidos, em 1988, informações oficiais davam conta de cerca de 21 milhões de analfabetos — 14% dos habitantes do país que tem o maior PIB do planeta, maiores de 18 anos, eram incapazes de preencher um cheque... No Brasil, são 25 milhões de adultos e 6 milhões de crianças entre 7 e 14 anos (idade escolar) que não sabem garatujar o próprio nome. Vale dizer que esses analfabetos brasileiros puderam votar nas últimas eleições parlamentares... desde que *escrevessem* o nome ou o número de seu candidato na cédula.

Não há dúvida de que o embrutecimento das massas é uma das formas utilizadas pela burguesia para manter a sua dominação. Aliado a isso, a miséria, a fome. Somente na América Latina, são mais de 183 milhões de viventes em condições de pobreza, dos quais 88 milhões de pessoas vivem no estado de “extrema pobreza”, ou indigência, sem poder sequer satisfazer





às suas necessidades básicas de alimentação, segundo a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). O mesmo organismo constata que no início da década de 70, a população de indigentes do continente era de 18 milhões de pessoas, tendo, portanto, quase quintuplicado nos últimos 20 anos.

Marx dizia que “é evidente que o olho humano aprecia as coisas de maneira diferente do olho animal, do olho não-humano, assim como o ouvido humano só ouve diversamente do ouvido animal. É só quando o objeto se torna um objeto humano ou uma *objetivação da humanidade* que o homem não se perde nele.” (...) “O sentido musical do homem só é despertado pela música. A mais bela música nada significa para o ouvido não musical, não é um objeto para ele, porque o meu objeto só pode ser a corroboração de uma faculdade minha.”

E mais adiante: “O desenvolvimento humano dos cinco sentidos é uma obra de toda a história anterior. O sentido subserviente às necessidades grosseiras possui apenas uma significação limitada. Para um homem faminto, a forma *humana* do alimento não existe mesmo na mais tosca das formas; e, nesse caso, não se poderia dizer em que a atividade do homem ao se alimentar seria diferente da do animal. O homem premidido pelas necessidades grosseiras e esmagado pelas preocupações imediatas é incapaz de apreciar *mesmo* o mais belo dos espetáculos.”

É a política do *emburrecimento* a perseguida pelo governo Collor, por exemplo, ao pôr fim a qualquer tipo de incentivo à educação, artes e cultura. O currículo, o salário dos professores, o abandono completo dos edifícios escolares não são algo fortuito, mas uma orientação deliberada. Basta que os alunos aprendam a ligar e desligar máquinas, que tenham o mínimo de referência das grafias de comandos elementares dos instrumentos de produção. Quanto a aprender a pensar, a atuar no mundo conscientemente, isso deve ser afastado em definitivo do alcance das amplas massas. O “pensamento” fica como privilégio das elites dominantes — que para isso recorrem a estabelecimentos de ensino particulares, no país ou no exterior. E esse “pensamento dominante” já é objetivamente direcionado para a perpetuação da dominação, refletindo interesses próprios das classes exploradoras.

O cidadão comum é tratado como simples massa de manobra, incapaz de decidir pela própria cabeça o que lhe convém ou não. O Estado burguês coloca-se como o tutor perene e soberano, a serviço dos poucos que ditam as regras, em todos os campos, de acordo com seus próprios interesses classistas. Vinculado como está ao imperialismo, assume o discurso cosmopolitista, pisoteando a cultura nacional e democrática. A cultura e a arte ficam saturadas de um estado de ânimo pessimista, de desalento e fatalismo. A realização de um futuro melhor fica a cargo de indivíduos

superiores aos comuns dos mortais — como o próprio Collor, com seu personalismo fascista, busca apresentar-se.

Mas o propósito da burguesia é inglório. Como diz Lênin, “em cada cultura nacional, há *elementos*, por pouco desenvolvidos que sejam, de cultura democrática e socialista, porque em *cada* nação há a massa trabalhadora e explorada, cujas condições de vida fazem nascer, inevitavelmente, uma ideologia democrática e socialista”. Acrescente-se a isso que com o marxismo, o socialismo tornou-se ciência, permitindo ao proletariado atuar conscientemente sobre a realidade, visando a sua transformação e a superação da sociedade dividida em classes por uma nova sociedade, comunista. E assim, a cultura popular e democrática opõe-se, concretamente, ao projeto dominador das elites, cabendo ao proletariado organizado em partido político atuar sobre essa realidade, elevando-a ao nível da ciência.

Nós, esses artistas da vida, os equilibristas da fé

(Gonzaguinha)

Num contexto assim, atua a intelectualidade. Um cineasta de sensibilidade, como Ipojuca Pontes, diretor de “A volta do filho pródigo”, se presta ao papel de ser ministro de Collor. Uma atriz de inegável talento, como Marília Pera, fez campanha para o candidato da direita nas eleições presidenciais e, após a vitória collorida, desenganou-se com a política cultural de terra arrasada por ele implementada — embora tenha sido alertada por todos os artistas progressistas, mesmo no período de campanha.

Kautsky, “quando era marxista” (para usar uma expressão de Lênin), debruçou-se sobre a especificidade do intelectual, aportando observações valiosas para o conhecimento desse setor da sociedade e o trabalho com ele. Diz Kautsky:

“Assim como um capitalista, um intelectual pode, individualmente, incorporar-se de pleno à luta de classe do proletariado. Quando isto sucede, o intelectual muda inclusive de caráter. (...) não entendo por intelectual senão o intelectual comum, colocado no terreno da sociedade burguesa, representante característico da classe intelectual. Esta classe se mantém em certo antagonismo com respeito ao proletariado”. “Este antagonismo é de tipo distinto do que existe entre o trabalho e o capital. O intelectual não é um capitalista. É certo que o seu nível de vida é burguês e que se vê obrigado a mantê-lo, até que se converte em um esfarrapado, mas, ao mesmo tempo, se vê obrigado a vender o produto do seu trabalho e, muitas vezes, sua força de trabalho, e sofre, com frequência, a exploração, pelos capitalistas, e certa humilhação social. Deste modo, não existe antagonismo econômico algum entre o intelectual e o proletariado. Mas

suas condições de vida e de trabalho não são proletárias e disso resulta certo antagonismo em seu sentir e pensar.”

“O proletário não é nada enquanto permanece indivíduo isolado. Todas as suas forças, toda a sua capacidade de progresso, todas as suas esperanças e anelos as extrai da *organização*, de sua atuação sistemática, em comum com seus camaradas. Sente-se grande e forte quando se constitui parte de um organismo grande e forte. Este organismo é tudo para ele e o indivíduo isolado, em comparação, significa muito pouco. O proletário luta, com enorme abnegação, como partícula da massa anônima, sem perspectiva de vantagens pessoais, de glória pessoal, cumprindo com o seu dever em todos os postos onde é colocado, submetendo-se voluntariamente à disciplina, que penetra todas as suas idéias e sentimentos. “Muito diverso é o que sucede com o intelectual. Não luta, aplicando, de um modo ou de outro, a força, mas argumentos. Suas armas são os seus conhecimentos pessoais, capacidade pessoal, convicções pessoais. Por isto, a plena liberdade de manifestar a sua personalidade lhe parece ser a primeira condição do êxito de seu trabalho. Não sem dificuldade, se submete a um todo determinado, como elemento a serviço desse todo, e se submete por necessidade, mas não por inclinação pessoal. Não reconhece a necessidade da disciplina senão para a massa; mas não para os espíritos seletos. Inclui-se a si mesmo, naturalmente, entre os espíritos seletos...”, conclui Kautsky.

Em que pese o talento, o intelectual é utilizado pelo capitalista, até que resista **conscientemente** a essa utilização. Mas mesmo essa resistência pode ocorrer de forma inconsciente. Plekhánov já alertava que a tendência à “arte pela arte” não deixa de ser, ela também, uma manifestação do descontentamento do artista com a realidade que o circunda.

Marx dizia que, como um novo rei Midas, o capitalista tem o *toque* mágico que possibilita transformar tudo em mercadoria, em meio de obter mais valia. Assim também com o trabalho intelectual. Para o burguês, a medida com que valoriza a criação do poeta, do artista, do ator, está determinada pelo preço que as obras alcançam no mercado. Para Collor, o valor do apoio de uma atriz como Marília Pera não se traduziria em uma política cultural eventualmente defendida por ela, mas pelo prestígio — computado em votos — que esse apoio lhe proporcionaria. Passada a eleição, nenhum compromisso já o ligava a ela. Seu compromisso é com a manutenção da ordem social vigente, e com o avassalamento do país ao imperialismo — agora chamado de inserção do país no mundo desenvolvido”. Por mil e um elos, o capitalista — e o Estado capitalista — submete o intelectual ao domínio da bolsa de dinheiro. A ele, a arte e a cultura interessam como objeto de especulação, ou como valor de uso muito limitado, como objeto de luxo.

Alguns intelectuais acabam por vergar-se a essa lógica brutal. É o caso de um dos mais conceituados artis-

tas pós-modernos do país, o dramaturgo e diretor de teatro e ópera Gerald Thomas. Em artigo intitulado "Arte e Estado", ele escreveu que se "a arte se fizer, digamos, interessante, ela vai atrair investimentos, financiamentos (...) Porque arte interessante gera dinheiro. Cria retorno financeiro. (...) A Mercedes Benz imprime na contracapa da maioria dos programas de teatro e de ópera da Alemanha a frase: 'Cultura é missão social'. Patavinas. É missão capitalista. E não deveria ser diferente..."

Nesse rumo, o Estado tem tido uma atuação intensiva na cooptação de artistas e intelectuais, ao longo da nossa História. São muitos os intelectuais que recorrem ao Estado para sobreviver. Mas não se conclua, daí, que todos os intelectuais são cooptados. Lima Barreto, um dos escritores mais radicais do início do século, um dos precursores do socialismo entre nossa intelectualidade, era funcionário do Ministério da Guerra — e sua obra é de um antimilitarismo visceral.

Tal situação leva a que os intelectuais cobrem a presença do Estado na área cultural, sempre ressaltando que não cabe a ele interferir ou direcionar o processo criativo com a ideologia dominante. "As coisas se colocam como Estado versus Cultura. O Estado é absolutista e a Cultura é, por si, revolucionária ou subversiva" (entendemos, aqui, a Cultura no sentido da dualidade indicada por Lênin, citada anteriormente neste artigo). "O Estado pretende a integração e ele é convergente. A Cultura, porém, é desintegradora, é divergente. Nas suas relações o Estado, como pretendo tutor não só da Cultura mas dos fazedores da Cultura, tem a necessidade e ao mesmo tempo medo dessa Cultura. A gente tem que formular a relação Estado e Cultura numa visão quase de guerra. "Eu acho que o Estado vê a Cultura como inimigo", afirma o ator, professor e diretor de teatro Sílvio Zilber.

O maestro Cláudio Santoro, por seu lado, lembra que o Brasil não tem tradição de fundações econômicas particulares que subsidiem a Cultura, e diz que é imprescindível a presença do Estado na atividade musical erudita — "Eu mesmo estou lutando com uma dificuldade incrível para cumprir a lei que obriga a execução de uma obra brasileira em cada um de meus concertos. Eu já apelei, escrevi para compositores, editores, à Ordem dos Músicos do Brasil, que tem um acervo, para empréstimo de obras de autores brasileiros vivos, e não houve resposta, infelizmente. Então, estou na contingência de não poder tocar músicos brasileiros, por não dispor de suas composições".

Mesmo atento para as interferências nefastas do Estado na Cultura, visando direcioná-la para a mera reprodução da ideologia oficial, praticamente todo o mundo aceita que o Estado tome a seu cargo o custeio das universidades, das bibliotecas, dos museus, das orquestras sinfônicas e dos corpos de baile. Contudo, também todo mundo concorda que, no geral, esse custeio de atividades culturais acaba propiciando espe-

táculos belíssimos somente ao alcance de um público de elite. O que se busca, então, é uma relação entre o Estado e a produção cultural que vise a democratização da Cultura, a elevação do nível de compreensão do mundo por parte das amplas massas... o que é o avesso do pretendido pela burguesia no poder.

Daqui pra frente, tudo vai ser diferente

Roberto e Erasmo Carlos

O capitalismo é hostil à arte e à cultura. A superação do capitalismo se dá com a ascensão de uma outra classe social, o proletariado, ao poder, construindo então o socialismo. Dá-se, então, a condição para que ocorra uma harmonia entre forças produtivas e meios de produção, com a supressão da exploração do homem pelo homem. Como classe dominante, o proletariado comanda a revolução cultural, que tem como um de seus pontos fundamentais o fim do analfabetismo e o acesso da Cultura às amplas massas trabalhadoras.

Mas a cultura proletária, indicou Lênin, "não surge completamente feita de não se sabe onde. Ela não é uma invenção de homens que se classificam de especialistas no assunto. Tudo isso é pura tolice. A cultura proletária deve ser o desenvolvimento lógico da soma dos conhecimentos elaborados pela humanidade sob o jugo das sociedades capitalista, feudal e burocrática".

Após a tomada do poder pelos proletários na Rússia, a experiência de uma nova cultura foi submetida à prova da prática. Uma prática diferenciada, onde se alcançaram inegáveis êxitos, mas também grandes problemas ocorreram. A avaliação mais precisa desse período está apenas começando, e em meio à chamada "crise do marxismo", com a ofensiva ideológica burguesa pressionando por todos os lados.

No entanto é errado pensar que somente agora os marxistas avaliam esse problema com seriedade. Bertolt Brecht, por exemplo, escreveu em 1953 o texto "Política cultural e a Academia de Artes", criticando posições extremadas da Academia de Artes da Alemanha Oriental, onde a democracia popular dava seus primeiros passos. Com aguda visão, observava: "A vida da população trabalhadora, a luta da classe operária por uma vida digna e criadora é um tema grato às artes. Mas a simples presença, na moldura, de operários e camponeses tem pouco a ver com esse tema. A arte deve visar uma inteligibilidade ampla. Mas a sociedade deve aumentar a compreensão da arte pela educação geral. (...) Nossos artistas estão produzindo para um público recrutado das várias classes. Seu nível de educação e também seu grau de dissolução moral são muito variáveis. Igualmente variáveis são as necessidades que a arte deve satisfazer. O Estado está primariamente interessado nos operários; nos-



os melhores artistas também estão interessados neles. Mas, ao mesmo tempo, há outros gostos de classe, outras necessidades, que devem ser tomados em consideração. Tudo isso só pode ser alcançado por uma arte altamente qualificada e diferenciada. Pois para uma verdadeira arte socialista a questão da qualidade é politicamente decisiva”.

Não há como negar, no campo das artes, grandes contribuições geradas no período socialista da URSS e de outros Estados que trilham pela democracia popular e pelo socialismo. Da filmografia de Eisenstein, passando pela obra de Górkí, Maiakóvski ou Sholokov, na URSS; do teatro de Brecht na Alemanha à produção de Ismail Kadaré na Albânia atual, são produções de alto nível, que cumprem o papel gnoseológico específico dessa forma particular de práxis humana que é a arte. O erro de ter transformado o realismo socialista como política oficial de Estado no campo cultural não pode levar à negação completa dessa experiência estética importante, que deve ser valorizada criticamente para melhor se seguir adiante. “Nosso realismo socialista deve ser também um realismo crítico”, preconizava Brecht.

Amanhã, vai ser um novo dia da mais louca alegria

Guilherme Arantes

Em “*A ideologia alemã*”, Marx e Engels prevêm: “A concentração exclusiva do talento artístico em alguns indivíduos e sua conseqüente supressão nas grandes massas representam o resultado da divisão do trabalho.

Mesmo que, em determinadas condições sociais, todos fossem pintores excelentes, o fato não os impe-

diria de serem também pintores originais, pelo que aqui a diferença entre trabalho “humano” e “individual” também se converte em absoluta insensatez. A subordinação do artista à limitação local e nacional inteiramente resultante da divisão do trabalho, e a subordinação do indivíduo a uma arte dada de modo que seja exclusivamente pintor, escultor etc., e o próprio nome exprimem suficientemente a limitação do seu desenvolvimento profissional e dependência da divisão do trabalho — numa organização de sociedade comunista, tudo isso desaparece. Numa organização de sociedade comunista, não há pintores; quando muito, há pessoas que, entre outras coisas, pintam”.

É esse homem novo, livre das preocupações imediatas e das necessidades grosseiras, que será resultante da nova sociedade, sem a exploração do homem pelo homem. Marx e os socialistas nunca propuseram abolir o sujeito individual, como caluniam os ideólogos burgueses para melhor combater-nos. Ao contrário, preconizamos o desenvolvimento multilateral do homem, sem as nefastas violentações impostas pela sociedade dividida em classes.

Para chegar a essa possibilidade histórica, usamos o marxismo como instrumento de análise e de transformação do mundo. Para alcançar esse ideal, buscamos uma atividade multifacética, envolvendo todos os campos da práxis humana. Para chegarmos ao comunismo, necessitamos tratar o socialismo como ciência. Para isso necessitamos cultura. E cultura ampla, de horizontes abertos. Pois, como esbravejou Marx certa vez numa reunião com socialistas, “a burrice nunca foi útil a ninguém”.

ATRITOS ENTRE A HISTÓRIA, O CONHECIMENTO E O PODER

CLÓVIS MOURA

Fazer história no Brasil, fora dos marcos oficiais, é uma prova de coragem. São muitos os assuntos proibidos e muitos os heróis sagrados das classes dominantes. Difícil é resgatar as raízes dos verdadeiros construtores do País

A História no Brasil é um ramo problemático das ciências sociais. Não por imprecisão conceitual ou metodológica, mas pelas barragens culturais e políticas que a pressionam e dificultam a sua legitimidade. Há uma distância imensa entre a verdade histórica que cabe ao historiador registrar e a necessidade e exigências que as classes dominantes impõem aos historiadores "oficiais", ideólogos dos valores, interesses e necessidades do atual tipo de sociedade.

Durante a época do Império escravista, que vai da nossa Independência até 1889, temos uma historiografia orgânica desse modo de produção (o escravismo), produzindo uma história que defendia e/ou justificava os privilégios da classe senhorial, afirmava que o escravismo era um modo de produção eterno, imutável e de acordo com as leis divinas. A partir do segundo Imperador, esses historiadores passam a auferir benesses e privilégios desse tipo de sociedade. Essa produção era a munição que o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil distribuía, como verdade inapelável, sendo todos os seus membros, ou, pelos menos, os mais influentes, respaldados generosamente por D. Pedro II.

Para uma rápida compreensão do que estamos afirmando, vejamos o seguinte quadro do status social dos principais historiadores daquela época: Domingos Gonçalves de Magalhães era Visconde de Araguaia; Manuel de Araújo Porto Alegre era o Barão de Santo

Ângelo e Francisco Adolfo Varnhagen, o pontífice da historiografia da época, era Visconde de Porto Seguro.

Não era apenas pelos títulos de nobreza que esses historiadores eram chamados de os **áulicos da corte**, mas também por vantagens que auferiam para poderem realizar as suas pesquisas proporcionadas pelo governo monárquico-escravista.

Senão vejamos: Varnhagen foi adido de primeira classe de nossa diplomacia em Lisboa, nomeado em 18 de maio de 1842 por sugestão de Vasconcelos de Drummond e influência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo, depois, viajado pela Europa e outras regiões através de comissões e outros recursos do governo imperial; Gonçalves Dias foi incumbido, pelo mesmo governo imperial, em 1851, de copiar documentos em estados brasileiros e, em 1854, encarregado de estudar a educação primária e secundária na Europa, onde pesquisou em vários arquivos; João Francisco Lisboa, em 1856, assumiu a responsabilidade de pesquisar os arquivos de diversos países; Joaquim Caetano da Silva é encarregado da legação brasileira em Haia, onde fez pesquisas em arquivos holandeses; Ramiz Galvão é comissionado pelo governo imperial para estudar a organização das bibliotecas européias; José Higino também é enviado para pesquisar arquivos, isto sem nos referirmos a outros como Oliveira Lima e Norival de Freitas, todos financiados

pelo governo imperial de diversas maneiras, inclusive através de verbas particulares do próprio imperador, que as repassava ao Instituto Histórico e Geográfico.

Nunca o axioma “quem tem o poder dá o saber” foi tão ajustado a uma realidade como no Brasil imperial, equiparando-se, no particular, à realidade montada por Frederico II na Alemanha e Catarina II na Rússia. O “rei filósofo”, como era chamado o Imperador D. Pedro II, através de mecanismos algumas vezes sutis, outros abertamente impositivos, controlava a intelligentsia da época, especialmente os historiadores. Era uma visão política, na área cultural, que devemos reconhecer como maquiavelicamente eficiente em D. Pedro II. Sabedor de que os historiadores plasmam o *ethos* cultural de uma nação, centrou a sua atividade de controle e desenvolvimento dessa produção historiográfica, condicionando-a à ideologia do Império escravista, através da concessão de facilidades aos seus produtores.

No particular, o historiador Geraldo M. Coelho escreve: “acredito poder situar, dentro dessa perspectiva, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A instituição e o papel que ocupou na sociedade brasileira do século XIX, assim como o tipo de história que elaborou, operou no sentido de produzir e reproduzir uma fração da ideologia da classe dominante brasileira e, a partir do conceito de ideologia, a história integraria uma forma mais ampla de como a classe dominante explicava sua posição no sistema de classes. Assim, os intelectuais que se organizavam em torno do IHGB, atuando a nível de superestrutura, produziram um modelo de historiografia — a história oficial — que consagrava o sistema de dominação existente no Brasil, fazendo com que essa produção intelectual exercesse uma ação de retorno sobre a estrutura. (...) O IHGB, na condição de aparelho ideológico do Estado, desenvolveria uma atividade intelectual — a produção da história integrada na ideologia da classe dominante dos proprietários rurais do Brasil do século XIX.” (1)

A história oficial decreta Caixas como herói e Zumbi com anti-herói



Proclamada a República, esse pólo único e centralizador de dominação ideológica irá se diversificar, mas, de qualquer maneira, os pólos de dominação da produção historiográfica, embora havendo novos elementos que irão permear essa dominação, continuarão nas mãos do Estado, no fundamental.

Os cargos burocráticos passam a ser distribuídos entre o Itamarati e outros departamentos do estamento burocrático, magistério ou sinecuras políticas ocasionais. Com isto, a produção histórica se diversi-

fica, com João Ribeiro, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, mas o caráter elitista continua, mesmo havendo algumas vozes que não aceitavam a condição passiva de intelectuais orgânicos do sistema. Daí porque o julgamento de valor de quase todos eles em relação aos fatos e heróis continuará sendo o mesmo estabelecido pelos historiadores do Império. Esses heróis “oficiais” continuam sendo o Duque de Caxias, Domingos Jorge Velho, Pedro I, Pedro II, Princesa Isabel, Barão de Cotegipe, Feijó, Barão do Rio Branco, e, também, Deodoro da Fonseca e os demais participantes do golpe militar republicano.

Por outro lado, continuam a ser anti-heróis Zumbi, os heróis da Revolta dos Alfaiates na Bahia de 1798 (Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas, João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira), assim como, também, outros heróis populares como frei Caneca, Elesbão Dandaró, Luís Sanim, Pacífico Licutã e os demais líderes do movimento insurrecional de 1835 em Salvador, além de Borges da Fonseca, Pedro Ivo, Padre Roma, Preto Cosme, Padre Miguelinho, Sórora Joana Angélica e todos aqueles que constituem o grande painel de heróis sem monumentos, mas que desarticularam as estruturas de poder em vários momentos da nossa história. Eles não são considerados heróis porque o seu heroísmo passa pela áspera estrada dos derrotados.

A nossa “história oficial” seleciona como heróis os vencedores, e não aqueles que foram derrotados nos diversos momentos de rebelião, rebeldia ou projeto de mudança social. Daí a história ser feita através de um processo seletivo no qual as classes dominantes estabeleceram o critério de quem é herói ou anti-herói. Com isto, os produtores dessa historiografia fazem-na ter uma visão elitista e marcial do nosso desenvolvimento.



O conceito de Pátria se torna uma ficção manipulada pelos poderosos

O conceito de Pátria é, por isto, manipulado constantemente por esses produtores da história. Mas, para eles, defender a Pátria é defender o *status quo* em toda a sua plenitude e através de todos os meios. Defender a Pátria é, historicamente, esmagar a República de Palmares; é esmagar a República Pernambucana de 1817; a Inconfidência Baiana; a Sabinada; a Cabanagem; a Balaiada; Canudos e Contestado; os Mukers; as revoltas escravas; a Revolução Praieira; o movimento da Aliança Nacional Libertadora e os guerrilheiros do Araguaia.

Este conceito de Pátria é, portanto, abstrato e não se concretiza em uma visão política nas camadas populares que o desconhecem. Em um programa na TV



VERONIKA



Cultura de São Paulo, do qual participamos, o repórter de rua perguntou a uma criança “o que era Pátria”. Ela respondeu: — a parada do dia, os soldados marchando...

Ora, de fato, para uma criança do Brasil, carente de educação, alimentação, família estável, bem-estar e lazer, a Pátria somente se materializa no dia 7 de setembro, através de uma demonstração de força militar. Porque ela inexistente, não se materializa, não se corporaliza e se manifesta para o cidadão em qualquer outro nível. É apenas uma ficção, pois os seus indicadores concretos são concedidos aos privilegiados, ficando para os pobres apenas uma pátria simbólica.

Para manter esse conceito marcial de pátria, as classes dominantes e os grupos militares, como estamentos de sustentação política, criam “áreas proibidas da história”, com limitações, fronteiras e sanções para quem

as transgredir.

Há, subrepticamente, uma institucionalização da história. A produção dos historiadores deve ser condicionada a diversos padrões de julgamento para ser aprovada. Não vamos nos estender, aqui, como essa produção é preconceituosa em relação aos heróis da transformação, às mulheres, aos negros e a outras camadas e segmentos ou **minorias** da nossa sociedade. Vários trabalhos já foram feitos nesse sentido e não é este o momento para uma análise exaustiva dos mesmos. O certo é que aqueles que obedecem o grande projeto institucional conseguem circular, enquanto outros, que têm a coragem de transpor a fronteira do proibido, sofrem as sanções dos controladores do saber histórico no Brasil.

Os assuntos proibidos mais recentes, ou a revisão radical, por parte dos historiadores, dos heróis do

passado e a participação da plebe como agente dinâmico no processo de mudança estrutural são sistematicamente congelados pelos detentores do poder-saber no Brasil.

Exemplos: a Guerra do Paraguai, a atuação de Caxias na mesma. Outros exemplos poderiam ser acrescentados, mas em um pequeno artigo estes são suficientes. Quando os fatos são mais próximos, esse complexo de elementos inibidores fica mais atuante e fatos como o movimento “constitucionalista” em São Paulo, de 1932, a chamada “intentona comunista” de 1935, afirmações de técnicos estrangeiros de que no Brasil não havia petróleo, e outros, também significativos, são esquecidos ou negados pelos historiadores oficiais.

Exemplos do poder em luta constante contra o saber e a História verdadeira



No particular, queremos nos reportar a alguns fatos relacionados com autores que escreveram fora da bitola oficial sobre alguns problemas que deviam ser silenciados. Um deles é a revolta dos marinheiros liderados por João Cândido em 1911. Como se sabe, esses marinheiros lutavam contra as condições iníquas impostas a eles, na sua esmagadora maioria composta de negros; lutavam contra os castigos corporais por indisciplina, isto é, serem chibateados como nos tempos da escravidão. Não vamos narrar, aqui, a epopéia desses marinheiros, mas as consequências para aqueles que escreveram sobre o fato, não ao lado da Marinha, mas dos marinheiros.

Vamos nos referir a três exemplos dos que se arriscaram a escrever sobre a **Revolta da Chibata**. Edmar Morel, na década de 50, publicou um livro-documentário mostrando o código disciplinar desumano da Marinha, dando razão aos marujos que contra ele se insurgiram. O livro alcançou repercussão internacional e o autor teve os seus direitos civis cassados com o golpe militar de 1964.

Outro que tentou escrever sobre o mesmo assunto foi Aparício Torelli (Barão de Itararé), político e humorista que dirigia no Rio de Janeiro o jornal **A Manhã**. O seu artigo foi considerado ofensivo à honra da Marinha e alguns dos seus membros o seqüestraram e o espancaram barbaramente, sem que houvesse nenhuma punição para os criminosos. No dia seguinte ao seqüestro-espantamento, Aparício Torelli afixou um cartaz no lado exterior da porta do seu escritório onde se lia: “Entre sem bater...”

Finalmente temos o caso do poeta francês Benjamin Peret. Chegando ao Brasil, entusiasmou-se com o episódio da revolta da Armada, liderada pelo marinheiro João Cândido. Em consequência, levou tempos pesquisando sobre o assunto e escreveu um livro narrando

fielmente os acontecimentos. Foi o bastante para que elementos da Marinha invadissem a tipografia onde o livro estava sendo impresso, destruíssem os originais e a composição, e, em seguida, prendessem o seu autor. Peret ficou encarcerado até que a intelectualidade brasileira procurou interceder por ele junto ao governo de Juscelino. Mesmo assim, foi expulso do país como subversivo e agitador.

Por outro lado, na década de 60, os historiadores Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Nelson Werneck Sodré, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro C. Uchoa Cavalcanti Neto e Rubem Cesar Fernandes elaboraram e executaram o projeto **História Nova do Brasil**. Não era sequer uma obra marxista, mas procurava inverter certos julgamentos alienados da história marcial do poder. Com o golpe militar de 1964, não só a obra foi recolhida, como os seus autores presos, pois todos eles eram subversivos, no pensamento dos milicos que compunham o IPM encarregado do processo. E como subversivos foram julgados. É ridículo o episódio se não fosse, também, uma violência ao direito da Inteligência criar e informar.

Nas circunstâncias político-institucionais do Brasil, fazer, ou melhor, refazer a história implica, também, um ato de coragem. Por exemplo, a **História Militar do Brasil** de Nelson Werneck Sodré foi recolhida porque registrava fatos que a nossa história marcial não permite. Tanto esse livro como a **História Nova do Brasil** estão “interditados para todo o território nacional”.

Há, como vemos, uma instituição invisível que censura, castra, reprime ou inibe a publicação de livros ou artigos que procuram repor, em primeiro plano, a ação dos oprimidos como agentes dinâmicos do processo social:

Exemplo disto foi a sanção sofrida da parte das elites militares pelo cronista Lourenço Diaféria, por haver escrito uma crônica levemente irônica em relação à estátua do Duque de Caxias, existente em São Paulo. Foi condenado à prisão sem que o direito à liberdade de imprensa e de expressão pudesse defendê-lo da truculência político-militar.

Tudo isto mostra, de forma muito sintética, mas, ao que nos parece, convincente, que fazer história, e, por extensão, ciências sociais fora dos quadros institucionais e da visão marcial do poder é um ato de coragem, também. ■

NOTA

(1) *Geraldo M. Coelho* — História e ideologia, o IHGB e a República — *Univ. Fed. do Pará* — 1981, pp 10-11

CLÓVIS MOURA sociólogo e escritor. Professor examinador de pós-graduação da Universidade de São Paulo. Autor de vários livros, destacando-se “A sociologia posta em questão”, “Sociologia de la Praxis”, “Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha” e “As injustiças de Clio”.

LÓGICA DO CAPITAL LEVA AO PARASITISMO

UMBERTO MARTINS

Imensas fortunas para quem tem o ócio como profissão. Transferência de riquezas dos países pobres para as metrópoles. Estagnação mundial da economia. Promessas de paz em canteiros de guerra. Assim é a sobrevida do capital

Um dos aspectos mais importantes do imperialismo, embora quase sempre negligenciado por economistas e historiadores, é a sua orientação em direção a um crescente parasitismo econômico, subjacente à lógica que governa a exportação de capitais e a apropriação dos lucros neocoloniais pelos monopólios. O fenômeno foi observado pelo economista inglês Joan Hobson no início deste século e ressaltado por Lênin como uma das principais contribuições daquele autor para o entendimento do sistema imperialista e de suas perspectivas.

Resultando, conforme salientava Lênin, de “uma enorme acumulação num pequeno número de países de um capital dinheiro” que atinge somas astronômicas, o capital financeiro incrementa naturalmente uma expressiva camada de rentistas, de indivíduos “que não participam em nada em nenhuma empresa, e cuja profissão é a ociosidade”. Mas não só, a apropriação de excedentes gerados pelo proletariado de nações dependentes viabiliza, igualmente, todo um modo de vida e gastos nos países-sede do imperialismo, que não seriam possíveis com base apenas na acumulação interna de capitais.

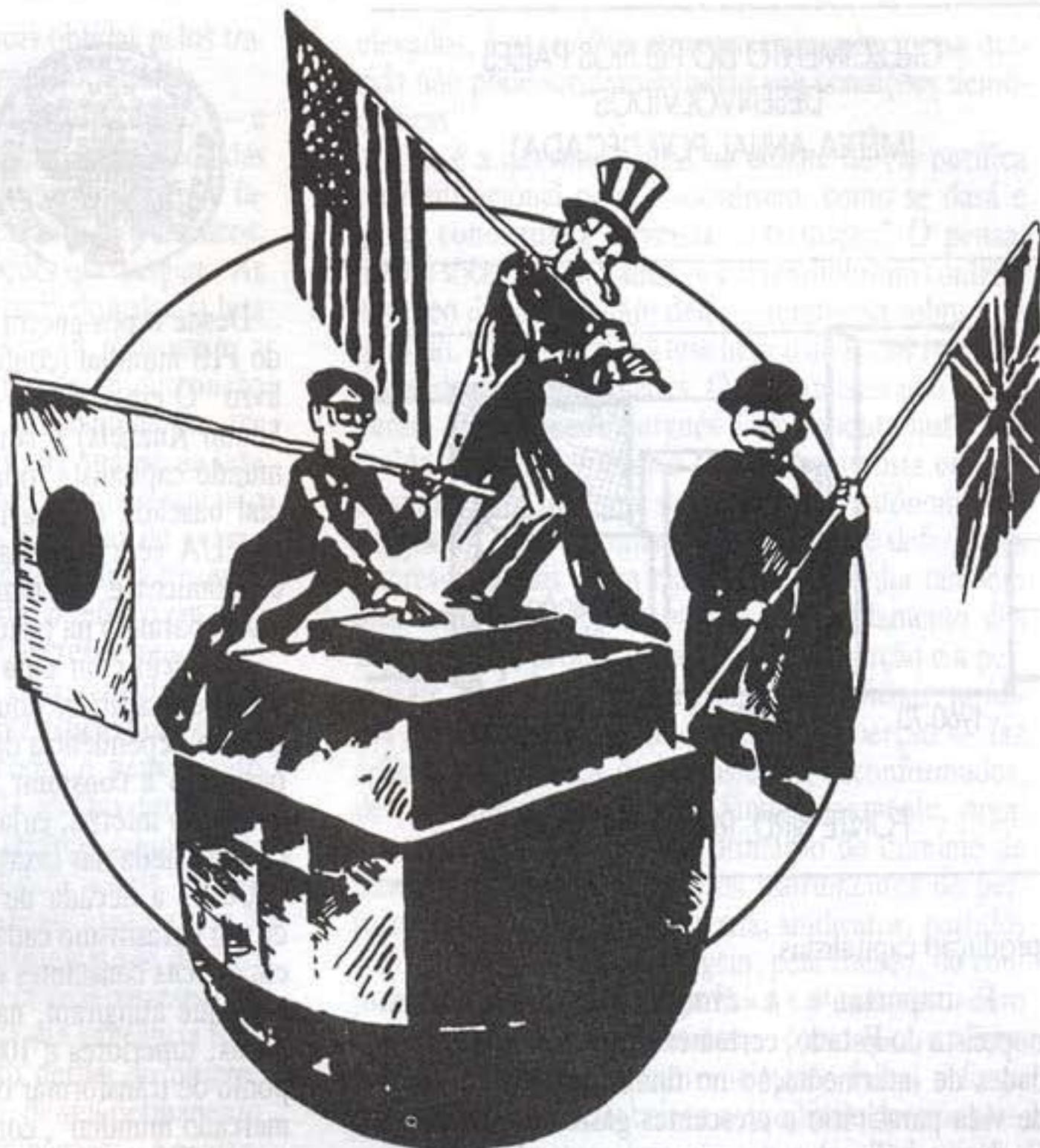
À ociosidade crescente, somam-se, como componentes do parasitismo, o financiamento da aristocracia operária, de vários empreendimentos improdutivos e de boa parte das despesas governamentais, aí contados em certa medida os investimentos na indústria bélica.

O recurso à apropriação neocolonial dos lucros termina por imprimir “uma marca de parasitismo a todo país imperialista, que vive da exploração do trabalho de uns quantos países e colônias do ultramar”, sublinhava Lênin.

Ao analisar a evolução do parasitismo no início do século, Hobson destacava que o sistema capitalista encontrava-se diante da perspectiva de constituir “um grupo de nações industriais avançadas, cujas classes superiores receberiam enormes tributos da Ásia e da África; isto permitir-lhes-ia manter grandes massas de empregados e criados submissos, ocupados não já na produção agrícola e industrial de artigos de grande consumo, mas no serviço pessoal ou no trabalho industrial secundário, sob o controle de uma nova aristocracia financeira”.

A marcha do sistema não foi precisamente fiel à perspectiva do economista inglês, devido sobretudo aos efeitos das duas guerras mundiais que alteraram e retardaram o curso do imperialismo naquela direção. Não obstante, o desenvolvimento do parasitismo não foi detido e, embora com contornos, formas e particularidades novas, na atualidade o fenômeno assumiu uma dimensão muito mais assustadora que na época em que a Inglaterra era a potência hegemônica no mundo.

O financiamento do parasitismo exige que uma parcela crescente dos lucros auferidos pelos monopólios



em todo o planeta sejam subtraídos dos investimentos na reprodução do capital, especialmente na indústria, e desviados para o consumo improdutivo de variados matizes. Ao lado disto, o fenômeno é acompanhado pela progressiva perda de competitividade industrial, e mesmo certa “desindustrialização”, dos países imperialistas, notadamente das potências hegemônicas, razão pela qual Hobson o apontava como uma das causas básicas do declínio econômico da Inglaterra.

O parasitismo se entrelaça com a queda da taxa média de lucros



Neste sentido, o parasitismo se entrelaça com a tendência à queda na taxa média de lucros obtidos pelos capitalistas (fortalecendo-a), que Marx assinalou como o resultado mais notável do avanço tecnológico e a decorrente alta da composição orgânica do capital — que progressivamente reduz os níveis de valorização do capital e aos poucos corrói as bases em que se sustenta o processo de produção capitalista, que tem na extração da mais-valia e na lei do valor os fundamentos da reprodução econômica.

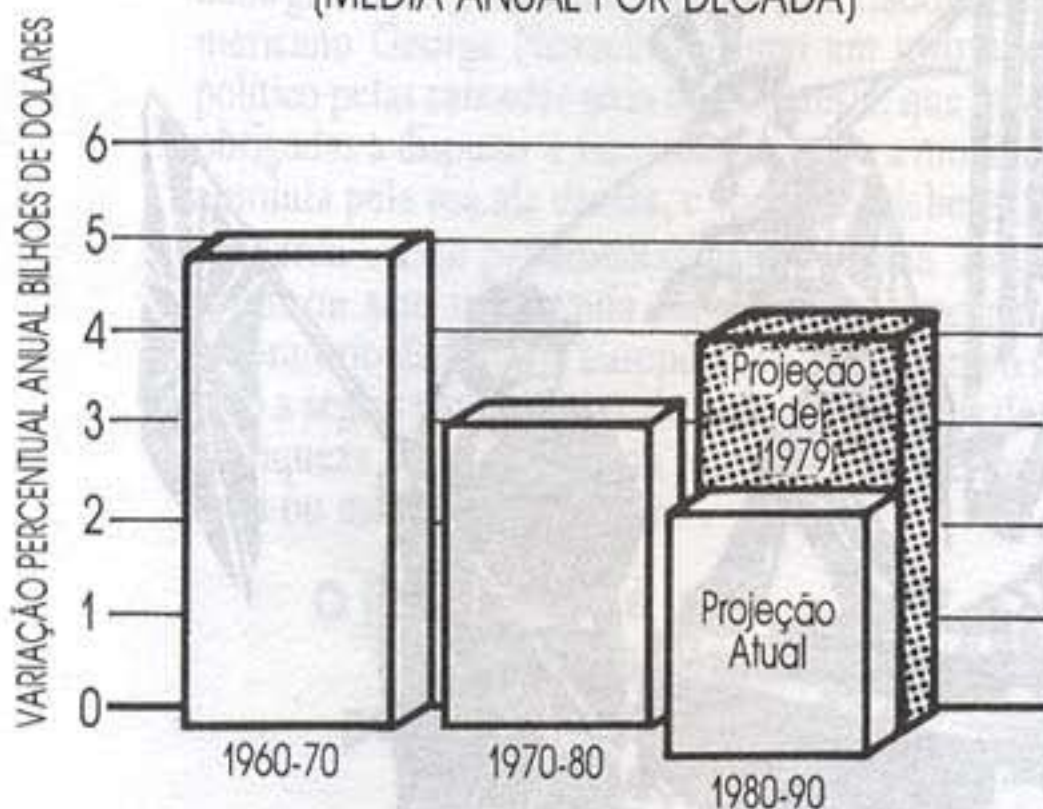
Conjugados, esses dois aspectos da evolução do imperialismo levam o sistema a tender para o estanca-

mento, a estagnação ou a decomposição. A euforia do imediato pós-guerra, alicerçada na dinâmica da reconstrução e num desenvolvimento em boa medida extensivo da economia em diversos países capitalistas, obscureceu o movimento desta tendência, mas ela se revela com nitidez nos indicadores do crescimento econômico desde então.

Informações do Banco Mundial, publicadas no relatório de 1988, dão conta de um apreciável declínio nas taxas de crescimento econômico dos países classificados pela instituição como “industrializados” ao longo das últimas décadas. Em conjunto, essas economias apresentam taxas de incremento do PIB da ordem de 5% para a década de 60/70; 3,1% para 70/80 e 2,5%, projeção então feita pelo BIRD para a década 80/90, depois de se refazer do otimismo implícito em estimativa anterior, de 4,2%. Presentemente, a tendência à estagnação é ainda mais forte.

Tal resultado reflete a queda na taxa de acumulação dos monopólios — frente à necessidade de investimentos proporcionalmente maiores em meios de produção, limitando as margens de valorização do capital —, bem como uma redução ainda maior dos investimentos produtivos, devido ao financiamento do parasitismo. Isto vem acompanhado, igualmente, pelo crescimento relativo e absoluto do desemprego e da ociosidade nas empresas, agravando a contradição entre as modernas forças produtivas e as relações de

CRESCIMENTO DO PIB NOS PAÍSES
"DESENVOLVIDOS"
(MÉDIA ANUAL POR DÉCADA)



FONTE BIRD, RELATÓRIO, 1988

produção capitalistas.

É importante a evolução do capitalismo monopolista do Estado, certamente vinculada às necessidades de intermediação no financiamento do modo de vida parasitário e crescentes gastos improdutivos (inclusive bélicos) e no amortecimento de prejuízos para os monopólios durante as crises cíclicas. O papel do Estado na economia, embora não ocorra prioritariamente na forma de investimentos diretos em atividades produtivas, tem se agigantado na época dos monopólios, em resposta à demanda de maior planejamento, numa ironia amarga ao discurso neoliberal. A participação da despesa governamental no PNB ou no PIB de alguns países imperialistas evoluiu da seguinte forma, segundo dados do BIRD:

Ano	França	Alemanha	Japão	Suécia	Reino Unido	EUA
1880	15	10	11	6	10	8
1929	19	31	19	8	24	10
1960	35	32	18	31	32	28
1985	52	47	33	65	48	37

No entanto, é preciso assinalar que a tendência à estagnação do sistema imperialista, embora presente, abarque a economia mundial tomada como um conjunto e se faça notar na quase totalidade dos países capitalistas, manifesta-se de forma desigual tanto no tempo como no grau em que incide sobre as diferentes nações. E esta desigualdade expressa-se na decomposição das potências hegemônicas ("os países mais ricos em capital", nas palavras de Lênin). Se outrora tal movimento se traduziu na decadência do imperialismo inglês, hoje é sobretudo nos Estados Unidos que ele faz valer sua força.



O mundo produz e os EUA consomem, com déficits comerciais enormes

Desde o pós-guerra, quando respondia por 35,1% do PIB mundial (conforme estatísticas publicadas no livro "O crescimento econômico do pós-guerra", de Simon Kuznets) e conseguiu impor ao conjunto do mundo capitalista toda uma ordem econômica mundial baseada na sua imagem e nos seus interesses, os EUA vêm acumulando gigantescos desequilíbrios econômicos e ostentando um parasitismo crescente e sem paralelo na história das sociedades.

No início com uma grande capacidade de exportação de capitais, pouco a pouco desenvolveu uma crônica dependência dos lucros auferidos no exterior, passando a consumir bem além dos limites da sua produção interna, cuja capacidade declinava em função da queda nas taxas de poupança e investimentos.

Desde a década de 70 tal orientação no sentido de um parasitismo cada vez mais agudo se expressava em déficits constantes e crescentes na balança comercial, que atingiram, na década de 80 cifras astronômicas, superiores a 100 bilhões de dólares anuais, a ponto de transformar o país numa espécie de "supermercado mundial", como disse o empresário Lee Iacocca. O mundo produz, os Estados Unidos consomem.

Paralelamente, desenvolveram-se vários outros traços característicos do parasitismo, destacadamente o aumento generalizado dos gastos e das atividades improdutivas, a gradativa perda da competitividade industrial e relativa queda da produtividade (comparativamente aos concorrentes), tudo isto resultando num processo de franca decomposição econômica e social.

A lógica do parasitismo levou a que a perda da competitividade industrial se transformasse gradualmente em erosão do poder financeiro, com o déficit da balança comercial ou de bens visíveis, influenciando também na balança de serviços, dos chamados bens invisíveis (lucros, juros, empréstimos, etc), e conduzindo a um saldo negativo no que é computado como contas correntes dentro do balanço de pagamentos.

Este processo ampliou as dimensões do parasitismo norte-americano, ao mesmo tempo em que tornou inexorável o declínio e a perda da hegemonia econômica dos EUA no mundo, coisa que no fundamental se consumou na década de 80, que assinala a transformação daquele país de maior credor em maior devedor mundial.

O fenômeno é indicado pelo saldo global poupança/investimento no país (poupança bruta menos investimento bruto), que passa a ser negativo na década de 80, revelando um hiato crescente entre a capacidade de acumulação de capitais e as necessidades de

investimentos para manter a reprodução e a expansão, ainda que a uma taxa irrisória, do PIB. Em 1985, o saldo negativo foi equivalente a 2,9% do PNB, pulando para 3,3% em 1986 e 3,6% em 1987, conforme informações divulgadas pelo Banco Mundial (por definição, tais déficits equivalem aos débitos da conta corrente).

Até 1987, o hiato era causado sobretudo pelo déficit público, enquanto a poupança privada bruta excedia os investimentos, sendo o saldo canalizado para cobrir o rombo das despesas governamentais — muito embora a taxa de poupança dos monopólios norte-americanos já fosse, além de decrescente, significativamente baixa, principalmente se comparada às do Japão e Alemanha. Em 1987, porém, o problema é agravado por um déficit nos investimentos privados, da ordem de 16% do PNB, que já não podem ser financiados pela poupança do setor, de 14,8% (contra 33,3% no Japão e 23,3% na Alemanha).

Pela dimensão da economia norte-americana, a forma de sua inserção e projeção dentro da economia mundial, o arcabouço institucional constituído em Bretton Woods no ano de 1944 e ainda hoje vigente e outros fatores correlatos, os desequilíbrios que apresenta acabam tendo graves repercussões sobre praticamente todas as nações do globo. A crise dos EUA contamina toda a economia mundial, irradiando-se para todo o globo e arrastando para o precipício diferentes nações. Isto é uma das particularidades mais notáveis da conjuntura atual.

No reino mágico o dinheiro flui de todo o mundo para Nova York



Em primeiro lugar, cabe assinalar que, durante toda a década de 80 e presentemente, o parasitismo americano levou a uma inflexão sensível no fluxo de capitais tanto nos países imperialistas quanto nos dependentes. O grosso das disponibilidades de recursos, ou dos excedentes produzidos no planeta, tem sido canalizado para a economia americana, a fim de cobrir o hiato entre poupança e investimentos nos setores públicos e, mais recentemente, privado.

Ao relatar uma polêmica entre economistas norte-americanos sobre a relação entre poupança, investimentos e crescimento econômico, o jornalista Robert Kuttner, da revista "Business Week", concluía que era preciso ampliar os conceitos de poupança incluindo os efeitos da internacionalização econômica para entender o recente ciclo de relativa prosperidade da economia americana.

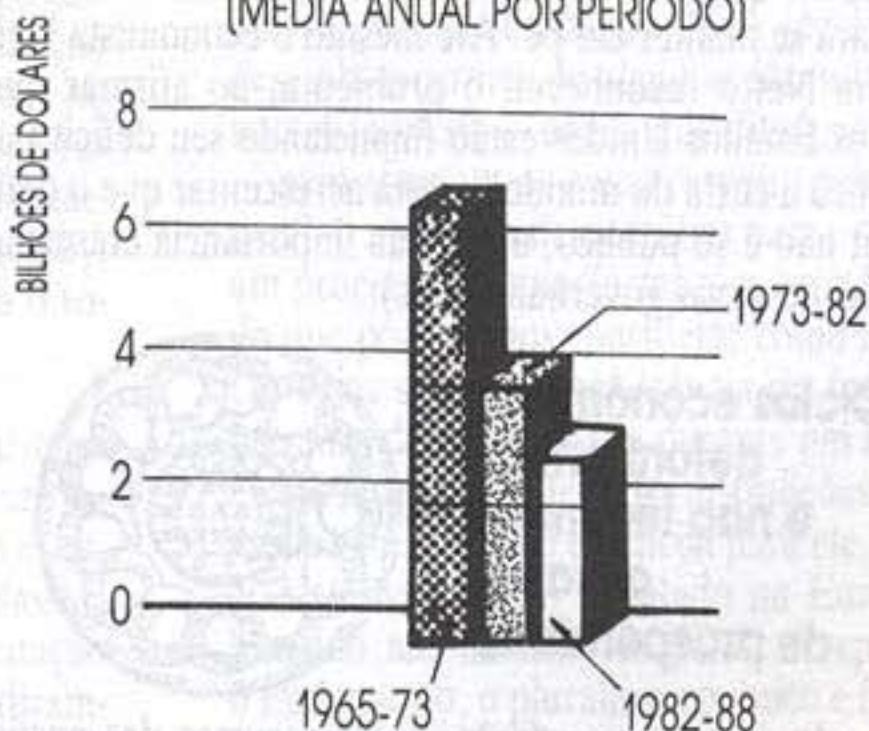
E, sem disfarçar o cinismo, disse: "Graças ao triunfo da política de "laissez-faire" adotada nos anos 80, nós conseguimos finalmente alcançar aquele nirvana dos fluxos livres de capital no globo inteiro, graças

aos quais o dinheiro pode fluir livremente de Tóquio ou de Frankfurt para Nova York e vice-versa. Dentro dos esquemas deste verdadeiro Magic Kingdom (Reino da Magia), o dinheiro chega até mesmo a fluir encosta acima, saindo dos países mais pobres do mundo em direção a Wall Street. Mas esta realidade de um único mundo financeiro, durante muito tempo almejado por homens como Peterson, significa que realmente não importa muito que os Estados Unidos poupem, desde que as poupanças mundiais sejam adequadas para financiar o crescimento mundial e desde que os Estados Unidos consigam atrair investimentos."

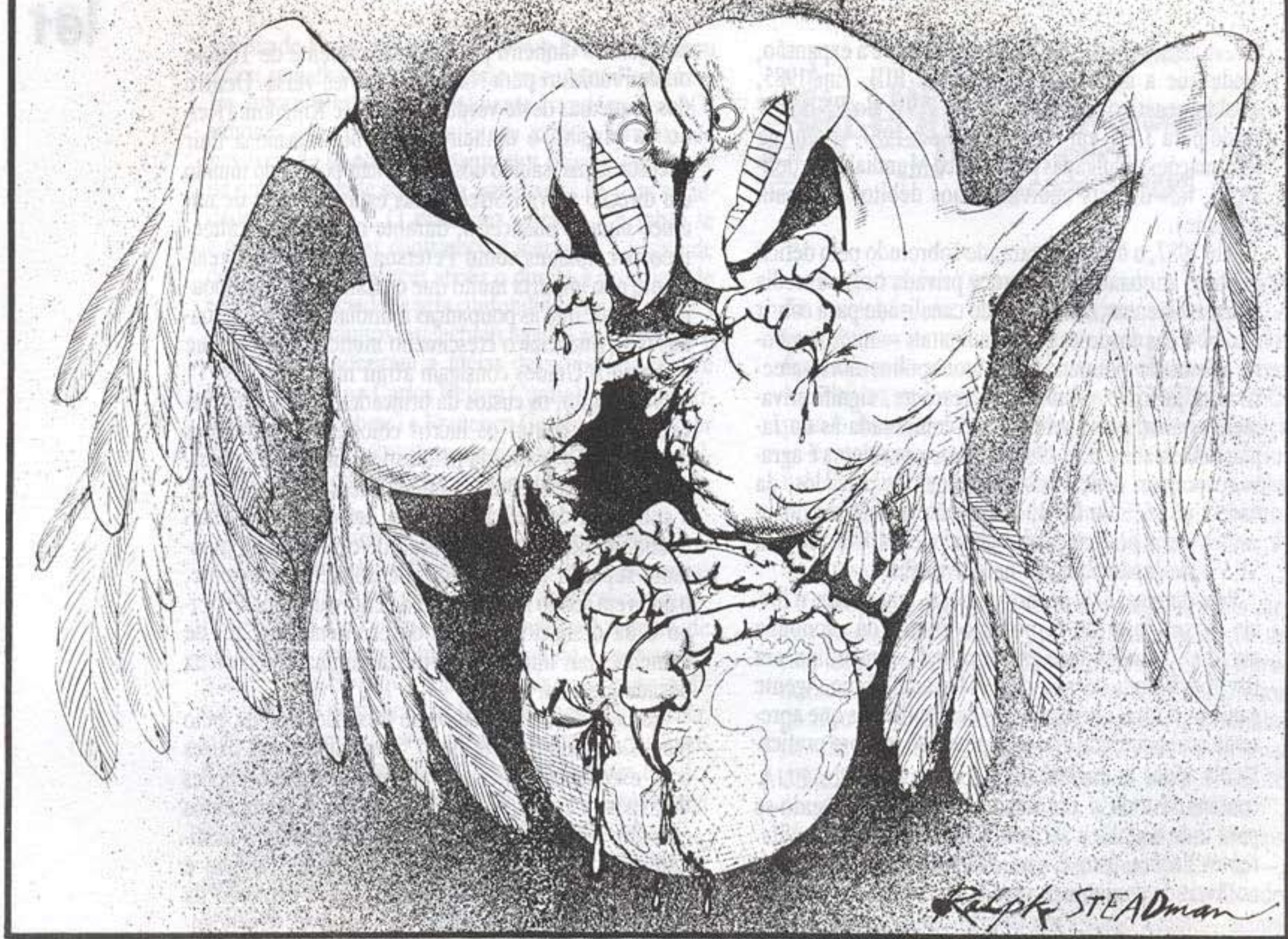
No entanto, os custos da brincadeira são muito elevados. Sem contar os lucros colossais provenientes da espoliação praticada pelo capital financeiro americano sobre as nações economicamente dependentes, a cobertura do déficit na conta corrente norte-americana implica uma importação de capitais num montante superior a 100 bilhões de dólares anualmente, o que vem sendo feito através do endividamento externo e da desnacionalização da economia ianque, de maneira mais intensa a partir da segunda metade da década passada.

Ao lado desta orientação do fluxo de capitais, pelo menos do grosso deste fluxo, proveniente dos países com excedentes externos, e portanto em condições de exportar capitais (a maior parte dos investimentos externos feitos pelo Japão e pela Alemanha destinam-se aos EUA), o colossal parasitismo ianque é direta e indiretamente responsável pela explosão da crise do endividamento externo nos países dependentes, bem como pela falta de perspectiva de solução para tal problema.

EVOLUÇÃO DO PIB NA AMÉRICA LATINA E CARIBE
(MÉDIA ANUAL POR PERÍODO)



FONTE BIRD, RELATÓRIO, 1989



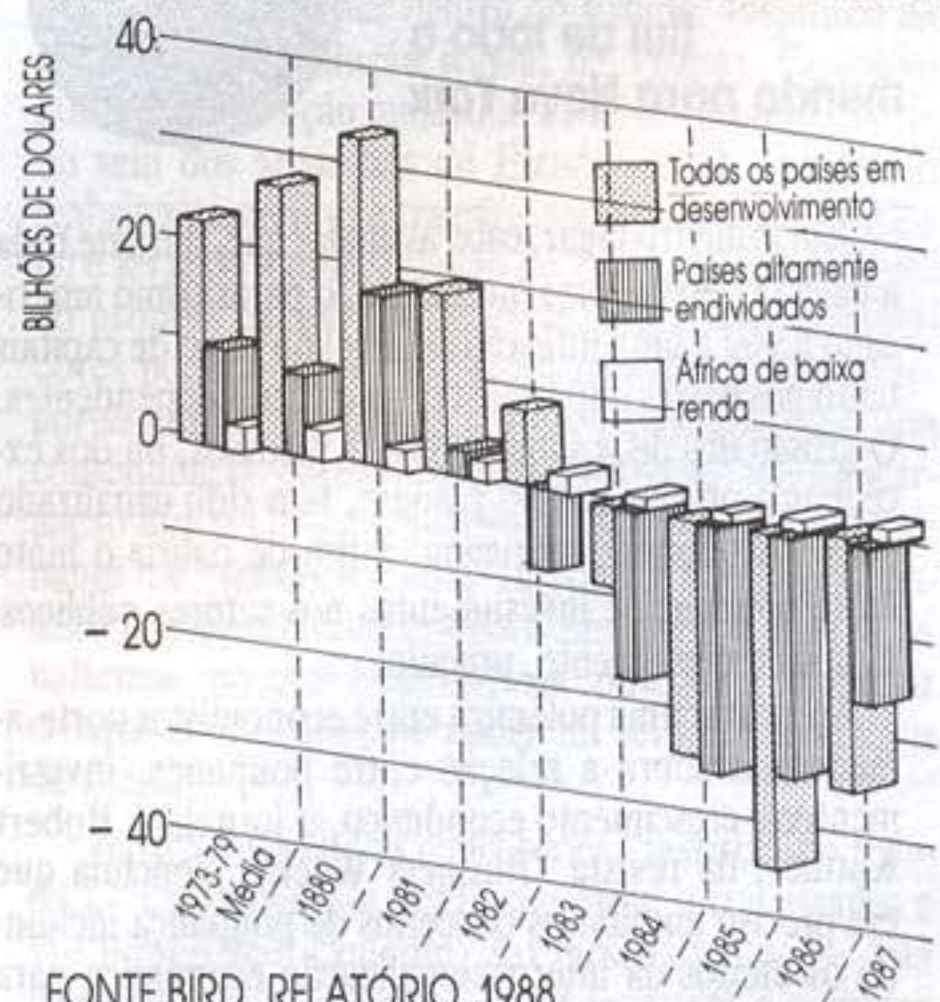
As exigências arrogantes dos credores, a evolução das taxas de juros dos empréstimos contraídos pelo chamado Terceiro Mundo, assim como o aumento das remessas de lucros pelas filiais de multinacionais na década de 80 e os desinvestimentos (com repatriamento de capitais) nos países dependentes, não são senão subprodutos dos desequilíbrios da economia dos EUA, que precisa sugar recursos de todo o mundo para se manter em pé. Até mesmo o economista Delfim Netto reconheceu o problema, ao afirmar que “os Estados Unidos estão financiando seu déficit público à custa do mundo” (resta acrescentar que o déficit não é só público, apesar da importância crescente das despesas governamentais).

Ciclos econômicos deformam-se e não têm mais as fases de prosperidade



As pesadas transferências de recursos das nações economicamente dependentes para os centros imperialistas, sobretudo para os Estados Unidos (a inversão do sentido dos fluxos evidenciada no gráfico, com base em informações do Banco Mundial), desde o início da década de 80, teve, e ainda está tendo, efeitos

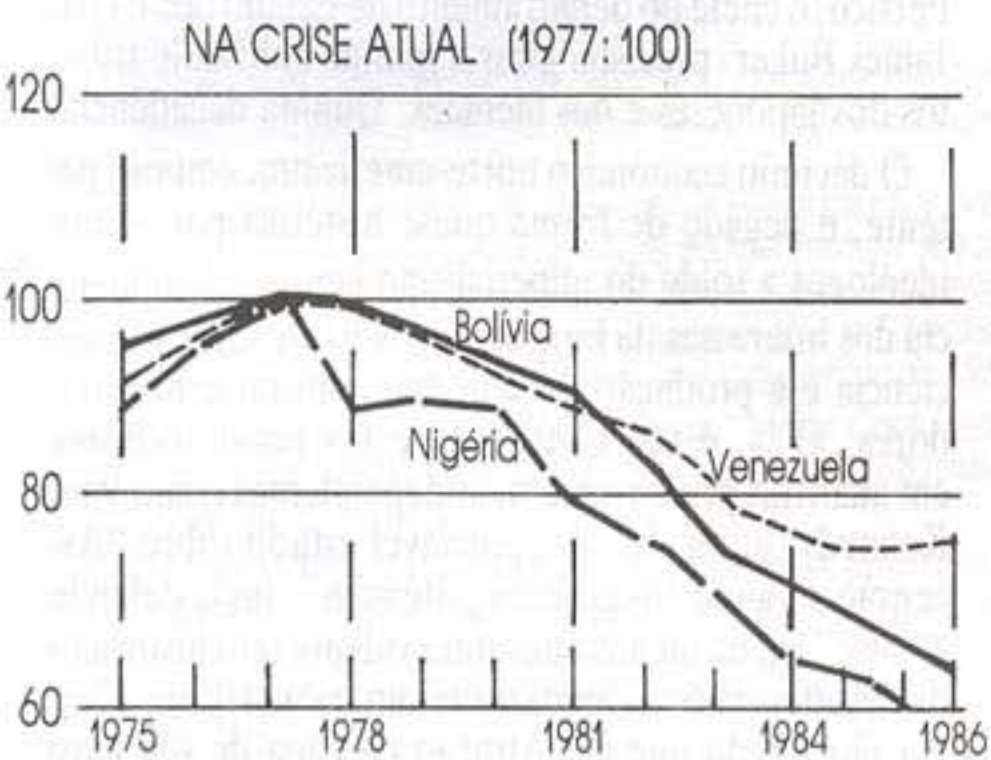
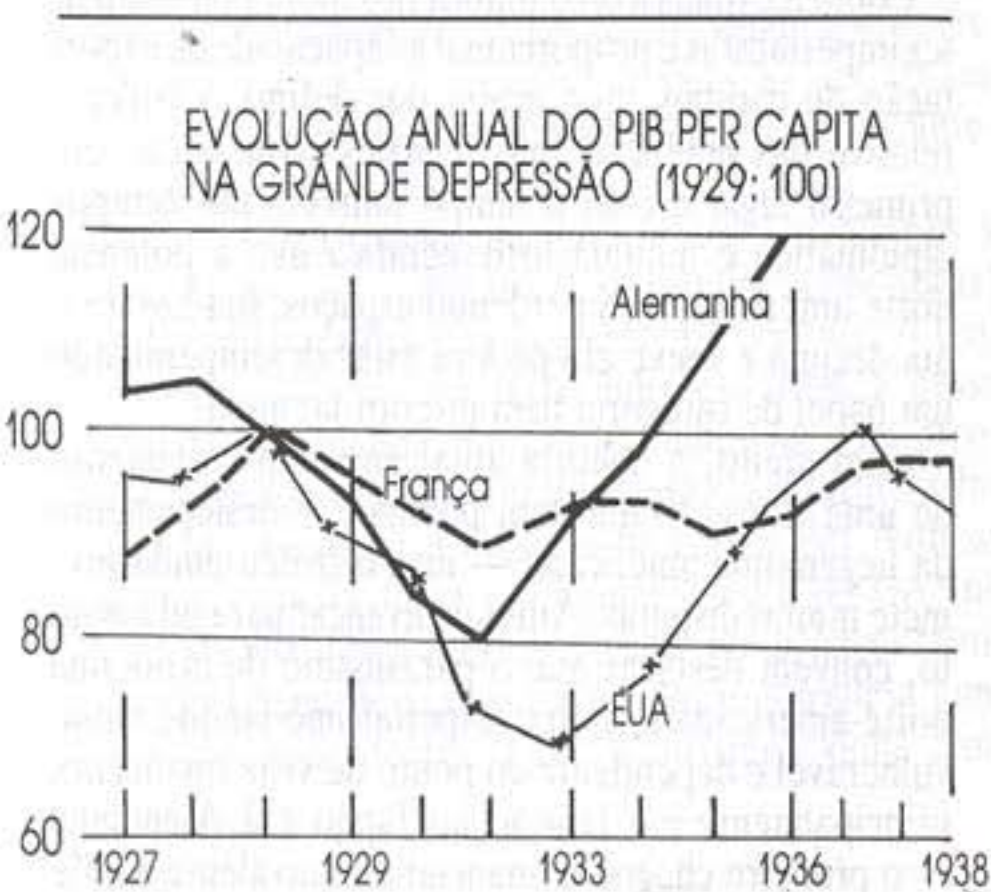
TRANSFERÊNCIA LÍQUIDA DE RECURSOS AO EXTERIOR



FONTE BIRD, RELATÓRIO, 1988

arrasadores. Os ciclos de reprodução econômica nessas regiões e países movem-se de forma completamente deformada, e *sui generis*, praticamente já não compreendem fases de prosperidade, apresentando uma estagnação crônica.

A transferência de uma parte expressiva do produto desses países para alimentar o parasitismo americano tem por contrapartida uma subtração proporcional nos investimentos e consumo internos. A queda nas taxas de crescimento do PIB, e principalmente da renda *per capita*, por outro lado, tem conduzido a um empobrecimento brutal das nações e dos povos do chamado Terceiro Mundo, para quem a década de 80 foi considerada a “década perdida” ou “da estagnação” e a de 90 não apresenta perspectivas de melhorias. Em muitos aspectos, e para vários países, a crise atual tem efeitos mais dramáticos que os da Grande Depressão de 1929 sobre os países imperialistas, como indica o gráfico.



FONTE BIRD, RELATÓRIO, 1988

No entanto, o parasitismo norte-americano tem outras graves implicações e determinações. Em 1987, por ocasião do colapso da bolsa em Nova York, 33 ilustres da economia burguesa reuniram-se para anali-

sar os “desequilíbrios insustentáveis” do imperialismo ianque, e por tabela de toda a economia mundial, e as possíveis saídas para evitar a catástrofe que ameaçava e ameaça todo o sistema.

Entre outras coisas, concluíram que os Estados Unidos deveriam reduzir “drasticamente” todo o consumo e as despesas domésticas para iniciar um dramático ajuste e “trazer a conta corrente à ordem postulada de menos 50 bilhões de dólares a zero”, começando por uma substancial melhora da balança comercial “entre 150 bilhões a 200 bilhões de dólares”, de forma a não só eliminar o déficit como viabilizar um superávit, dado que a dívida externa do país deveria atingir (como atingiu) algo em torno de 700 bilhões de dólares em 1990.

Embora o governo norte-americano tenha envidado esforços nesta direção, com uma política de desvalorização cambial aliada ao estabelecimento de barreiras protecionistas e de subsídios e estímulos às exportações, o resultado até agora tem sido medíocre — de forma que ainda no ano passado o déficit comercial superou a casa dos 100 bilhões de dólares.

Porém, tal ajuste interno, ao implicar numa redução substancial do consumo de forma a levar a sociedade a não gastar mais do que os próprios meios que produz, não é viável sem um expressivo empobrecimento nacional, distribuído evidentemente de forma bastante desigual entre as classes e os grupos sociais.

Em outras palavras, exige o alargamento da pobreza e da miséria no país. O número de pobres nos EUA tem subido de forma assustadora nos últimos anos, ultrapassando a casa dos 30 milhões, conforme as estatísticas do governo, pelo menos 20 milhões passam fome e outros 8 milhões não têm onde morar. A concentração de rendas elevou-se enormemente, principalmente durante os dois mandatos de Reagan. A fase de prosperidade do último ciclo econômico, financiada com dinheiro japonês e com a espoliação dos países dependentes, que (como tudo indica) está se encerrando neste ano, foi acompanhada pela ampliação das diferenças e contradições de classes em toda sociedade americana.

A correção dos desequilíbrios e desproporções da economia ianque cobra um preço muito alto e, entre outras coisas, certamente implica, e de certo modo já está implicando, na ruína do badalado modo de vida americano. Além de faltar intenções, e condições, ao governo e aos monopólios de efetivar um “ajuste interno”, a velocidade com que progrediu a crise da estrutura econômica dos EUA torna todas as propostas de soluções fantasiosas e tímidas.

Assim, por exemplo, não bastam aos Estados Unidos zerar a balança comercial, uma vez que só os compromissos da dívida externa importam em cerca de 100 bilhões de dólares anuais — sendo que a dívida continua a crescer com a lógica de uma bola de neve. A redução das importações, e o crescimento das ex-

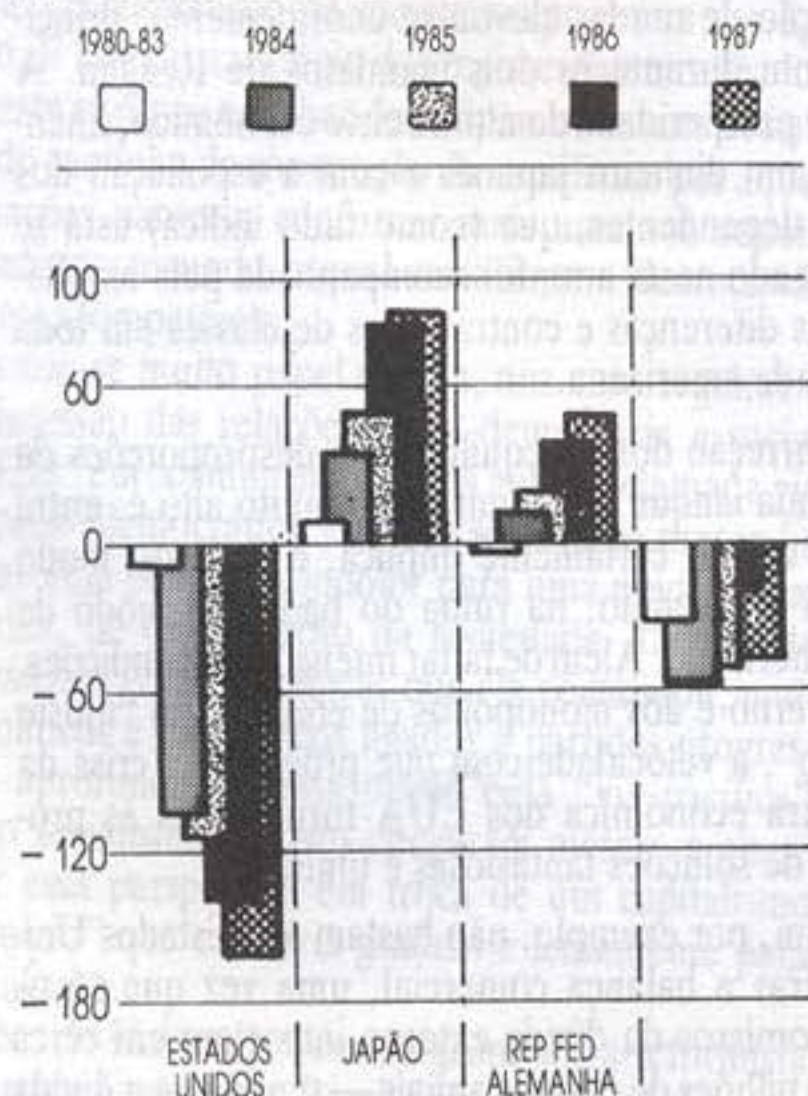
portações, dentro de pouco tempo terão um significado ainda menor, sem considerar os sacrifícios sociais que já estão impondo, sobretudo aos mais pobres.

Troféu da hegemonia capitalista é disputado por meios nem sempre pacíficos



Muito mais graves são os efeitos externos da crise, que se projeta não apenas sobre a economia e as finanças mundiais, mas também torna inevitáveis profundas alterações no quadro geopolítico, diplomático e militar do globo. As taxas de crescimento econômico desigual entre as nações capitalistas, que caracteriza o imperialismo e atua normalmente em prejuízo das potências hegemônicas, já faziam sentir seus efeitos desde os primeiros anos de pós-guerra, fortalecendo rivais em potencial dos EUA e erodindo as bases da ordem internacional criada em Bretton Woods. Conforme dados do FMI, enquanto a indústria japonesa cresceu 40 vezes entre 1948 e 1987 e a da Alemanha 10 vezes, a norte-americana aumentou apenas quatro vezes no período e, muito embora tivesse uma dimensão bem mais gigante em comparação com os outros países imperialistas, a desigualdade das taxas de crescimento não tardaria a se manifestar na perda de competitividade e na decomposição.

SALDO DA CONTA CORRENTE
(EUA, JAPÃO, ALEMANHA E
NO CONJUNTO DOS PAÍSES "DESENVOLVIDOS")



FONTE BIRD, RELATÓRIO, 1988

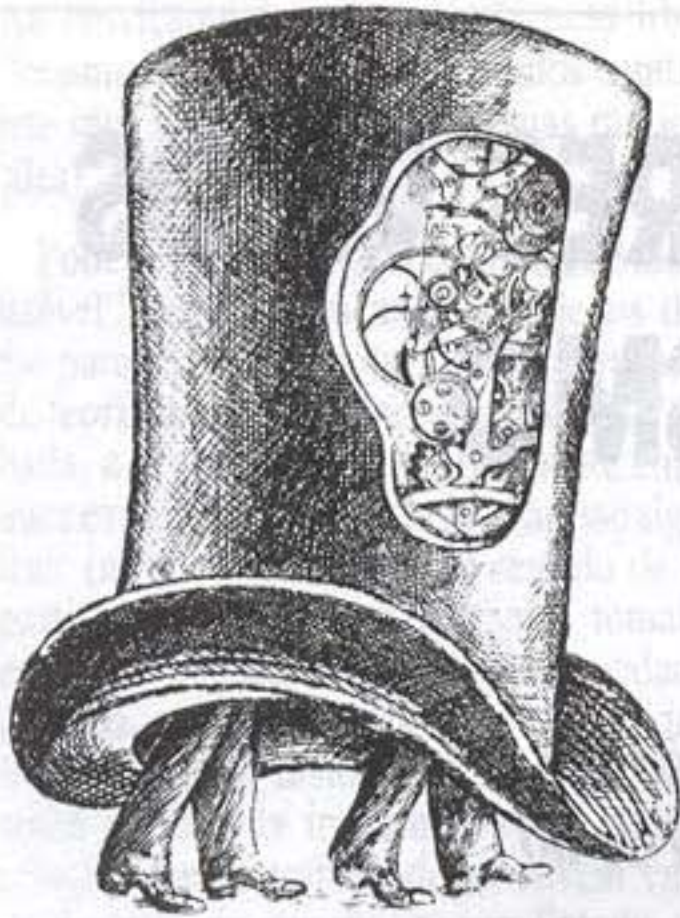
O processo de decadência e perda de hegemonia no campo econômico, que se arrasta há décadas, completou-se na década de 80 com a perda do poder financeiro, objetivamente, já transferido para o Japão e, em menor medida, para a Alemanha. Os EUA não só se transformaram no maior devedor do planeta como, com isto, passaram à condição de importadores líquidos de capitais, obviamente perdendo a capacidade de exportar capitais, como é indicado na posição relativa das contas correntes nos países imperialistas (o déficit do conjunto de países "industrializados" deve-se ao fato de que ao parasitismo americano somam-se o parasitismo da economia inglesa e de outros países imperialistas).

Como a expansão econômica dos monopólios e países imperialistas é proporcional à capacidade de exportação de capitais, que acaba por definir o poderio relativo das potências (nas relações econômicas, em primeiro lugar e com o tempo também nos campos diplomático e militar), isto significa que a potência norte-americana está perdendo espaços, sua hegemonia declina e breve ela poderá estar desempenhando um papel de categoria bem inferior ao atual.

Com efeito, a história atual ensaia o movimento de uma transição que tem por base o deslocamento da hegemonia americana — mas o troféu ainda promete muitas disputas. Antes de avançar para tal assunto, convém destacar que o parasitismo da economia norte-americana tornou o imperialismo ianque muito vulnerável e dependente do ponto de vista financeiro, principalmente em relação ao Japão e à Alemanha — o primeiro chegou a financiar o equivalente a 30% do déficit público criado por Bush em 1987. Mesmo agora, para pagar as operações de guerra no Golfo Pérsico, o chefe do departamento de Estado dos EUA, James Baker, precisou girar o mundo cobrando tributos dos japoneses e dos alemães. Quanta decadência!

O declínio econômico norte-americano, embora patente, é negado de forma quase histórica por alguns ideólogos a soldo do imperialismo ianque. A influência dos interesses da burguesia dos EUA sobre a consciência e a produção de seus economistas e historiadores, aliás, é tão forte que se faz notar inclusive em analistas pretensamente independentes como Paul Kennedy, autor de um apreciável estudo sobre "Ascensão e queda das grandes potências", onde defende a "tese" (já há alguns anos um evidente fato histórico) da decadência econômica norte-americana de uma forma tão tímida que a ilustração da capa de seu livro é mais reveladora que os argumentos utilizados no texto.

No entanto, a transição em curso e a demanda objetiva de uma nova ordem econômica internacional, um reordenamento das posições relativas das potências de forma a que ao poderio econômico relativo corresponda a estrutura política, diplomática e militar, não é coisa simples e tende inclusive a produzir resultados bem opostos aos interesses imperialistas.



A flagrante contradição entre a relativa fragilidade econômica dos EUA com o arcabouço institucional herdado do pós-guerra e ainda vigente não promete uma solução pacífica, enquanto sua manutenção implica no alargamento dos desequilíbrios atuais, “insustentáveis” conforme os ilustres economistas burgueses.

Alguns historiadores da atualidade apontam o desenvolvimento desigual das nações como a causa básica, direta ou indireta, das guerras. Também Stálin, ao argumentar sobre a inevitabilidade da guerra no imperialismo, apontava, de maneira profética, o provável soerguimento das economias da Alemanha e Japão e o acirramento da concorrência e das contradições entre as potências imperialistas.

Conduta arrogante de Bush no Golfo Pérsico reflete gravidade da crise



As tendências mais profundas do desenvolvimento do imperialismo podem estar sendo obscurecidas pela aparência enganosa de paz e inquebrantável unidade entre as potências, que teria resultado no fim da guerra fria, a desagregação da União Soviética e as mudanças diplomáticas patrocinadas pela *perestroika*.

No entanto, o fato é que o declínio do império norte-americano tem sido acompanhado do expressivo acirramento da competição entre os países imperialistas, assim como do aumento do saque neocolonial contra as nações dependentes. A economia internacional sofre os efeitos de uma virtual guerra comercial e financeira, cresce a incidência de medidas protecionistas e de retaliação comercial e financeira. Verifica-se, sobretudo, uma elevação do grau de arrogância dos imperialistas norte-americanos, que querem manter a qualquer preço a hegemonia sobre o planeta.

É esta arrogância, que tem por pano de fundo os enormes desequilíbrios da economia dos EUA e a perda da hegemonia financeira, que explica a conduta do militarismo ianque no Golfo Pérsico. O governo Bush diz que age em nome da comunidade das potências e, de fato, manobrando com uma situação muito singular (dada pela aliança de Gorbachev à diplomacia do dólar, a prevalência de um quadro de alinhamento diplomático e político cujos contornos ainda são os característicos da era de bipolarização entre EUA e URSS, a relativa impotência militar de Alemanha e Japão), soube usar a hegemonia militar para dobrar outros países imperialistas e levar adiante uma política que atende sobretudo aos seus interesses.

Não se deve desprezar os fatores que atuam objetivamente no sentido de favorecer a unidade entre as potências, muito menos quando se trata de defender o sagrado direito à espoliação das riquezas dos países dependentes contra a pretensão autonomista de alguns governos e dos povos. Seria errado, contudo, absolutizá-los, observando a história de uma forma unilateral, conforme orientam os interesses burgueses.

Ao lado das tendências à unidade entre as potências, movimentam-se também fortes fatores que conduzem à concorrência e à luta. A unidade que hoje predomina pode e tende a ser substituída pela luta amanhã. O fato é que a agressividade imperialista contra os povos torna-se mais aguda, desenvolvendo a tendência do sistema à reação no campo político — sequer o ressurgimento do racismo e, em certa escala, do nazi-fascismo em alguns países, pode ser dissociado da grave crise do sistema imperialista.

A história mais uma vez está a demonstrar que o choque das contradições características do sistema capitalista em sua etapa imperialista (destacadamente o desenvolvimento desigual entre as nações e a decadência das potências hegemônicas) conduz objetiva e inapelavelmente à guerra, que atualmente significa destruição massiva e poderá se traduzir numa catástrofe de proporções incomensuráveis.

Por isto, a observação feita por Marx e Engels de que a humanidade se defrontaria cada vez mais adiante de duas únicas alternativas — ou o socialismo ou a barbárie — é hoje uma verdade ainda mais dramática. A perspectiva socialista sofreu sensivelmente o golpe aplicado pelos revisionistas contra as idéias revolucionárias na década de 50 e atualmente ressent-se da ofensiva mundial do anticomunismo. No entanto, a história demanda uma superação urgente do atual período de adversidades, reação, entorpecimento das consciências pela propaganda burguesa e predomínio da ideologia capitalista sobre amplas massas populares. A consciência progressista da humanidade não pode passar despercebido o perigo do caos implícito na sobrevida do imperialismo. ■

AS PATENTES DE SERES VIVOS E O LIBERALISMO

CARLOS JORGE ROSSETTO

O Brasil sofre enorme pressão das multinacionais para submeter-se ao direito de propriedade intelectual sobre meios de aperfeiçoamento de sementes, raças de animais e vegetais. Isto diz respeito à soberania nacional

O Brasil tem uma tradição forte de liberalismo na exploração econômica dos seres vivos, animais e vegetais. A agricultura brasileira gozou até hoje de total liberdade para utilização dos animais e vegetais de seu interesse econômico. Nunca existiu qualquer barreira de tipo patente, direito autoral, propriedade intelectual, direito do melhorista, que dificultasse criadores, silvicultores, pecuaristas e agricultores brasileiros a utilizarem raças ou linhagens melhoradas de qualquer animal ou variedade de qualquer espécie vegetal.

O Brasil é um país pobre em espécies nativas de vegetais e animais utilizados comercialmente. Poucas são as espécies criadas comercialmente de origem brasileira, podendo ser mencionadas a mandioca, castanha, amendoim, milho e algodão. Graças à total liberdade na utilização dos seres vivos, a agricultura brasileira foi sendo enriquecida desde os tempos coloniais até hoje, com a introdução de raças animais e variedades vegetais de outros países. Foram introduzidos o café, cana-de-açúcar, trigo, arroz, feijão, soja, sorgo, mamona, tomate, alface, cebola, laranja, manga, mamão, abacate, uva, pêssego, maçã, pêra, caqui, pinus, capim coloniã, braquiarias, e quase todos os animais, como galinha, peru, vaca, porco, ovelha, cabra, jumento, búfalo, cavalo, abelha, bicho-da-seda e tantas outras espécies. Mesmo o milho, que é nativo do Brasil, foi melhorado com variedades mais produtivas, vindas do México e Colômbia, e o algodão come-

çou a ser cultivado com variedades americanas.

Formaram-se no Brasil inúmeras associações de criadores desses animais e cooperativas produtoras desses vegetais com liberdade para produzir e comercializar reprodutores e sementes. Pode-se mencionar as associações de criadores de gado, de cavalos, búfalos, cabras, coelhos, cães, ovelhas e cooperativas de plantadores de cana, café, soja e tantas outras. Inicialmente, os brasileiros utilizaram somente as raças e variedades introduzidas, mas, em inúmeros casos, cruzamentos de animais e plantas foram feitos no Brasil com posterior seleção de exemplares melhor adaptados às condições brasileiras, surgindo muitas raças e linhagens melhoradas de animais e variedades vegetais que substituíram com vantagem as estrangeiras, constituindo uma tecnologia nacional digna da maior admiração e motivo de orgulho para o Brasil. Pode-se lembrar a raça mangalarga de cavalos, o gado girolanda, canchin, o cão fila, as inúmeras variedades de café, algodão, arroz, soja, trigo e frutas em geral. Em muitos casos, os animais e variedades estrangeiras continuam sendo criados e cultivados até hoje, com maior liberdade, bastando citar o cavalo árabe, o gado zebu, as vacas holandesas e gersey e variedades de plantas como a uva cabernet, ainda uma das mais cultivadas para fabricação de vinho tinto de boa qualidade, e variedades de soja como Davis e Bragg.

Graças à plena liberdade de uso da tecnologia es-



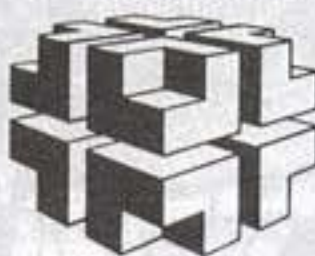
O Brasil não se isolou pelo fato de não acatar as patentes de seres vivos



trangeira, criou-se na agricultura uma tecnologia brasileira, desenvolvida por brasileiros. Nunca pagamos *royalties* para comer o churrasco, beber o café ou tomar o leite. Sempre fomos livres para explorar os animais e plantas.

Essa liberdade foi nociva ao Brasil? Não, ao contrário, foi muito benéfica. Houve atraso tecnológico no setor devido à falta de patentes? Não. As raças de animais de alta qualidade e as variedades de plantas com alto potencial de produção utilizadas no Brasil demonstram que não há necessidade de patentes para haver desenvolvimento tecnológico. O Brasil se isolou do mundo por não reconhecer patentes de seres vivos? Não, ao contrário, a agricultura brasileira mantém bom intercâmbio com todos os países. É motivo de vergonha para os brasileiros terem usado essa tecnologia estrangeira sem pagamento de *royalties*? Não. Nossas associações de criadores do cavalo árabe, do gado nelore e gir da Índia, da vaca holandesa, ou os cultivadores da uva cabernet não tem nenhum motivo para vergonha. Ao contrário, é motivo de orgulho ter absorvido e até melhorado a tecnologia estrangeira. Houve efetiva transferência da tecnologia de outros países para o Brasil no setor de sementes, mudas e reprodutores, com grande benefício para o povo brasileiro, sem formação de oligopólios que exigem a intervenção do governo. O modelo de liberdade plena com a ausência de patentes demonstrou, em quatrocentos anos, no Brasil, que funcionou muito bem. Em time que está ganhando não se mexe, diz o adágio popular.

Bush faz pressão em busca de royalties para as multinacionais



Aproveitando-se, todavia, do projeto de lei agrícola já aprovado pelo Senado e que tramita pela Câmara, o deputado Rosa Prata introduziu uma emenda de nº 21 que estabelece as patentes para animais e plantas e retira dos brasileiros a liberdade de uso dos seres vivos. Se aprovada essa emenda, as associações de criadores, no futuro, não gozarão de tanta liberdade. O brasileiro, no futuro, terá que pagar *royalties* desde o amanhecer até se recolher para dormir. Ao tomar seu café matinal, pagará *royalties* pelo café, pelo açúcar que o adoça, pelo pão do trigo, pelo leite de vaca e pela manteiga, sua derivada. No almoço, a dona-de-casa não poderá mais fritar seu bife sem pagar *royal-*

ties, que serão pagos também pelo feijão, arroz, verduras e pelo suco de frutas. No aperitivo da tarde, *royalties* pela cachaça que vem da cana-de-açúcar, pela vodka que vem dos cereais, pelo limão da caipirinha, pelo vinho da uva, pela porção de fritas da batata e pelo queijo picado que é feito do leite da vaca. No jantar, novos *royalties*. Ao ir dormir, *royalties* pela madeira da cama, pelo algodão dos lençóis e pela lã dos cobertores. Para onde irá essa fortuna de *royalties* extraída de milhões de brasileiros?

Irá para os poucos grupos econômicos, em especial para as multinacionais, que inspiraram a emenda Rosa Prata, tornando os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Irá boa parte para o povo americano, justificando a enorme pressão que o senhor Bush está fazendo a favor das patentes, tornando os americanos mais ricos e os brasileiros mais pobres.

A emenda Rosa Prata é um triste fato histórico. Ela servirá de teste para avaliar se os partidos liberais do Brasil são de fato favoráveis à liberdade ou representam apenas os interesses dos grandes grupos econômicos.

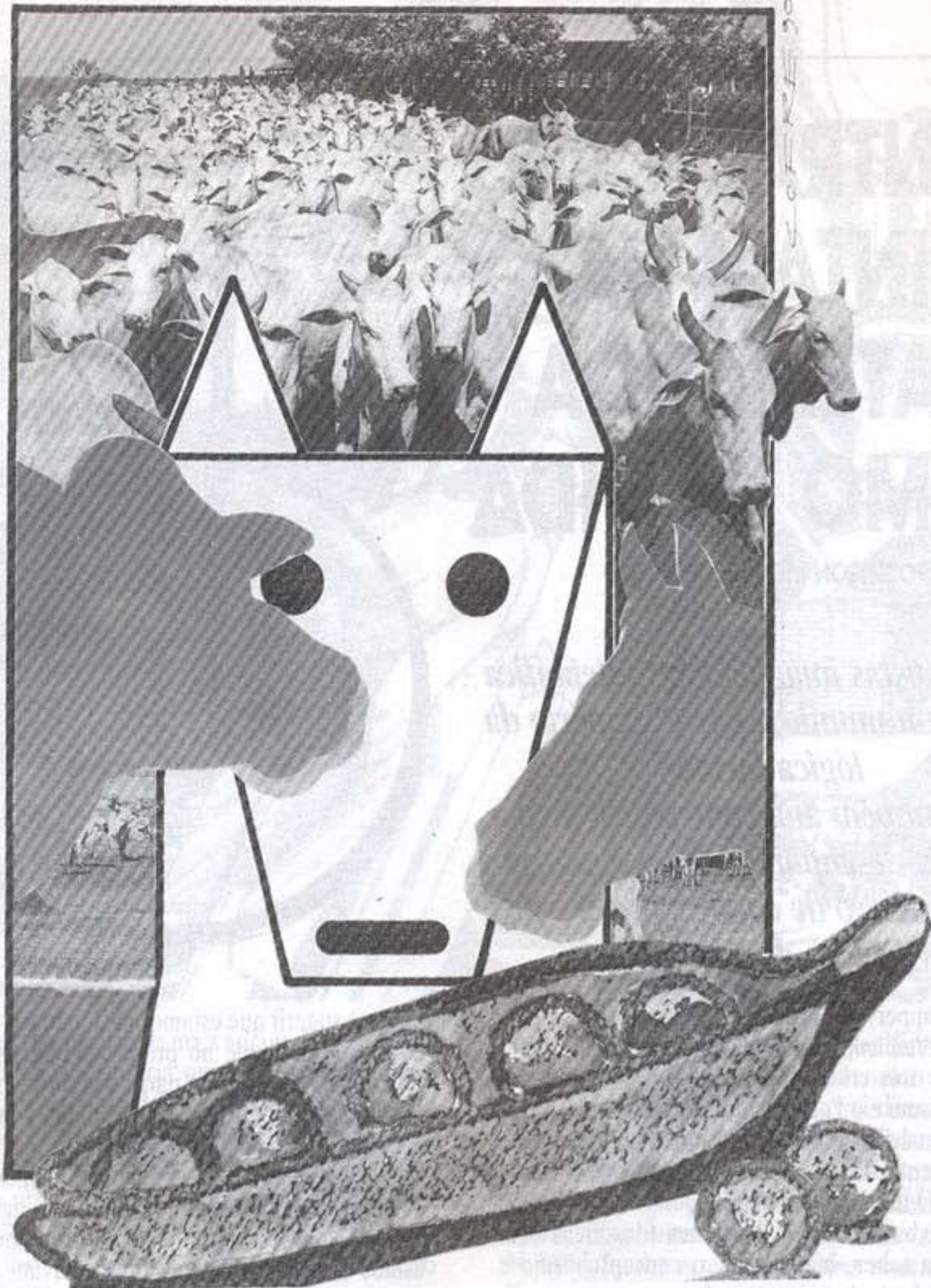
*Publicado na revista **Balde Branco** julho/1990

CARLOS JORGE ROSSETTO doutor em agronomia, pesquisador do Instituto Agronômico de Campinas e membro do Conselho da Associação de Agricultura Orgânica.

O MUNDO SEM PATENTES SERÁ MAIS JUSTO

O direito de patente é justo? É justo que nações recém-emergidas respeitem patentes de nações ricas que as escravizaram? É justo que uma companhia brasileira seja proibida de fabricar um computador porque há uma patente sobre ele? Que países serão beneficiados com a patente dos genes? O direito embasado numa injustiça torna o mundo mais injusto.

Se o homem fizesse a seguinte proposta ao macaco: "Tudo o que você descobrir eu respeitarei como sua propriedade intelectual. Você terá direito exclusivo de produção e eu terei de pagar *royalties* pelo uso do invento. Mas de tudo que eu inventar também cobrarei *royalties*" — esse acordo seria justo? Quem seria o beneficiado? O homem ou o macaco? Da mesma forma, quando países cujas universidades têm mais de duzentos anos fazem acordo de patentes com o Brasil, cuja universidade mais velha tem pouco mais de cinquenta anos, o grande prejudicado é o povo brasileiro. Para o acordo ser justo, as partes deveriam ter igual competitividade. Há outro acordo que pode



ser feito, benéfico aos povos mais fracos. "Tudo que eu inventar, você pode usar; tudo que você inventar, eu usarei."

Enquanto perdurarem os acordos de patentes, os povos ricos ficarão mais ricos e os demais, mais pobres; os grupos econômicos dominantes ficarão mais fortes, e os mais fracos serão eliminados. Continuará a concentração de riqueza e poder, com ou sem reforma agrária.

O domínio territorial deixou de ser necessário. O feudo hoje é tecnológico. O mundo se dividiu entre nações que têm tecnologia e nações inquilinas dessa tecnologia. O fosso tecnológico está crescendo, e a pressão dos mais ricos para defender e ampliar o sistema de patentes, que lhes é benéfico, é cada vez mais impiedosa. Com a Lei Agrícola, a direita se organiza para implantar as patentes sobre genes das sementes.

Ver um computador e conseguir fabricar outro semelhante não é pirataria tecnológica. Pirataria seria invadir uma fábrica e roubar seus segredos. O garoto

que vê uma pipa e consegue fazer outra pode e deve empiná-la com orgulho. Aprender deve ser direito que precede o de inventar. Privilegiar o inventor, inibindo o aprendizado, é condenar os povos pobres à eterna miséria.

Complemento essencial para dominação tecnológica é a "liberdade de iniciativa" ou "livre empresa". Essa liberdade é uma farsa. Os mercados e iniciativas estão previamente dominados pelo capital, tecnologia e sistema de patentes. É um jogo de cartas marcadas. Não há, de fato, liberdade de mercado e livre iniciativa. Os políticos e partidos de direita, que se dizem defensores da liberdade de iniciativa, representam os interesses dos dominadores do mercado. São sempre os primeiros a endossar o sistema de patentes e interesses das grandes empresas. ■

Trecho de artigo publicado na revista Guia Rural setembro/1989

CONTRADIÇÕES PINTAM NA MATEMÁTICA COMO NA VIDA

ROBINSON MOREIRA TENÓRIO

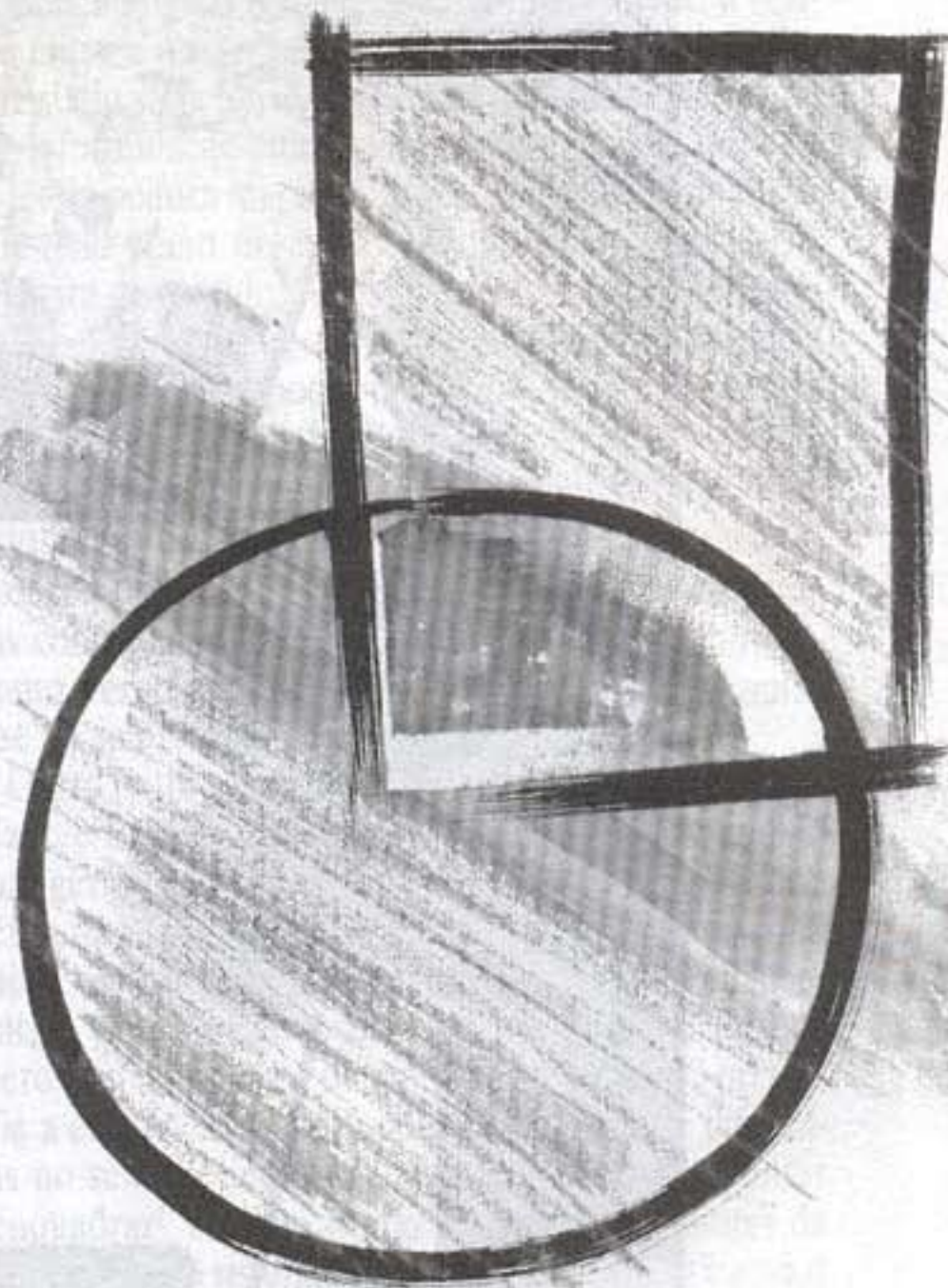
Os idealistas imaginam a matemática como um mundo à parte, império da lógica formal.

Mas também aí a contradição teima em agir, desenhando novos contornos no processo de conhecimento e de civilização da humanidade

Ernst Snapper, em artigo publicado no Brasil pela revista *Humanidades* (nº 8, setembro/1984) e intitulado “As três crises da Matemática: o Logicismo, o Intuicionismo e o Formalismo”, trata das tentativas feitas no final do século XIX e início do século XX de fundamentação da ciência matemática pelas tais correntes. O objetivo de Snapper é mostrar que essas ‘escolas’ se baseavam em correntes filosóficas bem definidas, a saber, o realismo, o conceptualismo e o nominalismo, respectivamente.

Após uma sucinta retomada das proposições de cada uma das tendências acima mencionadas, pretendemos indicar um elemento que sugere que as “três crises” mencionadas no artigo referido são, na verdade, uma só crise pela qual passa a matemática, articuladamente, como não poderia deixar de ser, com a crise do conjunto da sociedade moderna (instaurada com a revolução burguesa) — este elemento é a **contradição**.

A matemática é, também ela, construída entranhadamente no processo histórico de vir-a-ser humano e, característico desse processo, constituída de continuidades e rupturas que dão novo caráter à nova continuidade (Tenório, 1987). Ora, a matemática idêntica a si mesma, a matemática dos constructos baseados no princípio de identidade, a matemática com este caráter está transmutando-se numa outra matemática da qual brota a contradição. Se as rupturas na matemática estão imbricadas nas rupturas civilizatórias, então



pode-se sugerir que estamos passando por um período de descontinuidade no processo civilizatório. Outro ponto que se destaca, a partir das considerações anteriores, é a interpenetração e inseparabilidade da matemática e da realidade: se a lógica formal e os formalismos matemáticos não podiam dar conta da realidade, constituindo-se num reducionismo ingênuo ou perigoso, como se constata nos positivismos, racionalismos e formalismos que impregnavam e ainda impregnam várias ciências, por outro lado, a descoberta da contradição da matemática, como será visto, aproxima teoricamente o que na prática é uma só totalidade.

Antes, porém, de voltarmos a estas questões, pensamos ser útil esclarecer alguns pontos básicos da lógica tradicional, um intróito formal.



Difícil expressar em termos lógicos todas as proposições da matemática

O princípio lógico fundamental é o **princípio da identidade**: tudo é idêntico a si mesmo. Em fórmula, $A \text{ é } A$. Por exemplo, podemos dizer a árvore é árvore. Este princípio é por demais evidente por sua elementa-

ridade tautológica e assusta que tenha que ter formulado. Contudo, é dele que se derivam dois princípios tidos como a base da lógica e, portanto, de “**bom raciocínio**”: o **princípio da não-contradição** e o **princípio do terceiro excluído**. O primeiro deles, como o nome indica, afirma que não deve existir contradição no raciocínio: **A não é não-A** e **a árvore não é não-árvore**. O princípio da não-contradição é na verdade a forma negativa do princípio da identidade, ou seja, afirma que algo não pode ser ele mesmo. O segundo deles, o princípio do terceiro excluído, é a forma disjuntiva do princípio da identidade: uma coisa é **ou não é**. Entre estas duas possibilidades contraditórias não há possibilidade de uma terceira que, assim, fica excluída. Formalmente é assim expresso: **A é B ou A não é B**; como exemplo podemos, alimentados deste princípio, dizer que ou aquilo é árvore ou não é árvore.

Aristóteles é tido, já há 2.500 anos, como o pai e a mãe que deram à luz a tais princípios.

Muito bem, registrando-se o mérito de Machado (1987) em muitas das considerações seguintes, passemos agora às correntes prometidas.

O **Logicismo** abraçou-se ao princípio da possibilidade de redução de proposições verdadeiras não óbvias a outras “**obviamente**” verdadeiras: a matemática é redutível à lógica (normal, ou formal, ou aristotélica).

A obra fundamental deste projeto logicista foi o **Principia Mathematica** de Russell e Whitehead. Pretendiam os D. Quixotes da lógica mostrar que se pode expressar em termos lógicos **todas** as proposições matemáticas e que **todas** as proposições matemáticas verdadeiras são verdades lógicas. Machado (1987) assim se expressa ao mostrar as dificuldades de tal empreendimento:

“A lógica elementar contém regras de quantificação que provêm a matemática de instrumental eficiente quando se trata de frases onde esteja bem estabelecida a caracterização do indivíduo e do atributo, distinção essa que sabemos de raízes aristotélicas. Entretanto, ela não admite, sem enfrentar dificuldades, regras de quantificação para expressões bem-formadas onde atributos são tratados como indivíduos. Assim, frases como ‘**todos os indivíduos i têm o atributo A**’ ou ‘**existe um indivíduo i que tem o atributo A**’ não oferecem problemas; mas frases como ‘**todos os atributos A têm o atributo B**’ ou ‘**existe um atributo A que tem o atributo B**’ conduziram a dificuldades lógicas. E não adianta pensar em toda a pluralidade determinada por um atributo como um novo indivíduo: aí justamente residem os motivos das contradições”.

O **paradoxo de Russell** pode ilustrar melhor a citação acima:

Suponha-se que queiramos organizar um catálogo dos livros de uma biblioteca. Chamaremos de **ordinário** qualquer catálogo que não se inclua entre os livros indicados por ele mesmo. Caso contrário, ou seja, se nos livros catalogados se incluir o próprio

catálogo, então este será chamado **extraordinário**. Ora, nosso suposto catálogo é simples de se definir, ordinário se não se incluir, extraordinário se se incluir. Mas, e *hoje* dizem os lógicos, sempre há um *mas*, se organizarmos o catálogo de **todos** os catálogos ordinários, este será ordinário ou extraordinário? Observem o paradoxo: se ele for ordinário, não pode se incluir pela definição deste atributo, mas deve se incluir porque é ordinário (e, lembre-se, nós dissemos que queríamos organizar o catálogo de **todos** os catálogos ordinários); por outro lado, se ele for extraordinário deverá se incluir e, desta forma, incluindo-se, deve ser ordinário porque ele só inclui os ordinários! Eis a paradoxal surpresa.



Tentam erigir a lógica como método para ter todas as conclusões

Não é demais lembrar que os paradoxos lógicos não são apenas truques bobos ou inocentes: se a lógica aristotélica permeia a linguagem natural e reciprocamente (o que é visto nas origens históricas da lógica formal), além de permear, continuando a idéia anterior, o pensamento — este último, dito, não por graça **pensamento lógico** — então todo raciocínio matemático, científico e filosófico está entremeado por estes gracejos.

Muito bem, estes paradoxos abalaram o projeto logicista que, **ad hoc**, acrescentou novos axiomas salvadores que, como foi por muitos matemáticos evidenciado, não representavam necessidades lógicas estritas (por exemplo, a distribuição das entidades da Teoria dos Conjuntos em tipos hierarquizados: assim, sentenças que propugnem a pertinência entre entidades hierarquizadas que não sejam uma imediatamente superior à outra são, aqui está a hipótese **ad hoc**, mal construídas e não fazem sentido, tal como o paradoxo de Russel).

O projeto logicista se configura, portanto, inviável: a matemática (e por extensão, a realidade) não se reduz à lógica formal porque esta postula o princípio da não-contradição.

Falemos agora um pouco sobre o **formalismo**, enraizado em Kant (1724-1804). Como se sabe, a despeito de muitos ‘a priori’ kantianos, as evidências matemáticas foram buscadas pelo filósofo germânico na percepção.

Nesta concepção, a lógica, tanto na matemática quanto em qualquer outra área do conhecimento, desempenha o mesmo papel de descrição das estruturas dos dados da percepção: assim, os axiomas matemáticos não são, como queriam os logicistas, princípios lógicos. A proposta formalista, como se observa, não é reduzir a matemática à lógica, mas erigir a lógica como o **método** (a-histórico) de obter **todas** as conclu-

sões legítimas em qualquer argumentação e sobre qualquer conteúdo.

O matemático David Hilbert (1862-1943) propôs um programa formalista a partir das idéias de Kant: (1) a matemática é descritiva dos objetos e elabora construções, sendo extra-lógica; (2) a lógica é o instrumento articulador das **teorias formais** construídas com os objetos matemáticos; (3) o trabalho matemático deve ser o de elaborar teorias formais **consistentes**, sempre mais abrangentes, até se conseguir sua formalização **completa**.

Para a melhor compreensão deste programa formalista, é necessário esclarecer-se o significado de **teoria formal, consistência e completude**: uma teoria formal é construída a partir de termos primitivos (que pelas propostas iniciais deveriam ser objetos empíricos) e regras de formação de fórmulas (os axiomas), além das regras de inferência (lógica) necessárias para a formação dos teoremas.

Neste ponto, é relevante ressaltar que com o grande sucesso das geometrias não-euclidianas que **aparentemente** não tinham suporte no mundo empírico, houve uma supervalorização dos sistemas formais abstratos ou não-interpretados. Desta forma, enfatizou-se muito mais a **consistência** das teorias formais que um possível isomorfismo entre os mundos matemático e empírico.

No que então essa tal **consistência** consiste? Uma teoria formal é dita **consistente** se, dentro dela, é impossível demonstrar-se uma proposição e, ao mesmo tempo, a negação da proposição. Em outras palavras, se numa teoria formal não podemos ter uma proposição verdadeira e falsa ao mesmo tempo, então ela é consistente. Note-se que a consistência refere-se ao princípio da não-contradição.

Os formalistas imbuídos do propósito de verificar a consistência dos sistemas formais, lançavam mão de dois procedimentos: o primeiro é procurar uma interpretação dos termos primitivos na qual todos os axiomas se revelam evidentemente verdadeiros e, em consequência, também seriam verdadeiros todos os teoremas (logicamente deduzidos dos axiomas); o segundo é a verificação da consistência relativa, ou seja, interpreta-se um sistema formal em outro sistema formal e, se o segundo for verdadeiro, o primeiro também será. A dificuldade do primeiro procedimento é a verificação da veracidade dos axiomas interpretados; a limitação do segundo procedimento é que o mesmo só demonstra a consistência **relativa** a outro sistema formal: se se quer a consistência absoluta, deve-se provar absolutamente a consistência de algum deles.

Os matemáticos formalistas provaram a consistência, por exemplo, das geometrias não-euclidianas em relação à geometria euclidiana; é possível também mostrar-se a consistência destas em relação à Teoria dos Números, o que importa em especial para os propósitos deste artigo, pois foi justamente a Teoria dos Números que os logicistas tentaram, sem sucesso e

com os resultados já discutidos aqui, reduzir às leis da lógica, resultando em contradições.

Resta-nos agora esclarecer a questão da **completude**: uma teoria formal é completa se toda fórmula construída de acordo com as regras de formação da teoria é decidível, ou seja, verdadeira ou falsa, a partir dos axiomas desta teoria. Compara-se com o princípio do terceiro excluído.



Kurt Gödel fulminou a proposta dos formalistas de excluir as contradições

Como vimos, os formalistas desejavam que os sistemas formais, assim como toda a matemática, fossem consistentes e completos. Mas, em 1931, Kurt Gödel (1906-1978), jovem matemático então com 25 anos de idade, em um pequeno artigo "Über formal unentscheidbare Sätze der Principia Mathematica und verwandter Systeme", estabeleceu dois resultados fulminantes para a proposta hilbertiniana.

O primeiro resultado dos trabalhos de Gödel, relativo à consistência dos sistemas formais, mostra que não é possível provar que qualquer teoria matemática que inclua a aritmética não contenha contradição. Basta que uma teoria matemática faça uso da aritmética, o que acontece em grande parte das teorias 'interessantes', para que não possamos demonstrar sua **consistência**, ou seja, a ausência de contradições.

Essa impossibilidade é intrínseca — não é um resultado não demonstrado, que em outro momento histórico poderia vir a ser efetivamente demonstrado, mas, pelo contrário, existe a prova de Gödel da impossibilidade de se mostrar a ausência de contradições.

O segundo resultado fundamental dos estudos de Gödel é a demonstração da incompletude dos sistemas formais; pode-se construir, a partir das regras de formação de sentenças **bem construídas** deste sistema formal, enunciados que não são decidíveis, ou seja, não se pode provar se são enunciados verdadeiros ou enunciados falsos usando-se axioma e teoremas do próprio sistema.

Em síntese, os resultados extraordinários de Gödel são: (1) uma prova absoluta de consistência para sistemas abrangentes (por exemplo, que contenham a aritmética) é muitíssimo improvável e, seguramente, dentro do próprio sistema **impossível**. (2) É sempre possível construir enunciados, a partir das regras de uma teoria formal, que não são dedutíveis do conjunto de axiomas da tal teoria e, mais ainda, com qualquer conjunto aumentado finito de axiomas, é ainda sempre possível construir, dentro desta teoria formal, uma nova proposição indecidível.

O segundo resultado, sempre considerado mais importante por matemáticos, joga por terra em última

instância o princípio do terceiro excluído; o primeiro deles põe em xeque o princípio da não-contradição. Gödel usa os recursos da lógica para demonstrar a impossibilidade do programa formalista: é das entranhas da lógica formal que nasce a contradição que a nega, filha rebelde que promete novos passos na dança do conhecimento.

Finalmente, tratemos de intuicionismo. Também com raízes kantianas, foi fundado por Brouwer (1881-1966). Para os intuicionistas, a matemática consiste na construção de entidade abstrata, através da **intuição** dos matemáticos, e que prescinde da redução à lógica (que, todavia, permeia a sua linguagem).

Para os intuicionistas, os entes matemáticos não têm preexistência **ideal** (no sentido platônico) e nem surgem do empírico: são **construídos** intuitivamente passo a passo, em um mundo à parte, matemático.

Os matemáticos aparecem assim como seres mágicos, dotados de poderosos anéis da intuição que os tornam os únicos homens ou mulheres capazes de criar um mundo diferente, matemático, apartado da realidade concreta, que não se relaciona com o (reles) mundo exterior. Pensamos que esta constatação é a crítica fundamental ao intuicionismo.

Contudo, há de se destacar uma contribuição positiva desta corrente, entre outras que possivelmente existam, para o entendimento do dialético processo de produção da ciência matemática — o princípio intuitivista de construtibilidade dos objetos matemáticos leva, nas palavras do próprio Brouwer, à rejeição da lei do terceiro excluído: 'A justificação lógica da matemática formalista, mediante uma prova de sua coerência, contém um **circulos vitiosus** porque esta própria justificação pressupõe já a correção lógica do enunciado de que a correção de uma proposição segue de sua coerência, isto é, pressupõe a correção lógica da lei do terceiro excluído'. (apud Machado, 1987: 40)

Para os intuicionistas, é possível a construção de proposições com sentido mas... nem verdadeiras... nem falsas. Brouwer, antes de Gödel, **intuitivamente** mostrou a inviabilidade de formalização da matemática apontando exatamente o que é considerado nevrálgico na prova do segundo: a lei do terceiro excluído, a nossa ver inextricavelmente ligada à lei da não-contradição, gatos do mesmo saco da identidade.

**As três crises da
matemática
são na verdade
a crise
da lógica formal**



Nas tentativas de fundamentar a matemática, os logicistas tropeçaram nos paradoxos, os formalistas demonstraram que é possível não tropeçar neles e os intuicionistas excluíram o terceiro excluído, apesar

de, infelizmente, terem se distanciado da realidade.

Portanto, estas três crises da matemática, evidenciadas no logicismo e intuicionismo, são na verdade uma e só uma crise — a da lógica formal.

O grande significado dos teoremas de Gödel, queremos arriscar, é de caráter epistemológico: não podemos identificar os raciocínios rigorosos, matemáticos, com o raciocínio formal. A natureza, que inclui o homem, tem a contradição como qualidade, a contradição que origina seu movimento e produz a história. Portanto, os apropriados recursos do pensamento do homem, que é natureza e história, não se limitam aos recursos formais.

Aprisionada, mutilada e morta em cárceres formais, qual Fênix ressurge, em meio às cinzas da lógica, a própria contradição. Renasce afirmando seu caráter negado, afirmando o movimento que está no ventre da natureza e do homem e, indissociável destes, da matemática.

Podemos finalizar dizendo que os resultados de Gödel constituem mais um indicador da intimidade entre matemática e realidade: é porque a matemática não se reduz à lógica formal, que ela se aproxima mais da realidade. É a realidade da contradição da matemática que permite perceber a natureza matemática da realidade contraditória. As relações na natureza são matemáticas, e vice-versa, porque ambas constituem uma só totalidade na qual está mergulhada a contradição.

Junto com outros, este elemento aqui destacado, **a contradição**, vai pintando na matemática como na vida, parecendo desenhar (e colorir) os contornos de mais uma inflexão nas curvas do processo de civilização da humanidade. ■

Publicado originalmente em Revista Estudos IAT — Instituto Anísio Teixeira, Salvador, 2 (4): 269-274, dezembro/1989. Esta versão foi revisada e ampliada pelo autor especialmente para a Revista **Princípios**.

BIOGRAFIA

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo, Nova Cultural, 1987 (Os Pensadores)

MACHADO, Nilson José. *Matemática e Realidade*. São Paulo, Cortez, 1987.

NAGEL, Ernest & NEWMAN, James. *Prova de Gödel*. São Paulo, Perspectiva, 1973.

SNAPPER, Ernst. *As três crises da matemática: O logicismo, o intuicionismo e o formalismo*. *Humanidades* Brasília, UNB, nº 8, vol. II, julho/setembro-1989.

TENÓRIO, Robinson Moreira. *As matemáticas ou as revoluções da matemática*. *Boletim* — UFBA-FACED, Salvador, 3 (3): 111-118, abril/julho 1988.

ROBINSON MOREIRA TENÓRIO, graduado em matemática na USP e mestre em Educação (UFBA), professor assistente do departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana, pesquisador do Instituto de Estudos e Pesquisas em Educação Anísio Teixeira (IAT).

Lørdag 11. august 1990, Arbejderen 3

Marxismen er i krisen. Mange leder sig forskrækket. Men videnskabens udvikling er ikke en retlinet proces. Nye problemer og udfordringer af tidligere tiders erfaringer kræver korrektioner og fremfor alt omformulering af teorien for opbygning af det nye samfundssystem, skriver formanden for Brasiliens Kommunistiske Parti, João Amazonas, i denne artikel, som er hentet fra partiets teoretiske organ »Princípios».

Teorien beriges i kampen for en ny verden

Det er ikke længe gang, at marxismen blev anset som den eneste videnskabelige grundlag for en ny verden. I disse århundreder blev den betragtet som den eneste videnskabelige grundlag for en ny verden. I disse århundreder blev den betragtet som den eneste videnskabelige grundlag for en ny verden.

Men det er ikke længe gang, at marxismen blev anset som den eneste videnskabelige grundlag for en ny verden. I disse århundreder blev den betragtet som den eneste videnskabelige grundlag for en ny verden.

Men det er ikke længe gang, at marxismen blev anset som den eneste videnskabelige grundlag for en ny verden. I disse århundreder blev den betragtet som den eneste videnskabelige grundlag for en ny verden.



João Amazonas.

Men det er ikke længe gang, at marxismen blev anset som den eneste videnskabelige grundlag for en ny verden. I disse århundreder blev den betragtet som den eneste videnskabelige grundlag for en ny verden.

Men det er ikke længe gang, at marxismen blev anset som den eneste videnskabelige grundlag for en ny verden. I disse århundreder blev den betragtet som den eneste videnskabelige grundlag for en ny verden.

Arbejderen reproduz artigo de Amazonas

Arhus, 11 de agosto de 1990

Queridos Camaradas:

Recebi a revista *Princípios* e o livro **30 ANOS DE CONFRONTO IDEOLÓGICO**, pelo que agradeço muito.

Com a presente, envio-lhes um cheque correspondente ao pagamento do livro e da assinatura da revista *Princípios*. Também lhes envio a tradução em dinamarquês do artigo de João Amazonas "A teoria se enriquece na luta por um mundo novo". Foi publicado no periódico *Arbejderen* do Partido Comunista da Dinamarca (marxista-leninista).

Felicito-os tanto pelo livro **30 ANOS DE CONFRONTO IDEOLÓGICO** como pela revista *Princípios*. Penso que o material ali incluído é de grande valor. O artigo de João Amazonas trata de um tema que também se discute aqui e, por isso, tem grande interesse para o leitor dinamarquês.

Estou plenamente de acordo com que seria fatal, neste momento, colocar-se nas trincheiras ideológicas e defender princípios marxistas estereis sem ter uma prática revolucionária e sem voltar a estudar o caminho percorrido para detectar possíveis erros e preparar-nos ainda melhor para as batalhas que virão. O artigo do camarada Amazonas e outros artigos da revista ajudam bastante a esclarecer esses problemas. É especialmente importante que o artigo seja escrito por um camarada de tanto prestígio internacional como João Amazonas.

Penso também que o artigo de Paul Langevin é de sumo interesse. Aqui na Dinamarca, levamos vários anos discutindo o problema do materialismo em relação com a teoria da relatividade. Alguns (não falo do partido) — e eu estou entre eles — negamos a relatividade defendendo um suposto materialismo que efetivamente tem sido um materialismo mecânico. Temos visto que tem sido muito difícil penetrar entre os estudantes e cientistas com semelhante "materialismo".

Faz três anos que eu — e outros — mudamos de opinião e agora entendemos que há que enriquecer o materialismo dialético com os novos dados da física moderna. Mas é um problema difícil, complicado e até delicado, porque há muitas armadilhas.

Exatamente por isso, penso que o artigo de Paul Langevin — que temos discutido — é importante, como também o são outros artigos publicados em números anteriores da *Princípios*.

Escrevi-lhes estas palavras para mostrar como tenho sido inspirado pelo material que me enviaram.

Sem outro particular, mando-lhes um forte abraço revolucionário.

Sven Tarp
Dinamarca.

"Faca amolada" e não "fé cega"

Diante da ofensiva ideológica das classes dominantes e da confusão teórica de certos setores de esquerda, a revista *Princípios* é um instrumento valioso de lutas de idéias. Seu número 18, que inicia uma nova fase da publicação, é prova disso. Cabe agora tornar realidade a proposta de produzir uma revista periódica, trimestral, que "instigue o espírito humano" para o debate aprofundado de temas complexos e polêmicos — vitais para o desenvolvimento da luta revolucionária.

Numa rápida avaliação da edição anterior, gostaria de ressaltar alguns aspectos com o objetivo de contribuir para afiar ainda mais esta arma. Quanto à forma, a estética, na minha opinião a revista foi bem editada. Predominou a idéia de que não basta apenas um bom conteúdo; é necessário torná-lo agradável, acessível. Penso que seria necessário uma maior padronização dos títulos e intertítulos, assim como uma distribuição mais equilibrada das fotos e ilustrações. Sugiro também que os autores se esforcem para apresentar as fontes consultadas, a bibliografia como um estímulo a mais para a leitura.

No que se refere ao conteúdo, os artigos foram bem selecionados. Apesar da maioria deles tratar de um único tema — a crise do socialismo — não houve repetições enfadonhas. O que mais me chamou atenção, porém, foi a coragem com que se abordou aspectos marcantes da construção do socialismo, em especial na URSS. Nesse sentido, o artigo "A teoria enriquece na luta por um mundo novo" motiva o estudo científico e crítico dessa experiência histórica. Ele está mais para "faca amolada", do que para "fé cega" — como diz a canção.

Penso que esse espírito deve predominar na revista, o que fará com que ela contribua para o enriquecimento da teoria marxista. Os chavões, os adjetivos exagerados, os dogmas e os tabus nunca ajudaram em nada — muito menos agora, quando o veneno ideológico da burguesia contamina vários organismos. Nesse rumo, é preciso enfrentar o desafio e debater, por exemplo, os acertos e os erros da construção do socialismo, a questão complexa do partido único versus pluripartidarismo no sistema socialista e outros.

Quanto às próximas edições da *Princípios*, além dos temas já sugeridos, apresento mais duas propostas de pauta. A primeira é sobre a social-democracia, que hoje ganha novas e importantes adesões no Brasil. É preciso desmascarar, com argumentos fortes, essa corrente, que sempre se colocou como um obstáculo à luta revolucionária dos trabalhadores. A segunda é sobre o atual perfil da classe operária brasileira, que produz em condições diferentes — enfrentando os novos métodos de organização do trabalho (CCQ, Kanban, Just-in-time, etc) e as novas tecnologias. Esse estudo permite entender melhor as novas técnicas da burguesia e, conseqüentemente, aponta os caminhos de luta da classe operária.

Altamiro Borges
S. Paulo

ERRATA

(*Princípios* nº 18 — junho — julho — agosto de 1990)

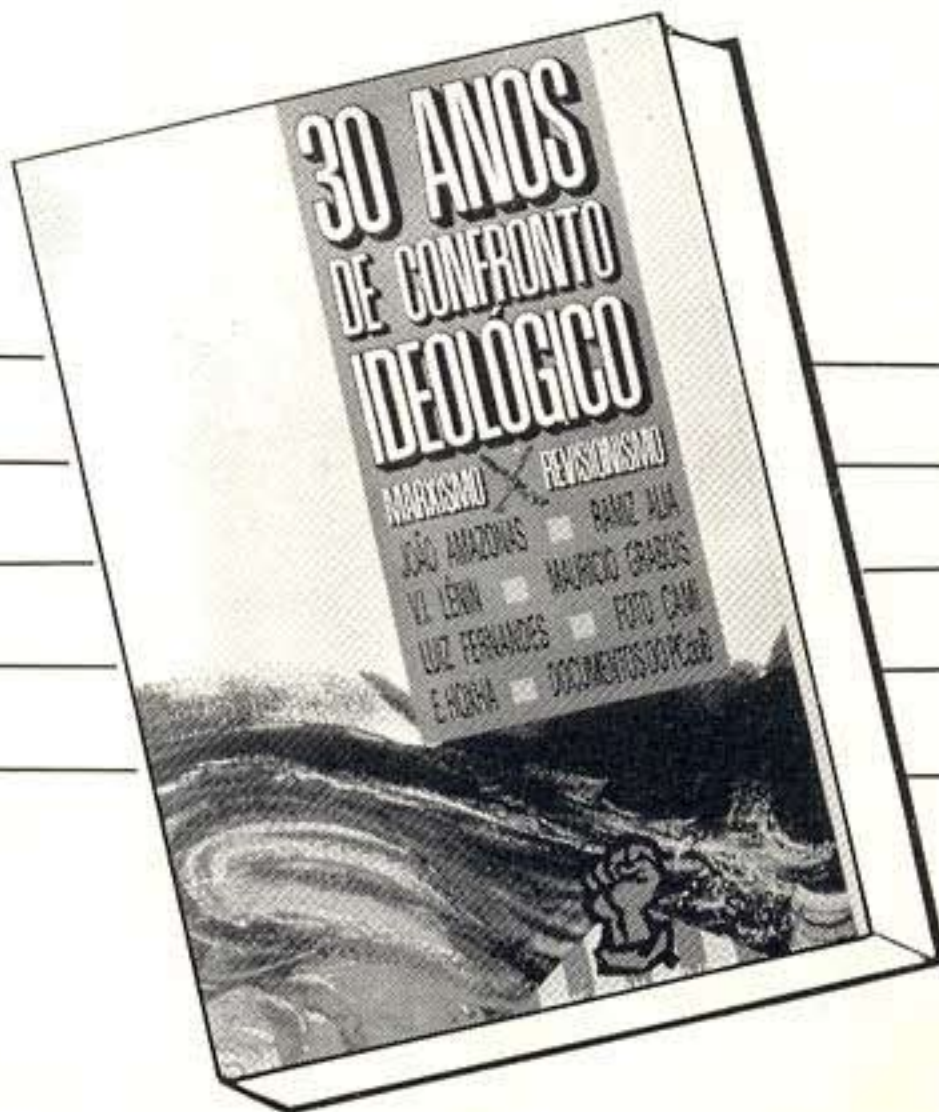
No artigo A "Controvérsia" feminismo X marxismo — pág. 44, ocorreram erros de dactilografia. Os mais graves, que alteram o sentido do texto: pág. 47, 1º parágrafo, 9ª linha: onde se lê "possível", leia-se "impossível". Ainda na 47, 3º parágrafo, 7ª linha: "é a ciência que estuda as leis"...etc. Na página 48, 3º parágrafo, 7ª linha: onde se lê "planejamento", leia-se "alijamento". Na 49, 2º parágrafo, 2ª coluna, 3ª linha: onde se lê "indiretamente", leia-se "diretamente". E no quadro da pág. 46, 1ª coluna, 4ª linha "analisa a especificidade da opressão da mulher".

Já no artigo "Signos e ideologia na obra S. Bernardo", da profª Maria Luiza Ritzel Remédios, na 1ª linha, saiu publicada a frase: "Os comentários do narrador questionam o leitor, permeando a ideologia", que não faz parte do texto.

NÃO DEIXE DE LER



Preço Cr\$ 880,00

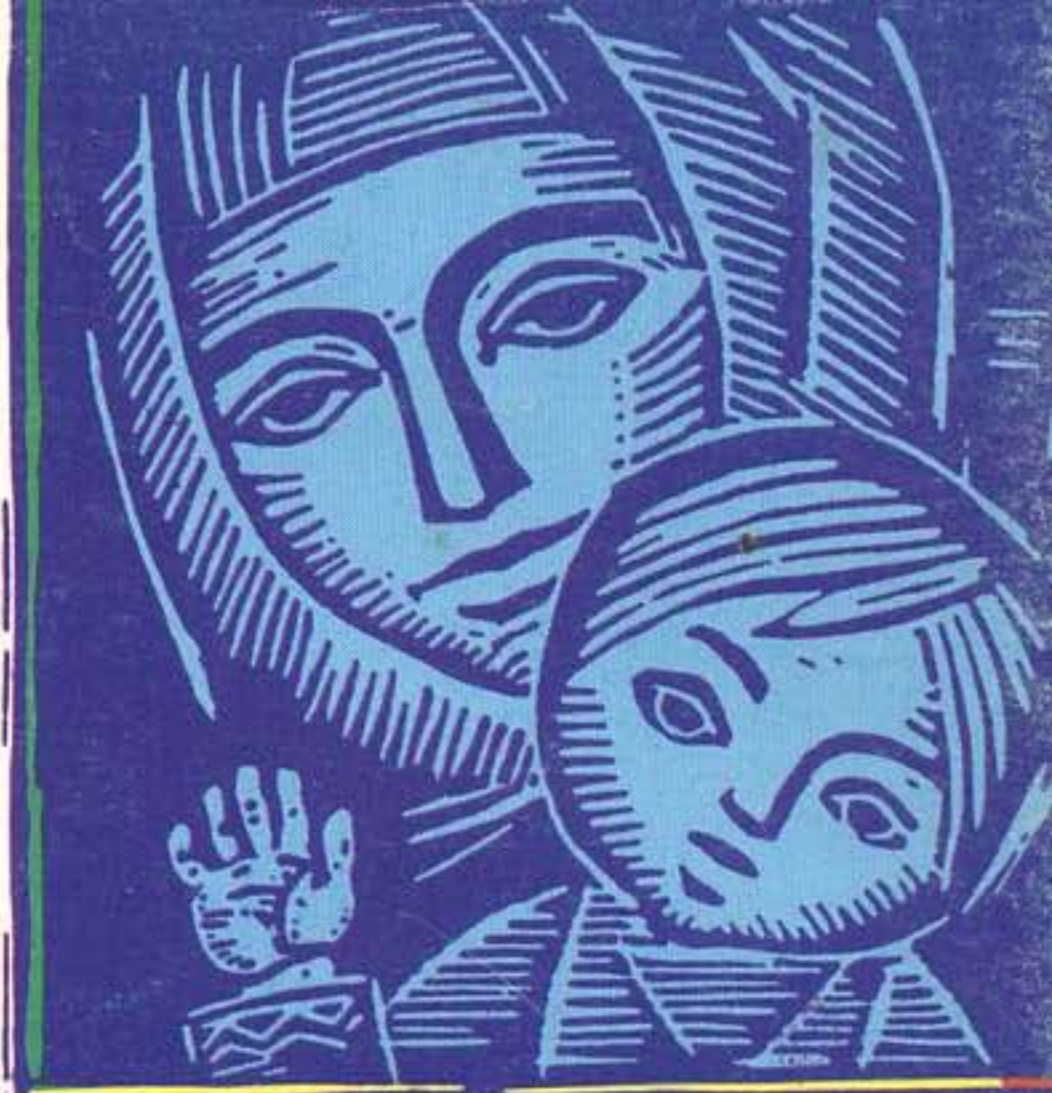


Preço Cr\$ 1.400,00

Pedidos cheque nominal
para Editora Anita Garibaldi
R. Bororós, 51 — 1º andar
CEP 01320 — S. Paulo — SP
Tel.: (011) 278.3220

Preços válidos até 30 de novembro de 1990

GUARDEI-ME PARA A EPOPÉIA
QUE JAMAIS ESCREVEREI.
POETAS DE MINAS GERAIS
E BARDOS DO ALTO-ARAGUAIA,
VAGOS CANTORES TUPIS,
RECOLHEI MEU POBRE ACERVO,
ALONGAI MEU SENTIMENTO.
O QUE ESCREVI NÃO CONTA.
O QUE DESEJEI É TUDO.
RETOMAI MINHAS PALAVRAS,
MEUS BENS, MINHA INQUIETAÇÃO,
FAZEI O CANTO ARDOROSO,
CHEIO DE ANTIGO MISTÉRIO
MAS LÍMPIDO E RESPLENDENTE.



CANTAI ESSE VERSO PURO,
QUE SE OUVIRÁ NO AMAZONAS,
NA CHOÇA DO SERTANEJO
E NO SUBÚRBIO CARIOCA,
NO MATO, NA VILA X,
NO COLÉGIO, NA OFICINA,
TERRITÓRIO DE HOMENS LIVRES
QUE SERÁ NOSSO PAÍS
E SERÁ PÁTRIA DE TODOS.
IRMÃOS, CANTAI ESSE MUNDO
QUE NÃO VEREI, MAS VIRÁ
UM DIA, DENTRO EM MIL ANOS,
TALVEZ MAIS ... NÃO TENHO PRESSA.

UM MUNDO ENFIM ORDENADO,
UMA PÁTRIA SEM FRONTEIRAS,
SEM LEIS E REGULAMENTOS,
UMA TERRA SEM BANDEIRAS,
SEM IGREJAS NEM QUARTÉIS,
SEM DOR, SEM FEBRE, SEM OURO,
UM JEITO SÓ DE VIVER,
MAS NESSE JEITO A VARIEDADE,
A MULTIPLICIDADE TODA
QUE HÁ DENTRO DE CADA UM.
UMA CIDADE SEM PORTAS,
DE CASAS SEM ARMADILHA,
UM PAÍS DE RISO E GLÓRIA
COMO NUNCA HOUVE NENHUM.
ESTE PAÍS NÃO É MEU
NEM VOSSO AINDA, POETAS.
MAS ELE SERÁ UM DIA
O PAÍS DE TODO HOMEM.

